

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS "SAN TIAGO DANTAS" UNESP/UNICAMP/PUC-SP

DANIEL DUARTE FLORA CARVALHO

**CONFLITOS NO CHIFRE DA ÁFRICA: OPORTUNIDADES E
CONSTRANGIMENTOS DA DIFUSÃO DO PODER**

SÃO PAULO

MARÇO 2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS "SAN TIAGO DANTAS" UNESP/UNICAMP/PUC-SP

DANIEL DUARTE FLORA CARVALHO

CONFLITOS NO CHIFRE DA ÁFRICA: OPORTUNIDADES E CONSTRANGIMENTOS DA DIFUSÃO DO PODER

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, sob a orientação do Professor Doutor Reginaldo Mattar Nasser.
Área de concentração: Paz, Defesa e Segurança.

SÃO PAULO

2010

Data da aprovação ____/____/____, São Paulo

Banca Examinadora:

**Ao Vô *Juca* que agora, ao lado de Deus,
descansa da magna aula que foi sua vida.**

Agradecimentos

Depois de dois anos de intenso trabalho e dedicação, é minha mais pura obrigação prestar meus sinceros agradecimentos àqueles que tornaram possível a confecção desta dissertação. Pela paciência, pelos momentos felizes, pelo apoio eterno, irrestrito e incondicional que me prestaram, devo aqui de alguma forma retribuir.

Agradeço, acima de tudo, a *Deus Pai*. Sem Ele, eu não falaria, não pensaria, não viveria. Que os meus joelhos continuem dobrando-se diante dEle e que minha língua proclame eternamente sua santidade!

Agradeço, com um carinho especial, à *minha família*. Sem a qual eu não teria o apoio e dedicação necessários para investir nas minhas escolhas e nos meus sonhos. Não pretendo mencionar nomes nem feitos específicos, pois se o fizer cometerei a injustiça de não poder, neste curto espaço, dizer todos os nomes e feitos que me fizeram e ainda vão me fazer.

Agradeço também a *Adelaide*, minha querida, que me faz e ainda me fará muito feliz. Sem seu companheirismo, seu carinho, sua dedicação, suas broncas e seu apoio, dificilmente esta dissertação teria sido concluída.

Agradeço, com respeito e admiração, ao *Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser*, professor e orientador, que desde os tempos da graduação, intrigou-me com muitas questões acadêmicas e auxiliou-me para achar as respostas de cada uma delas. Em especial, pela sua paciência por agüentar um orientando atrapalhado que, de tanto se dedicar e estudar para o mestrado, correu o risco de “meter os pés pelas mãos”.

Agradeço ao *Prof. Dr. Pio Penna*, membro de minhas bancas de qualificação e final, por suas sugestões ao trabalho e por ter-me dado a oportunidade de expor parte dele em seu curso no COGEAE.

Agradeço à *Prof.^a. Dra. Flávia Campos de Mello*, professora da graduação, do Mestrado e membro das bancas de qualificação e final, pois a ela muito devo. Agradeço pelas suas sugestões, contribuições, preocupações e pelas broncas (principalmente do exame de qualificação) que me atentaram para alguns problemas sérios que o texto da dissertação continha.

Agradeço a *Hunde Dhugassa Gabissa*, membro da Frente de Libertação de Oromo, por suas contribuições a este trabalho e à organização que representa, único ator regional que respondeu aos meus contatos.

A todos os supracitados e a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram com este estudo, meu sincero MUITO OBRIGADO!

RESUMO:

Este trabalho aborda as oportunidades e constrangimentos da difusão do poder na África para, a partir de então, investigar as causas das guerras no Chifre da África. O padrão de difusão de poder sobre as populações, os múltiplos centros de poder existentes em um Estado, os mais variados graus de estatalidade e as ações dos diversos atores estatais e não-estatais são determinantes para a eclosão ou não de conflitos na África. Uma vez identificado este mesmo padrão no Chifre da África que, por apresentar uma longa tradição de estatalidade e um grande senso westfaliano, é visto, erroneamente, como uma exceção à regra africana, pretende-se então verificar quais as causas das guerras nesta região. O presente estudo aborda então a guerra entre a Etiópia e a Eritreia e a constituição do Estado etíope e verifica que não só o Chifre da África está inserido no padrão de difusão de poder sobre as populações que é comum à África Subsaariana como identifica neste ponto as causas das guerras de tal região.

Palavras-chave: conflitos, Chifre da África, difusão do poder, teorias das Relações Internacionais, Etiópia e Eritreia.

ABSTRACT:

This study considers the opportunities and constraints of broadcasting power in Africa to investigate the causes of the wars in the Horn of Africa. The power broadcast over population pattern, the multiples centres of power and the actions of the many state and non-state actors are determinants to the outbreak or not of conflicts in Africa. Once this pattern is identified in the Horn of Africa which, by its long tradition of statehood and its great Westphalian sense, is mistakenly seen as an exception to the African model, we look forward to verify what the war reasons in this region are. This study then makes an approach on the war between Ethiopia and Eritrea and the very constitution of the Ethiopian state and concludes that not only the Horn of Africa is inserted in the pattern of broadcasting power on populations, which is common to the Sub Saharan Africa, and that such a pattern is the cause of wars in that region.

Keywords: conflicts, Horn of Africa, broadcasting power, theories of International Relations, Ethiopia and Eritrea.

Índice

Introdução.....	1
1 Um Chifre instável e multifacetado	5
2 Africanismo, “novo realismo” e teorias das Ri.....	21
2.1 O Estado africano.....	36
2.2 O sub-sistema africano.....	46
2.3 O sistema internacional e seu impacto na África.....	50
2.4 O que vale para a África.....	54
3 A partição como a causa das guerras?.....	58
3.1 O Realismo de Partição.....	58
3.2 A questão Etio-Eritreia.....	63
3.2.1 A fronteira.....	79
3.2.2 A economia.....	87
3.2.3 Um breve olhar sobre as identidades.....	94
4 A Etiópia.....	100
5 Conclusão.....	124
6 Siglas e abreviações.....	128
7 Obras citadas.....	130
8 Anexo.....	138

Introdução

“Compreender África é sumamente um exercício crítico. Uma das suas metas aponta para o desvendamento de realidades encobertas por mitos, ficções e imagens fantasiosas. Indiscutivelmente, ainda que existam visões estereotipadas cultivadas contra outros povos e regiões, a África, mais do que qualquer outro, terminou encoberta por um véu de preconceitos que ainda hoje marcam a percepção da sua realidade”. (Serrano, et al., 2007 p. 21)

Insatisfeito com boa parte das explicações correntes referentes aos fenômenos no continente africano, este trabalho tem por objetivo trabalhar com uma vertente que difere das principais correntes de pensamento das relações internacionais e do conhecimento convencional acerca da África subsaariana para identificar as causas das guerras na região conhecida como Chifre da África, a fim de demonstrar que estas não são apenas explicadas como devidas às questões étnicas nem tampouco à inaptidão das populações africanas em viver sob o jugo de um Estado. Pretende-se demonstrar, portanto, que as guerras no Chifre da África estão enraizadas nos custos de difusão do poder político sobre o território e populações.

Essa necessidade de um novo entendimento sobre as dinâmicas de segurança em África é acompanhada de um grande número de estudos na medida em que é crescente a atenção dada aos eventos de segurança internacional em dito continente. Preocupados sempre com questões que envolvem Estados falidos, terrorismo, guerras civis etc., tais estudos têm sido cada vez mais numerosos, principalmente quando focados na África Subsaariana¹. Isso talvez reflita a percepção de que no pós-Guerra Fria “*Africa may be as relevant to the future character of world politics as the Balkans were a hundred*

¹ Pode-se citar **Andre Le Sage. 2007.** *African counterterrorism cooperation : assessing regional and subregional initiatives.* Dulles: Potomac Books, 2007; **Robert I. Rotberg. 2005.** *Battling terrorism in the Horn of Africa.* Cambridge: World Peace Foundation; **Chabal, Patrick e Daloz, Jean-Pascal. 2001.** *Africa camina: el desorden como instrumento político.* Barcelona: Ballesterra, 2001.; **Kevin C. Dunn e Timothy M. Shaw. 2001.** *Africa's challenge to international relations theory.* Nova Iorque, 2001.; **Herbst, Jeffrey. 2000.** *States and Power in Africa: comparative lessons in authority and control.* Princeton: Princeton University Press, 2000.; **Clapham, Christopher; Herbst, Jeffrey; e Mills, Greg. 2006.** *Big African States.* Johannesburg: Wits University Press, 2006. No Brasil, esses estudos estão, em boa parte concentrados em núcleos africanistas e, recentemente, alguns deles foram publicados no XI Encontro da Associação Latino-americana de Estudos Africanos e Asiáticos do Brasil (ALADAA-B), ocorrida no Rio de Janeiro em 2008.

years ago, prior to the two Balkans wars and the First World War”² por ser uma zona onde os interesses das grandes potências se chocam e por representar-lhes ameaças devido à fraqueza dos Estados (Kaplan, 1994). A denominação do “Arco da Instabilidade” feita pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (EUA), em que uma das extremidades reside no Chifre da África (Weinstein, 2005) e inclui também o Afeganistão e o Iraque, por exemplo, pode ser considerada uma evidência de tal percepção.

Esse novo entendimento parece ser necessário uma vez que tanto o Realismo como o Liberalismo, além do Reflexivismo e do Construtivismo, bem como muito do *mainstream* acerca do continente africano parecem não ser adequados e, por vezes, insuficientes para explicar as dinâmicas africanas. Essas análises acabam por cometer certos equívocos acerca da África tal como a da mídia ocidental de que “*Africans generate humanitarian catastrophes but don’t really make meaningful politics*” (Dunn, 2001a p. 01)³⁴. Desta forma, os desafios que a África lhes impõe são inabituais e requerem que sua explicação leve em conta as especificidades do continente, no geral, e do Chifre da África, em específico.

Segundo alguns estudiosos, essa região aparenta ser uma exceção à regra africana⁵ devido às diferenças no trato da estatalidade, da relação com as potências coloniais e, até mesmo, na força das identidades nacionais e étnicas, por isso faz-se mister uma análise que ressalte as variáveis e os determinantes específicos da região. Parece ser um estudo de caso oportuno para se compreender o contrário, pois corrobora que o caso faz parte da realidade da África como um todo (como já vêm estudando Christopher Clapham)⁶, nos temas de segurança internacional.

² “a África pode ser tão relevante para o caráter futuro da política mundial como os Bálcãs foram cem anos atrás, antes das duas guerras balcânicas e da I Guerra Mundial”

³ A identificação de tal percepção e o trecho destacado são citações de Gouvrevitch, P. (1998). *We Wish to Inform you that Tomorrow we will be Killed with our Families: Stories from Rwanda*. Nova Iorque: Farrar, Strauss & Giroux.

⁴ “os africanos geram catástrofes humanitárias, mas não fazem realmente política significativa”

⁵ Segundo Buzan e Waever, por exemplo, “The Horn is unusual in Africa in having real interstate wars, which give this region a more Westphalian feel than elsewhere in the continent” (Buzan, et al., 2003 p. 241). Também (Chabal, et al., 2001), por outros motivos, entretanto, acreditam que alguns de seus questionamentos podem não ser aplicados ao Chifre da África devido à experiência de estatalidade encontrada na região.

⁶ Em vários de seus trabalhos sobre a Etiópia e o Chifre da África, Clapham não menciona ser a região uma exceção à regra. Para maior conhecimento de sua obra, vale a pena citar: **Clapham, Christopher. 2006. Ethiopia. In: Clapham, Christopher; Herbst, Jeffrey; e Mills, Greg. 2006. Big African States.**

Esta investigação pretende, assim, identificar as causas das guerras no Chifre da África através de tal perspectiva. Se Herbst (2000 p. 04) fez uma importante análise da constituição do Estado e do sistema internacional africanos através de “*huge comparisons (but not stupendous)*”⁷⁸, pretende-se aqui, ao inverso, tomar uma dada região da África para verificar a aplicabilidade da vertente da difusão do poder sobre população e território. Se ele “*ignore a vast number of trees in orther to see the forest*” (Herbst, 2000 p. 04)⁹, ou seja, se ele estabelece que o padrão de difusão do poder e as oportunidades e constrangimentos daí advindos geram os conflitos em África Subsaariana como um todo, o objetivo é demonstrar que esse padrão pode ser aplicado em um caso específico (Etiópia e Eritreia) para corroborar que o Chifre da África compartilha com o padrão geral de conflitos em África.

No primeiro capítulo – *Um Chifre instável e multifacetado* – a região do Chifre da África será apresentada a partir de uma perspectiva histórica e terá sua definição e composição discutida com o objetivo de apontar especificidades do caso analisado que se pretende demonstrar por meio da análise dos capítulos seguintes que seriam, na verdade, parte de um padrão de conflitos na África Subsaariana.

No segundo capítulo – *Africanismo, “novo realismo” e teorias das RI* – serão trabalhadas as críticas que a África, como um todo, apresenta às Teorias das Relações Internacionais em três níveis (o Estado, o subsistema africano e os impactos do sistema internacional em África) a fim de demonstrar que as teorias racionalistas podem ser utilizadas para o contexto africano desde que adequadas à natureza não-westfaliana de suas relações internacionais. Acredita-se que a manutenção do vocabulário realista, principalmente, seja de extrema valia para a análise dos fenômenos em África, mas que questões como identidade, por exemplo, não podem ser negligenciadas, pois sua construção é alvo e fruto de um projeto de poder.

No terceiro capítulo – *A partição como a causa das guerras?* – será avaliado o recorte teórico do “Realismo de Partição” que preconiza o debate sobre a guerra como consequência da secessão de um Estado. Nele, serão discutidas as prováveis causas da

Johanesburg: Wits University Press, 2006.; Clapham, Christopher. 2000. Guerre et construction de l'État dans la Corne de l'Afrique. *Critique Internationale*, outubro de 2000. ; entre outros.

⁷ Citação de Charles Tilly, *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons* (New York: Russel Sage Foundation, 1984), p.74.

⁸ “comparações enormes (mas não estupendas)”

⁹ “ignora um vasto número de árvores a fim de ver a floresta”

guerra Etio-Eritreia (fronteira, moeda e identidade) a fim de verificar se a partição/secessão ou o fim da “santificação das fronteiras”¹⁰ pode ser reconhecido como causa das guerras no Chifre da África uma vez que a força das fronteiras dos Estados pós-coloniais africanos influi diretamente na difusão do poder político sobre população e território.

Por último, no quarto capítulo – *A Etiópia* – pretende-se tomar o Estado mais antigo da África como estudo de caso para uma demonstração mais detalhada sobre a difusão do poder político sobre população e território e como isso pode influir na estabilidade, permitindo o surgimento de guerras, revoltas e insurgências.

¹⁰ Saideman (1997).

1 Um Chifre instável e multifacetado

Marcada por revoltas, insurgências e guerras dentro e entre Estados, a região do Chifre da África parece ser um bom desafio a um analista das relações internacionais. Muitos são os livros, artigos acadêmicos e conferências que se propõem a sugerir soluções para os chamados “problemas” existentes no Chifre da África, em particular, e na África, no geral¹¹.

Esses problemas muitas vezes são vistos através da percepção de que a periferia do sistema internacional (onde se encontra a África) tem se tornado lugar de instabilidade e pobreza tão somente e que acabou por transmitir uma imagem estática acerca de sua realidade e, quando algum dinamismo é percebido, ele é carregado de pessimismo. Para alguns,

“We are entering a bifurcated world. Part of the globe is inhabited by Hegel’s and Fukuyama’s Last Man, healthy, well fed, and pampered by technology. The other, larger, part is inhabited by Hobbe’s First Man, condemned to a life that is ‘poor, nasty, brutish and short” (Kaplan, 1994)¹².

Deve-se ter cuidado, no entanto, ao aplicar tal bifurcação e destinar determinada parte do globo a um caminho ou a outro. Isto porque o cenário desenhado por Kaplan para a África, como diz Ottaway (1999 p. 25), é enganoso.

“Much of the world sees Africa as one of two extremes. Either it is a continent beset by genocidal warfare, corrupt leaders, and rampant poverty or it is a region that is about to enter its renaissance. But Africa

¹¹ Dentre os vários existentes, destaca-se **Chabal, Patrick, e Jean-Pacal Daloz**. *Africa camina: el desorden como instrumento político*. Barcelona: Ballesterra, 2001; **Clapham, Crhistopher, Jeffrey Herbst e Greg Mills (org)**. *Big African States*. Johannesburg: Wits University Press, 2006; **Jackson, Robert, Carl G. Rosberg**, 1982. *Why Africa’s Weak States Persist: the empirical and the juridical in statehood*. World Politics, vol. 35, n.1, outubro.; **Ravenhill, John**. “Redrawing the map of Africa” in *The precarious balance: state and society and Africa*, por Donald Rothchild e Naomi Chazan. Westview Press, 1998.; **Rubadiri, J. David**. “Africa: an African evaluation”. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 1964, 354, p.84-90.

¹² “Nós estamos entrando em um caminho bifurcado. Parte do mundo está habitada pelo último homem de Hegel e Fukuyama, saudável, bem alimentado e provido de tecnologia. A outra, maior, parte está habitada pelo primeiro homem de Hobbes, condenado a uma vida ‘pobre, desagradável, bruta e curta”

is neither on the verge of widespread anarchy nor at the dawn of democratic and economic renewal. These misperceptions are shaped by a mixture of old red herrings, new myths, and hasty conclusions” (Ottaway, 1999 p. 13)¹³.

A percepção de Kaplan, neste sentido, acaba sendo mais um obstáculo para a real compreensão do destino do mundo do que um instrumento, uma vez, como em um ciclo vicioso, influencia e contribui com as visões estereotipadas já estabelecidas. Ottaway, por sua vez, apresenta uma visão mais equilibrada e que contribui para a compreensão do continente africano.

Em uma análise histórica, a região do Chifre da África apresenta desafios aos analistas das relações internacionais, pois apresenta algumas exceções importantes à História africana. É lá que está a Etiópia, único país africano que jamais fora colonizado¹⁴ (em um continente em que quase sua totalidade teve passado colonial), e a Eritreia, o único caso de secessão aprovado pelo marco jurídico africano – que tende a “*sanctifying the existing boundaries*” (Saideman, 1997 p. 739)¹⁵. A Eritreia obteve sua independência *de facto* em relação à Etiópia em 1991 e *de jure* dois anos mais tarde.

São as turbulentas relações entre Etiópia e Eritreia que marcaram a história recente do Chifre da África. Até 1991, seria impossível afirmá-lo uma vez que a Eritreia era uma província da Etiópia tanto do Imperador Hailé Selassié I quanto do Presidente do *Derg*¹⁶ socialista, Mengistu Haile Mariam, e também porque existia um Estado funcional e empírico na Somália: este sim rivalizava com a Etiópia até tal data.

Essas alterações entre as principais rivalidades e a instabilidade histórica da região fizeram com que até mesmo a definição de “Chifre da África” fosse reformulada. Em sua definição mais abrangente, ele ocupa uma área que vai desde o Sudão, a oeste,

¹³ “Grande parte do mundo vê a África como um de dois extremos. Ou ela é um continente repleto de guerras genocidas, líderes corruptos e pobreza desmedida ou uma região que está para entrar no seu renascimento. Mas a África não está nem na iminência de ampla anarquia nem no começo da renovação democrática e econômica. Essas más interpretações são moldadas pela mistura de antigas pistas falsas, novos mitos e conclusões apressadas”.

¹⁴ Como comprovam Clapham (2000), Engelbert (2000), Le Houérou (2000), Woodward (2003) Clapham (2006) e Serrano, et al. (2007).

¹⁵ “santificar as fronteiras existentes”

¹⁶ Comitê, em amárico.

até a Somália, a leste, e desde o Sudão, ao norte, até a Tanzânia, ao sul¹⁷. Por muitas vezes, entretanto, sua definição variou de acordo com o momento político naqueles Estados que poderiam constituir-lhe de acordo com a classificação adotada. Seja com fins políticos ou de acordo com o estudo realizado, a região teve em seu número de Estados uma variação importante: o entendimento das relações entre eles e das forças que os ligariam em uma região – incluindo as relações entre Estados e entidades políticas que controlam territórios e tem capacidades militares – podem alterar significativamente a extensão da região do “Chifre da África”.

Essa variação existente entre as possíveis definições é explicada pelo fato de que o conceito de Chifre da África não corresponde a nenhum termo indígena, mas sim à derivação de uma abstração geográfica: não existe uma percepção identitária comum entre seus habitantes que os ligue à região. Por isso, a tentativa de definir o Chifre da África surgiu para responder às tentativas de descrição das relações entre a Etiópia e a Somália que, até a década de 1980, eram as principais potências da região. Com o passar do tempo e o recrudescimento das relações etíope-sudanesas, o Sudão também passou a ser considerado como parte da região (Woodward, 2003 p. 01).

Essa expansão que ocorre devido à percepção de problemas históricos comuns na região, que ligam tais Estados uns aos outros, transpassando suas fronteiras, acaba por obrigar seus governos a securitizar – individualmente – os mais diversos atores regionais, isto é, Estados, grupos guerrilheiros, insurgentes, terroristas etc. Tal dinâmica tornou possível o alargamento da definição de Chifre da África de forma a incluir o Sudão.

“The reason for this expansion lies primarily in the perception that there seems to be a history of common problems in the region: disputes over borders both between states and within them; widespread and prolonged civil war threatening not only governments but the survival of states

¹⁷ Algumas definições ainda incluem o Iêmen, que nem na África está. A *Combined Joint Task Force – Horn of Africa* (instrumento dos EUA de combate ao terrorismo na região), por exemplo, tem sua jurisdição nas áreas do Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão e Iêmen. A Organização das Nações Unidas (ONU) fornece um mapa do Chifre da África que contém apenas o Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia e Somália, enquanto o *International Crisis Group* caracteriza a região como o território que compreende o Djibuti, a Eritreia, a Etiópia, a Somália e o Sudão. Entre os acadêmicos, a definição de Chifre da África também está longe de ser consensual. Se para Rotberg (2005), o Chifre da África é exatamente igual ao da *Combined Joint Task Force – Horn of Africa*, para Clapham (2000), o Chifre da África compreende apenas o Djibuti, a Eritreia, a Etiópia e a Somália.

themselves; economic regression that appears to owe something at least to domestic politic failiure, as well as vagaries of the world economy and environmental decay; in addition to the famines that seemed to grow in scale and regularity” (Woodward, 2003 p. 01)¹⁸.

Dentro desta perspectiva, é inevitável excluir o Djibuti da definição de Chifre da África. Independente da França desde 1977, este pequeno e pobre país desenvolveu função geopolítica de suma importância para as relações entre Etiópia e Somália. Localizado entre a Etiópia, a Somália e a atual Eritréia, ele não passou de um Estado tampão entre Etiópia e Somália até 1991, quando a Eritréia conquistou sua independência *de facto*.

“One school of thought claims that if Djibouti did not exist, it would have to be created. Djibouti functions not only as a lifeline for Ethiopia, but given the volatility and unpredictability of its larger neighbours, both as safety valve for the region and an insurance policy” (Schermerhorn, 2005)¹⁹.

Além disso, um importante critério que bem se adéqua à definição de Chifre da África e às dinâmicas políticas e de securitização presentes nos casos mencionados é a teoria dos Complexos Regionais de Segurança (Buzan, et al., 2003). Alegando que as principais preocupações dos Estados (salvo das grandes potências mundiais) residem nos vizinhos, isto é, na região – nível intermediário entre as relações globais e locais -, os autores definem um Complexo Regional de Segurança como *“a set of unities whose major processes of securitisation, desecuritisation, or both are so interlinked that their*

¹⁸ “A razão para esta expansão reside primeiramente na percepção de que parece haver uma história de problemas comuns na região: disputas por fronteiras entre ambos os Estados [Etiópia e Sudão] e dentro deles; guerra civil generalizada e prolongada ameaçando não apenas os governos, mas a própria sobrevivência dos Estados; regressão econômica que parece dever algo, no mínimo, à incapacidade da política doméstica, assim como as incertezas da economia mundial e degradação ambiental; em adição às fomes que pareciam crescer em escala e regularidade”

¹⁹ “Uma escola de pensamento alega que se o Djibuti não existisse, ele teria de ser criado. O Djibuti funciona não só como uma linha de existência para a Etiópia, mas, devido às volatilidade e imprevisibilidade de seus vizinhos maiores, ambos o vêem como uma válvula de segurança e como uma apólice de seguro”

security cannot reasonably be analysed or resolve apart from one another” (Buzan, et al., 2003 p. 44)²⁰.

Esta concepção se aproxima do realismo estrutural, mas também considera a relevância de atores não-estatais e dos setores políticos, econômicos e sociais nos processos de securitização e na construção da percepção de uma ameaça. No caso da maioria dos Estados do mundo, essa lógica atende a uma delimitação geográfica. Isto é, enquanto a superpotência e as potências globais têm capacidade de transcender tal lógica, as potências regionais e os Estados fracos não a têm e, dessa forma, estabelecem a estrutura dos complexos regionais de segurança por meio da distribuição de poder entre os Estados da região; os padrões de amizade e inimizade existentes entre os atores relevantes (estatais ou não) nos setores militares, político, social etc.; e as relações de poder com atores externos à região.

Nesse sentido, o Chifre da África surge como uma região com uma potência regional, a Etiópia, que esteve e está diretamente ligada às principais questões de segurança da região (seja por guerras inter-estatais, intra-estatais e através dos Estados). Além disso, esse país é pedra basilar nos padrões de amizade e inimizade existentes na região, uma vez que vários grupos não-estatais e a Eritreia condicionam seu posicionamento e suas ações alinhando-se ou buscando uma alteridade em relação à Etiópia, país que historicamente tem mais simpatia em relação às superpotências e às potências globais. Como importante evidência, destaca-se o não rompimento das relações entre os EUA e a Etiópia após a ascensão do *Derg* comunista de Mengistu Haile-Mariam em 1974, a opção soviética em apoiar a Etiópia na Guerra de Ogaden de 1977/78 entre dois clientes soviéticos (Etiópia e Somália) e a opção norte-americana, após a Guerra Etio-Eritreia e os atentados de 11 de setembro de 2001, de romper com a Eritreia e estreitar laços de cooperação econômica e militar com a Etiópia (Woodward, 2003).

Apesar de o Chifre da África ser considerado por essa teoria como um pré-complexo até o começo da década de 1990, devido à falta de ligações entre as dinâmicas de securitização entre Etiópia e Somália (devido à Guerra de Ogaden) e Etiópia e Sudão (devido às conexões nas guerras civis de ambos os países), o fato de a região ser

²⁰ “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização ou ambos estão tão interligados que suas seguranças não podem ser razoavelmente analisadas ou resolvidas separadas umas das outras”

“unusual in Africa in having real interstate wars, which give this region a more Westphalian feel than elsewhere in the continent” (Buzan, et al., 2003 p. 241)²¹ e as constantes e intensas intervenções que seus Estados promoveram nas guerras civis e insurgências dos vizinhos acabaram por criar um proto-complexo com o surgimento da Eritreia e da dinâmica de segurança entre Eritreia e Etiópia, principalmente após a guerra entre esses dois países (1998-2000).

Essa guerra foi responsável por conectar as dinâmicas de segurança na região. Isto é, até quase o fim da década de 1990, enquanto o Chifre da África era considerado apenas um pré-complexo, podia-se verificar que os acontecimentos não apresentavam nem se caracterizavam como conexões entre as duas principais dinâmicas de securitização de então. Nesse período, era possível encontrar no Chifre da África três longas guerras civis, conduzidas principalmente por agendas secessionistas (questão Norte x Sul no Sudão, a guerra de libertação de Eritreia na Etiópia e a guerra civil somaliana que, após a queda de Siad Barre, permitiu o surgimento das regiões autônomas de Puntland e da Somalilândia); duas importantes guerras inter-estatais sobre território e fronteira (Guerra de Ogaden entre Etiópia e Somália, 1977-78 e a Guerra Etio-Eritreia, 1998-2000); uma série de intervenções mútuas em que um governo apoiava a insurgência no país vizinho (Somália e Etiópia, Eritreia e Etiópia, Sudão e Uganda, Sudão e Eritreia, e Sudão e Etiópia); e duas intervenções internacionais (na Somália e na fronteira entre a Etiópia e a Eritreia, após a guerra) (Buzan, et al., 2003 p. 241).

O que se verificou no período após a Guerra Etio-Eritreia foi a distensão da securitização Etiópia-Sudão, a manutenção da securitização Etiópia-Somália (uma vez que, mesmo sendo a Somália um Estado fraco e sem governo efetivo, grupos insurgentes combatem a Etiópia, que tem preocupações com a situação da Somália e parece ter uma agenda própria para tal país) e o surgimento da securitização entre Etiópia e Eritreia. Essa nova dinâmica de securitização deu à região um aumento na ligação de suas dinâmicas de segurança que emergiram com o advento da rivalidade entre Etiópia e Eritreia, que foi capaz de conectar (mesmo que com laços frágeis) as dinâmicas da região. Isto leva a pensar que a dinâmica de securitização entre Etiópia e

²¹ *“incomum na África por ter reais guerras inter-estatais, o que dá à região um senso mais westfaliano do que em qualquer lugar no continente”*

Eritrêia é central para o proto-complexo do Chifre da África, sendo capaz de influenciar fortemente na dinâmica Etiópia-Somália.

De qualquer modo, a distensão nas relações entre Etiópia e Sudão durante a década de 1990 devido a acordos de não-ingerência mútua e as crescentes preocupações de Cartum com os rebeldes do Sul e de Darfur distanciaram o Sudão das dinâmicas de segurança daquele que podia ser um complexo regional de segurança. Isso foi possível porque “*dependent on what and whom they securitize, the region might reproduce or chage*” (Buzan, et al., 2003 p. 48)²². Dessa maneira, apesar de muitos autores e organizações internacionais terem as mais diversas definições e concepções sobre o Chifre da África, o consenso é que Djibuti, Eritrêia, Etiópia e Somália dele fazem parte²³ e será esta a definição utilizada neste estudo, pois atualmente a principal dinâmica de segurança existente no Chifre da África e que criou ligações com outras foi aquela entre Etiópia e Eritrêia, a partir da queda de Mengistu Haile Mariam (que possibilitou a secessão eritrêia). Esta está ligada principalmente com a guerra civil somaliana gerada pela queda do ditador Siad Barre.

As quedas dos ditadores etíope e somaliano conferiram aos países da região uma nova dinâmica nas questões de segurança nacional e internacional. A ascensão de grupos não-estatais armados e, às vezes, mais fortes que o Estado e o governo internacionalmente reconhecido deram origem a um importante cálculo dentre os governantes que, além de terem de promover sua própria existência e manutenção do poder, deveriam promover a defesa e a integridade nacionais. Esses grupos eram e ainda são capazes de desafiar o Estado e sua própria existência. A atividade bélica no Terceiro Mundo em geral “*failed to produce any state-building worthy of the name, but also, in a large number of cases, it has led to state decay and failiure*” (Sorensen, 2001 p. 341)²⁴.

Foram exatamente esses grupos que derrocaram os regimes até então vigentes na Etiópia e na Somália. Na primeira, a Frente de Libertação de Oromo (FLO), a Frente de Libertação Nacional de Ogaden (FLNO), a Frente Popular de Libertação da Eritrêia

²² “dependendo de quê e de quem eles [os atores] securtizam, a região pode reproduzir ou mudar”

²³ Apesar de a definição de Complexos Regionais de Segurança não lidar direta e exclusivamente com Estados e de todas as críticas que se podem fazer em relação ao conceito do Estado em África, esse recorte estadocêntrico se fez necessário para a mais precisa definição espacial da região aqui estudada. Coincidência ou não, as dinâmicas de segurança para o sul são frágeis e não representam, *per se*, uma expansão de tal proto-complexo.

²⁴ “falhou em produzir qualquer construção de Estado que valesse a pena ser nomeado, ma também em um grande número de casos, tem levado à decadência e falência do Estado”

(FPLE) e a Frente Popular de Libertação do Tigray, todas elas, tiveram papéis e rumos distintos nessa nova ordem regional. Na Somália, entretanto, é difícil nomear os grupos que permaneceram após a queda de Siad Barre, devido à sua natureza mutante e ao importante jogo de alianças que faziam entre si. Assim sendo, o Congresso Somali Unido, responsável pela derrocada de Barre já não é mais referência uma vez que se dissolveu devido a rixas internas entre os grupos (clãs) que lhe compunham.

A aparição desses grupos e o novo jogo de forças interno a esses dois Estados foram responsáveis pela construção das atuais instituições e dos padrões de relacionamento interestatal, intra-estatal e “através dos Estados”²⁵. A ascensão da FPLT, da FLO e da FPLE na Etiópia como grupos capazes de derrocar o governo de Mengistu Haile Mariam foi responsável por uma nova organização política e federativa na Etiópia bem como originou o nascimento de um novo Estado no continente africano. “*Ethiopia was the only existing state in the Horn where actors central to state collapse, notably insurrectionists in the north, were put in a position to takeover and address the task of state reconstruction*” (Woodward, 2003 p. 104)²⁶.

Foi nesse sentido que a FPLT tomou o controle da Frente Democrática Revolucionária Popular da Etiópia (FDRPE) e definiu o Governo Transitório da Etiópia (GTE). Logo em 1991, após a captura do poder pela FDRPE, a FPLE pôde finalmente declarar a vitória eritréia na sua guerra de 30 anos contra a Etiópia e proclamar finalmente a independência da Eritréia. As relações antigas entre os dois grupos, a luta conjunta contra o regime de Mengistu e os planos conjuntamente traçados sobre o cenário pós-Mengistu já previam a realização de um referendo na Eritréia sobre seu *status* em relação à Etiópia. “*Perhaps the clearest of the EPRDF’s policies in Ethiopia had been to agree to the holding of an Eritrean referendum in the confident expectation that it would result in the independence of the former province*” (Woodward, 2003 p. 106)²⁷.

²⁵ Adequação do termo *war across states*, de Hentz, James J. (2007). “War across States: Regional conflict and State Collapse in Africa”. Trabalho apresentado na Conferência Anual da International Studies Association, Chicago, Fevereiro de 2007.

²⁶ “A Etiópia foi o único Estado existente no Chifre da África onde os atores centrais ao colapso estatal, notavelmente insurrecionistas no norte, foram postos em uma posição de tomar e dirigir a tarefa de reconstrução estatal”

²⁷ “Talvez a mais clara das políticas da FDRPE na Etiópia tenha sido concordar com a realização de um referendo eritreu na expectativa convicta de que resultaria na independência da antiga província”

Seu reconhecimento, contudo, só teve lugar no dia 24 de maio de 1993, após a divulgação do resultado do referendo. O atraso em dois anos de sua realização permitiu a consolidação do poder da FPLE na Eritréia, que durante a vigência do regime de Mengistu encontrava nos etíopes a sua alteridade (Le Houérou, 2000 p. 49). Além das já existentes diferenças culturais, religiosas e de identidade, os problemas com a demarcação da nova fronteira já existiam. “*the boundary’s exact location was a subject of contention between the EPLF and TPLF during the liberation struggle*” (Jacquin-Berdal, 2004 p. xiv)²⁸. Essas diferenças e problemas fizeram com que esse processo de divisão fosse chamado de “Austro-Hungarização da Etiópia”²⁹ (Le Houérou, 2000 p. 49) – tema que será mais bem desenvolvido no capítulo 3. Então, “*when the UN-sponsored referendum did finally take place in April 1993, it was approved overwhelmingly with an official 98,5 per cent turnout, of which 99,8 per cent voted for the independence rather than remaining in Ethiopia*” (Woodward, 2003 p. 107)³⁰.

Os rumos tomados pelos dois grupos foram bastante distintos. Preocupados em manter-se no poder em seus Estados, a FPLE e a FDRPE tiveram de adotar diferentes medidas contra inimigos externos e internos, respectivamente. Para evitar um desmembramento do Estado, a FDRPE estabeleceu que o federalismo étnico seria a base para redesenhar o mapa das regiões que pareciam refletir as forças políticas e a racionalidade administrativa. Em junho de 1992, antes da independência *de jure* da Eritréia, eleições locais e regionais foram realizadas, mas não sem problemas. Observadores internacionais acusaram séries de abusos do GTE e

“the longstanding tension between the old EPRDF and the OLF, which did not necessarily represent all of the numerous but dispersed Oromo people, came to a head with the OLF’s decision to withdraw from the elections, with many of its leaders retiring to the role of opposition in exile” (Woodward, 2003 p. 101)³¹.

²⁸ “A exata localização da fronteira já era objeto de contencioso entre a FPLE e a FPLT durante a luta de liberação”

²⁹ Citação de GASCON A., *La Grande Éthiopie, une utopie africaine*. Paris, CNRS Éditions, 1995.

³⁰ “quando o referendo patrocinado pela ONU finalmente ocorreu em abril de 1993, ele foi aprovado avassaladoramente com comparecimento oficial de 98,5 por cento, dos quais 99,8% votaram pela independência em vez de permanecer na Etiópia”

³¹ “a longa tensão entre a velha FDRPE e a FLO, que não necessariamente representava todos os numerosos e dispersos povos oromos, culminou na decisão da FLO de retirar-se das eleições com muitos de seus líderes restringindo-se ao papel de oposição no exílio”

Além disso, a Constituição de 1995 foi um importante marco no estabelecimento da FDRPE no poder. Além de reduzir o número de regiões administrativas de 14 para 10, estabeleceu eleições nacionais que seriam realizadas a cada cinco anos, sendo a primeira prevista para o ano 2000. A guerra contra a Eritreia, contudo, fez com que a primeira eleição nacional da história etíope ocorresse apenas em 2005. Vale lembrar que muitas foram as denúncias populares e de observadores internacionais sobre a manipulação de seus resultados, que mantiveram a FDRPE no poder.

Durante a década de 1990 (até 1998, claro, quando eclode a guerra contra a Eritreia), Adis Abeba teve pouco com que se preocupar com manifestas ameaças externas e problemas de recursos para a manutenção do regime vigente. A Etiópia tinha a simpatia do Ocidente e recebeu recursos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM). *“When that is combined with its intention to avoid antagonizing neighbours, Ethiopia, of the major countries of the Horn, is now in the most favourable position internationally for state reconstruction”* (Woodward, 2003 p. 104)³². As preocupações da FDRPE com ameaças externas, na verdade, resumiram-se ao apoio sudanês a grupos islâmicos insurgentes na Etiópia. Estes grupos participavam da Conferência Popular Árabe e Islâmica (CPAI) que já era vista pelos vizinhos como um meio de *“fomenting the development of a worldwide armed Islamist movement”*. Antes disso, *“Khartoum also assisted the Islamic Oromo Liberation Front and the Benishangul Liberation front, a smaller Ethiopian organization”* (Carney, 2005 p. 125 e 124)³³³⁴.

Por sua vez, a FPLE teve de combater inimigos internos (tal como sua homóloga etíope), mas também teve a necessidade de criar inimigos externos para manter coesa a população eritreia em seu entorno e para justificar um estado de vigilância no país que consolidaria de vez sua permanência no poder. A “ameaça externa”, no entanto, teve maior espaço no cálculo de Asmara. Os apoios etíope e sudanês à *Jihad* Islâmica Eritreia (JIE) e os desentendimentos e as disputas territoriais com todos os seus vizinhos em um curto espaço de tempo são provas significativas de que o apoio estrangeiro aos grupos insurgentes na Eritreia e a ameaça externa denunciada por Asmara estavam

³² “Quando isso é combinado com sua intenção de evitar vizinhos antagônicos, a Etiópia, um dos maiores países do chifre, está agora na posição internacionalmente mais favorável para a reconstrução estatal”

³³ “fomentar o desenvolvimento de um movimento islâmico armado de alcance mundial”

³⁴ “Cartum também assistiu a Frente Islâmica de Libertação Nacional e a Frente de Libertação de Benishangul, uma organização etíope menor”

claramente ligados. “*Each time a dispute arose with one of its neighbors, Eritrea rolled out the artillery – first against Sudan (1994), then Yemen (1995), Djibouti (1996), and finally Ehtiopia (1998)*”. Isto fez com que se fortalecesse a “*Eritrea’s reputation as a volatile warrior-state*” (Connel, 2005 p. 69)³⁵³⁶.

Não foi só na Eritréia e na Etiópia que atores não-estatais tiveram capacidade de reconstrução estatal. Na Somália, a ascensão do Movimento Nacional Somali (MNS) levou à independência a Somalilândia, porção norte do território somaliano que correspondia à Somalilândia Britânica na época da colonização. No restante do território, destaca-se a região autônoma de Puntland, comprometida (pelo menos no discurso) com a integridade territorial da Somália e vários grupos armados comumente chamados de “senhores da guerra” que disputavam – e ainda o fazem – zonas de influência dentro do território. Dentre esses grupos armados, vale a pena citar o *al Itihad al Islamiya* (AIAI), que se creia ser “*a potential partner for Al Qaeda*” (Menkhaus, 2005 p. 23)³⁷. De qualquer forma, a relação entre esses grupos deu origem a uma governança sem governo na Somália (Menkhaus, 2006), o que permitiu as várias tentativas (fracassadas até o presente) de reconciliação nacional. Apesar disso, é apenas após a Guerra Etio-Eritréia que a Somália ganha suma importância na análise da região, uma vez que as partes beligerantes de dita guerra começaram a levar a cabo uma guerra por procuração em seu território.

Quando já parecia que a região tendia a uma estabilização, com os grupos não-estatais perdendo suas forças perante os governos centrais dos países (salvo no caso da região sul da Somália), um incidente na pequena cidade de Badme, na fronteira entre a Eritréia e a Etiópia faz eclodir uma sangrenta guerra. Em 12 de maio de 1998, os dois países entraram oficialmente em guerra. Apesar de haver vitimado cerca de 100.000 pessoas, as causas da guerra ainda não são claras para o meio acadêmico que continua divergindo em questões de identidade, fronteira e/ou econômicas. “*Despite being one of the bloodiest conflicts of the last decade of the twentieth century, involving over half a*

³⁵ “Cada vez que uma disputa surgiu com um de seus vizinhos, a Eritréia moveu a artilharia – primeiro com o Sudão (1994), então com o Iêmen (1995), Djibuti (1996) e finalmente Etiópia (1998)”

³⁶ “reputação da Eritréia como um país-guerreiro volátil”

³⁷ “um parceiro potencial da *al Qaeda*”

million troops, using some of the most sophisticated military technology, even the progress of the fighting is little understood” (Plaut, 2004 p. 02)³⁸.

São as respostas dos líderes eritreu e etíope sobre as causas da guerra que realmente impressionam e permitem que muita especulação seja levantada. Em resposta à pergunta de um repórter do *Washington Post* sobre o porquê da guerra, o presidente eritreu Isaias Afwerki disse que *“It’s very difficult to easily find an answer”*³⁹ (Plaut, 2004 p. 02)⁴⁰. Seu homólogo etíope, o primeiro-ministro Meles Zenawi também não soube dizer, em programa de televisão, as razões de tal guerra, apesar de ter levantado algumas hipóteses. Em suas palavras,

*“I really cannot make head or tail of this puzzling development. In fact I may have my own guesses, but they can not be satisfactory. As you all know there were certain misunderstandings between the two governments arising from measures taken after changes in currency on both sides. There were more or less certain misunderstanding even before this change, but it is very difficult for me to believe that the composite effect of all this would draw us into open conflict. That is why I still maintain I have no satisfactory answer for this baffling question”*⁴¹ (Plaut, 2004 p. 02)⁴².

Digno de menção é que, mesmo assim, a legitimidade da guerra não fora jamais abertamente questionada (Jacquin-Berdal, 2004 p. xii).

Não existe consenso sobre as possíveis causas dessas guerras que são peça central na estabilidade da região do Chifre da África. De fato, fica difícil acreditar que a causa da Guerra Etio-Eritreia, por exemplo, tenha sido a demarcação da fronteira e o

³⁸ “Apesar de ser um dos mais sangrentos conflitos da última década do século XX, envolvendo mais de meio milhão de soldados, usando algumas das tecnologias mais sofisticadas, até mesmo o progresso da guerra é pouco entendido”

³⁹ Citação do *Washington Post*, 17 de junho de 1998.

⁴⁰ “É muito difícil encontrar facilmente uma resposta”

⁴¹ Citação de Ethiopian Television, Addis Ababa, Amharic 21 May, 1998. BBC Monitoring 22 May 1998.

⁴² “Eu realmente não sei do que se trata esse desenvolvimento enigmático. De fato, eu posso ter minhas próprias hipóteses, mas elas podem não ser satisfatórias. Como vocês todos já sabem, há alguns desentendimentos entre os dois governos surgidos pelas medidas tomadas após as mudanças na moeda de ambos os lados. Houve mais ou menos certos desentendimentos mesmo antes dessa mudança, mas é muito difícil para eu ter que acreditar que o efeito composto de tudo isso nos teria levado para conflito aberto. Eis o porquê que eu ainda mantenho não ter nenhuma resposta satisfatória para esta questão desconcertante”

status da cidade de Badme, cuja administração era etíope, apesar de tratados dos tempos coloniais demarcarem-na do lado eritreu, como disse o ministro das relações exteriores da Etiópia, Seyom Mesfin, em entrevista a Le Houérou (2000 p. 126), ao afirmar que a Etiópia havia sido agredida e que, por isso, era “*une guerre de la justice contre l’injustice [...] une guerre dans laquelle l’Éthiopie se bat pour une juste cause*”⁴³. Outro elemento que faz desacreditar haver sido Badme o motivo da guerra é que tal entrevista aconteceu no dia 1º de março de 1999, quase um ano após o começo da guerra e após o primeiro-ministro etíope ter declarado não saber seu motivo. É possível afirmar, portanto, que Badme tenha sido apenas o estopim de uma guerra com raízes e motivos profundos e ocultados da opinião pública. De qualquer modo, não se pode descartar este motivo uma vez que “*in agreeing to the independence of Eritrea, Ethiopia had made itself the largest landlocked state in the world, which might have implications for the future*”⁴⁴ (Woodward, 2003 p. 103)⁴⁵.

Outra hipótese para a causa da guerra é, como mencionado pelo primeiro-ministro etíope, o problema com a introdução do *nafka*, moeda própria da Eritréia, que causou desentendimento entre os dois governos em novembro de 1997. Antes disso, a Eritréia utilizava como moeda o *birr* etíope, estando à mercê das valorizações e desvalorizações monetárias levadas a cabo pelo Banco Central da Etiópia. A princípio, a paridade regeria o câmbio entre as moedas, mas o mercado negro já estabelecia o câmbio ETB 1,00 por NAF 5,00, o que demonstrava a maior força da moeda etíope e tornava claro o motivo da futura recusa de Adis Abeba em aceitar a paridade entre as moedas. O impasse frente a essa questão foi tão grande que logo a Etiópia determinou o dólar americano como moeda de comércio para com a Eritréia, garantindo aos seus comerciantes vantagens cambiais. Além disso, a própria introdução da nova moeda eritréia levantara questões inevitáveis sobre a fronteira má demarcada. “*The introduction by Eritrea, in November 1997, of its own currency the Nafca not only affected the poorly institutionalised and unregulated economic relations between the*

⁴³ “uma guerra da justiça contra a injustiça [...] uma guerra na qual a Etiópia combate por uma justa causa”.

⁴⁴ Na verdade, a Etiópia é apenas o sexto maior país mediterrâneo do mundo e quarto maior da África. Está atrás de Cazaquistão, Mongólia, Níger, Chade e Mali.

⁴⁵ “ao concordar com a independência da Eritréia, a Etiópia se fez o maior Estado mediterrâneo do mundo, o que poderia ter implicações para o futuro”

two states, it suddenly also raised the saliency of their imprecise mutual boundary” (Jacquin-Berdal, 2004 p. xiii)⁴⁶.

“Firstly, the introduction of Eritrea’s new currency necessitated a clear delineation of the border from mid-1997 in order to regulate cross border trade, taxation and foreign exchange of flows. Secondly, the new currency prompted a dispute in late 1997 over the precise nature of post-Nakfa relations trade between Eritrea and Ethiopia, tarnishing relations between the two administrations. Thirdly, friction was exacerbated as the currency and trade dispute severely disrupted the flow of goods, remittances and labourers across the border, generating new political pressures on both governments. Taken together, these economic factors appear to have rekindled old animosities between the ruling groups of both countries, eroding their willingness to compromise or negotiate over disagreements” (Plaut, 2004 p. 17)⁴⁷.

Outra hipótese, levantada por Le Houérou (2000) e Gilkes (2004) para as causas da guerra é a questão da identidade. Como já foi dito, a FPLE teve de lançar mão de vários meios para garantir a coesão social de sua população em torno de seu projeto e, assim, garantir-se no poder, incluindo utilizar a artilharia e criar um inimigo externo. Não se pode descartar, portanto, que as origens de tal guerra residam em questões identitárias. No entanto, não se pode afirmar, a partir disto, que a responsabilidade da guerra seja inteiramente eritréia.

As questões da nacionalidade e das etnias devem ser trazidas, portanto, para esta investigação. Apesar da grande polêmica acerca da centralidade da etnia nas identidades e nos conflitos africanos, é importante analisá-la como um dos elementos das

⁴⁶ “A introdução pela Eritréia, em novembro de 1997, de sua própria moeda o Nacfa não apenas afetou esperadamente as relações econômicas pouco institucionalizadas e desreguladas entre os dois Estados, ela também de repente levantou a saliência de sua imprecisa fronteira comum”

⁴⁷ “Primeiramente, a introdução da nova moeda da Eritréia necessitava de uma clara delimitação da fronteira a partir da metade de 1997 com o intuito de regular o comércio trans-fronteiriço, taxaço e fluxos cambiais. Em segundo lugar, a nova moeda iniciou uma disputa no fim de 1997 sobre a natureza precisa das relações comerciais pós-Nafka entre Etiópia e Eritréia, danificando as relações entre suas administrações. Em terceiro lugar, a fricção foi exacerbada ao passo que a disputa comercial e financeira perturbou severamente o fluxo de bens, remessas e trabalhadores através da fronteira, gerando novas pressões políticas em ambos os governos. Tomadas em conjunto, esses fatores econômicos parecem ter reavivado velhas animosidades entre os grupos vigentes em ambos os países, erodindo sua disponibilidade para o compromisso ou a negociar por discordâncias”

identidades na África (Chabal, et al., 2001). O grande perigo de atribuir à etnia a centralidade das dinâmicas em África e de totalizar em si as identidades africanas é cair na falácia da “desestrategização e tribalização dos conflitos e da política regional” (Vizentini, 2007). Isto é, ao assumir que as etnias sejam as causas das guerras em África, se oculta os propósitos e interesse políticos dos atores (sejam eles Estados ou não) na contenda. Apesar de as guerras do Chifre da África, como já mencionado, não serem puramente *clauswitziana* devido à mútua-intervenção (Cliffe, 2004) e devido à ausência da “tríade *clauswitziana*” de Estado, exército e povo, elas são representações da grande máxima de Karl von Clausewitz de que a guerra é a continuação da política com a adição de outros meios.

No caso do Chifre da África, em especial, e em boa parte (para não dizer no restante) dos conflitos africanos, essa perspectiva que enxerga nas diferentes etnias a causa dos conflitos no continente pode ser falha e incapaz de explicá-los por não enxergar além. Isto é, até mesmo em casos como de Ruanda 1994, é possível identificar outras causas que não as diferenças étnicas⁴⁸. Na Etiópia, por exemplo, a própria reconstrução do Estado baseou-se no federalismo étnico, enquanto na Eritreia a questão étnica sempre esteve mais ligada ao islamismo e à oposição à Etiópia.

“The role played by ethnicity in this conflict is ambiguous. Since the leaders of Ethiopia and Eritrea are both ethnic Tigrayans and are even said to be cousins, ancient ethnic hatreds would not appear to be the answer. But if identity formation is understood not as a primordial given but as relatively flexible process, then its role in the conflict cannot altogether be discarded” (Jacquin-Berdal, 2004 p. xiii)⁴⁹.

⁴⁸ Mayall (2006) retoma os escritos de Dominique Jacquin-Berdal para expor como o caso ruandês, entre outros, foram frutos de guerras civis nas quais as etnias e identidades foram forjadas a fim de justificar uma ação ou de conquistar a simpatia de parte da população cuja etnia fora definida pelo Estado, e não pela biologia e cultura.

⁴⁹ “O papel desempenhado pela etnicidade neste conflito é ambíguo. Desde que os líderes da Etiópia e da Eritreia são ambos étnicos tigrínias e até há quem diga que são primos, os antigos ódios étnicos não pareciam ser a resposta. Mas se a formação da identidade é entendida não como um dom primordial mas como um processo relativamente flexível, então seu papel no conflito não pode ser de todo descartado”

A questão da identidade é, por isso, deveras importante. Afinal, *“la frontière est une merveilleuse métaphore de ce que peut être à l’échelle d’une nation un problème d’identité”* (Le Houérou, 2000 p. 109)⁵⁰.

As três hipóteses aqui apontadas (a fronteira, a nova moeda e a identidade) estão diretamente ligadas ao recorte teórico conhecido por “Realismo de Partição” e podem ser muito bem trabalhadas, também, pela questão da difusão do poder sobre território e populações a partir do momento em que a partição ocorre em local onde as partes tinham poderes independentes que se chocaram. Desta maneira, os capítulos que seguem abordá-las-ão sob tal perspectiva, levando em consideração a natureza e característica especial da África (o chamado “excepcionalismo africano”), sem deixar de considerar boa parte do vocabulário realista, tal como dilema de segurança, poder relativo, a importância do sistema internacional etc.. O Estado segue sendo importante, mas tem uma definição e interpretação distinta daquela que os autores costumam atribuir-lhe, algo que vai além da discussão do agente unitário representado metaforicamente pela “bola de bilhar” (Nogueira, et al., 2005a p. 25).

⁵⁰ “A fronteira pode ser uma maravilhosa metáfora do que pode ser à escala de uma nação um problema de identidade”.

2 Africanismo, “novo realismo” e teorias das RI

“Mas estas conversas são muitas vezes exasperantes porque têm a pretensão de julgar os acontecimentos em África sem nenhuma compreensão das forças históricas que levaram aos eventos, idéias e soluções do presente às novas nações deste continente” (Rubadiri, 1964 p. 89)

No decorrer do século XX, muito se escreveu na tentativa de compreender os fenômenos políticos em África. Por muitas vezes, com base em pensamentos equivocados e, por que não dizer, racistas, vários estudos da Ciência Política e das Relações Internacionais falharam ao aceitar premissas errôneas sobre o continente. No começo deste estudo, a epígrafe já afirmava que foi a África a maior vítima de visões estereotipadas que acabaram por encobri-la de imenso pessimismo em relação à sua sorte. De fato, as acirradas polêmicas e discussões sobre o continente demonstram que não só a África teve deturpada sua imagem, como também há acadêmicos que tratam de combater essa construção nociva.

Essa construção imaginária de África utilizada por afro-pessimistas e combatida por africanistas, no entanto, não compreende todo o continente. Doravante, o termo África representa a porção de terra ao sul do Saara. Assume-se assim o entendimento de Herbst (2000 p. 05) de que “*while much of the analysis also applies to Egypt, Tunisia, Algeria, Libya and Morocco, those countries have radically different precolonial and colonial histories, operate predominantly in the state system of the Middle East*”⁵¹⁵². Está excluída também a África insular (Comoros, Madagascar, Maurício, São Tomé e Príncipe e Seychelles), uma vez que o entendimento da política de terras e fronteiras na consolidação dos Estados e nas contendas entre eles é imprescindível para o estudo.

⁵¹ Esta distinção e entendimento de que a África do Sahel está mais ligada com o Oriente Médio do que com a África subsaariana também é compartilhado por (Buzan, et al., 2003 p. 219).

⁵² “enquanto muito da análise possa ser aplicada também a Egito, Tunísia, Argélia, Líbia e Marrocos, esses países tiveram histórias pré-coloniais e coloniais radicalmente diferentes, e operam predominantemente no sistema de Estados do Oriente Médio”

O chamado *afro-pessimismo* – pensamento construído pelos colonizadores⁵³ europeus que tratou de justificar a colonização e as barbáries em África – ainda hoje está presente, implícita ou explicitamente, em boa parte dos estudos sobre o continente. Segundo esse vetor ideológico, “a África seria “o continente do atraso”, da inviabilidade política geradora das novas “pestes negras” como o vírus HIV e a febre mortal do Ebola, está desqualificada como interlocutora dos novos tempos das relações internacionais” (Saraiva, 1996 p. 18). Desta forma, “a África seria incapaz de conduzir seu próprio destino”, sendo obrigada sempre a “apelar para o Ocidente na busca de solução para os seus problemas”. O afro-pessimismo, assim, “opera com generalizações, preconceitos e falsas concepções”, visando confirmar a equivocada visão de submissão da África ao mundo Ocidental e das suas expectativas econômicas, sociais e políticas (Serrano, et al., 2007 p. 32).

Essa concepção teve efeitos nocivos ao estudo das Relações Internacionais em relação à África. Primeiramente, ela fez com que o continente fosse relegado ao esquecimento e abandono por boa parte dos intelectuais, principalmente daqueles que se tornaram internacionalmente conhecidos e cujas leituras passaram a ser obrigatórias em cursos de graduação de Relações Internacionais. Como Dunn (2000) denuncia,

*“Africa does not appear to exist in international relations theory (IR). Pick up a book on IR theory and look at the table of contents. Look at the index. Rarely can a reference to African experience or case studies be found. While the field has always been Eurocentric, emphasis is gradually being placed on the study of non-Western cultures. However, the new attention is directed primarily at Asia and Latin America. Africa continues to remain outside the domain of IR theory”*⁵⁴.

Tal fato, obviamente, não se deve a um “anti-africanismo” de professores, mas sim devido ao fato de que disciplina das RI marginalizou a África ao ponto de extinção,

⁵³ Logicamente, este nome foi atribuído a tal vertente de pensamento não por aqueles que a construíram, mas sim por aqueles que a repudiam.

⁵⁴ “A África parece não existir nas teorias das relações internacionais (RI). Pegue um livro de teoria de RI e olhe seu sumário. Olhe em seu índice. Raramente podem uma referência às experiências africanas ou estudos de caso ser encontrados. Enquanto este campo foi quase sempre eurocêntrico, há ênfase que gradualmente é dedicada ao estudo de culturas não-Ocidentais. Entretanto, a nova atenção é primariamente direcionada à Ásia e à América Latina. A África continua a permanecer fora do domínio das teorias de RI”.

o que permitiria dizer que “Africa is of less importance to Western policymakers than, say, Antarctica” (Dunn, 2000)⁵⁵.

Tanto para a prática quanto para o estudo da Política e das Relações Internacionais, esse processo de marginalização do continente africano tem suas origens nos escritos de Georg Hegel (1770-1831), que viveu no período em que as potências coloniais européias cresciam suas ambições na direção do continente africano. Segundo ele, lá se encontrava o *negro* que era “*the natural man in his completely wild and untamed state*”⁵⁶, sem ter se interado ainda de “*any substantial objective existence – as for example, God, or Law – in which the interest of man’s volition is involved and in which he realizes his own being*”⁵⁷ (Hegel, 2001 p. 111). Deste pensamento, duas conclusões nocivas puderam ser alcançadas. Primeiro que os africanos estavam destinados a ser, eternamente, “*Peter Pan children who can never grow up, a child race*”^{58 59} e que “*the negro is a child, and with children nothing can be done without authority*”^{60 61} (Mamdani, 1996 p. 04). A segunda conclusão nociva alcançada foi descrita pelo próprio Hegel e reverberou de maneira surpreendente nos escritos de autores importantes e fundamentais das Relações Internacionais. Como ele disse,

“At this point we leave Africa, not to mention it again. For it is no historical part of the World; it has no movement or development to exhibit. Historical movements in it – that is in its northern part – belong to the Asiatic or European World. Carthage displayed there an important transitional phase of civilization; but, as Phoenician colony, it belongs to Asia. Egypt will be considered in reference to the passage of the human mind from its Eastern to its Western phase, but it does not belong to the African Spirit. What we properly understand by Africa, is the Unhistorical, Undeveloped Spirit, still involved in the conditions of mere

⁵⁵ “a África tem menor importância para os estrategistas políticos que, digamos, a Antártida”

⁵⁶ “o homem natural em seu estado completamente selvagem e indomável”

⁵⁷ “qualquer existência substancial objetiva – como, por exemplo, Deus ou Lei – em que o interesse da vontade do homem está em jogo e, que ele percebe o seu próprio ser”.

⁵⁸ “crianças Peter Pan que nunca crescerão, uma raça de crianças”

⁵⁹ Citação de Christopher Fyfe, “Race, Empire and the Historians”, *Race and Class* 33, no. 4 (1992):22.

⁶⁰ “o Negro é uma criança, e com crianças nada pode ser feito sem autoridade”

⁶¹ “Opinião do venerável Albert Schweitzer sobre a fama do Gabão” (Mamdani, 1996 p. 04).

nature, and which had to be presented here only as on the threshold of the World's History” (Hegel, 2001 p. 117)⁶².

Apesar de este texto ter sido publicado em 1837, tal pensamento ainda tem força mais de cem anos depois e, chocantemente, pode e pôde ser encontrado na mídia e em importantes autores das RI. Em seu clássico *A política entre as nações*, Hans Morgenthau, por exemplo, afirmou que a África não teve história antes de a II Guerra Mundial, sendo um “*politically empty space*”⁶³ ⁶⁴ (Dunn, 2001a p. 02) Não só ele teve tal entendimento em relação ao continente. Jackson, por sua vez, disse que a “*Africa was a continental archipelago of loosely defined political systems: a world of societies rather than states and far more recognizable to anthropology than to international relations*” (Jackson, 1990 p. 67)⁶⁵. Esta visão também é compartilhada pelo expressivo historiador Eric Hobsbawm (1988) que não identificou organizações sócio-políticas complexas em África.

A partir desta visão, os efeitos nocivos aos estudos africanos obtiveram seu máximo grau. Não identificar as organizações políticas existentes em África antes do período colonial e a forma com a qual o poder nelas era difundido pode resultar na repetição do discurso vigente e, conseqüentemente, numa visão deturpada em relação ao continente. Todas essas organizações⁶⁶ – doravante *Estados tradicionais* – africanas tiveram padrão comum de ações para sua sobrevivência: foi “a partir do assenhoreamento de fluxos e de circuitos espaciais a eles anteriores de longa data” (Serrano, et al., 2007 p. 89) que elas se estruturaram e mantiveram, enquanto atores de um sistema, relações entre si e, até mesmo, já concertavam ações conjuntas em prol de um objetivo comum,

⁶² “Neste ponto, nós deixamos a África para não mais mencioná-la. Por ser uma parte não-histórica do mundo; ela não tem movimento ou desenvolvimento para exhibir. Movimentos históricos nela – que estão em sua parte norte – pertencem ao mundo asiático ou europeu. Cartago exibiu uma importante fase transitória da civilização, mas ela não pertence ao Espírito Africano. O que nós entendemos corretamente por África é que o Espírito a-histórico e subdesenvolvido ainda está envolvido com as condições de mera natureza, e que tinham que ser aqui apenas arpresentadas no limiar da história do mundo”.

⁶³ “espaço politicamente vazio”

⁶⁴ Citação de Morgenthau, Hans, 1973. *Politics among nations: the struggle for peace and power*, 5th edn. New York: Knopf.

⁶⁵ “África era um arquipélago continental de sistemas políticos pouco definidos: um mundo de sociedades em vez de Estados e muito mais cognoscível para a antropologia que para relações internacionais”

⁶⁶ Alguns autores, entre eles Herbst (2000) e Serrano, et al. (2007) consideram as organizações políticas indígenas da África no período pré-colonial como Estados. Eles os chamam de “Estado tradicional” ou “Estado pré-colonial”, não havendo outra diferença senão a nomenclatura.

tal como aconteceu com a Confederação Fanti⁶⁷ (Herbst, 2000 p. 42) e, apesar de não serem lembrados, eram estáveis e chegaram a perdurar por muito mais tempo que seus congêneres europeus. Quando os portugueses chegaram ao continente em 1482, o Reino do Congo já existia há pelo menos 300 anos. O Império de Ghana⁶⁸ existiu por 900 anos enquanto o do Mali por 1200 anos (Serrano, et al., 2007 p. 124). Além destes, a Etiópia “único Estado não-europeu que resistiu com êxito à conquista colonial formal, quando esta foi tentada” (Hobsbawm, 1988 p. 89) é um dos mais, senão o mais, antigo Estado do mundo. Vale também ressaltar que estes Estados tradicionais tinham intensa vida política e comercial com países de alhures. Por exemplo, foi o Reino do Benin⁶⁹ - e não os Estados Unidos – o primeiro país a reconhecer o Brasil como independente (Saraiva, 1996 p. 16).

Foi negligenciando essas e muitas outras realidades em África que a disciplina das Relações Internacionais acabou por marginalizar o continente e, a partir de então, concentrar-se fortemente no eurocentrismo e na produção de idéias bem localizadas (Waever, 1998). Desta forma, muitas das principais teorias das relações internacionais acabaram por, simplesmente, marginalizar e, até mesmo, excluir o continente que é “o berço da civilização humana”⁷⁰ (Serrano, et al., 2007 p. 82). Isto é, “*the marginalization of Africa by Western policy makers has a correlation in the continent’s marginalization by dominant (Western-produced) IR theories*”⁷¹ e, desta forma, “*Africa has long been absent in theorizing about world politics*” (Dunn, 2001a p. 02)⁷².

⁶⁷ A Confederação Fanti era uma associação de Estados na Costa do Ouro (atual Gana) que, após serem praticamente abandonados pelos britânicos depois da guerra contra Ashanti, uniram-se sob a Constituição de Mankessim para exercer controle formal sobre seu território. “Os líderes recolhidos notaram que os objetivos primários da confederação recém criada era promover relações amistosas, melhorar o país e construir “boas e substanciais estradas” (artigo 8, seção 3)” e também chegaram a estabelecer – dentro de sua engenharia constitucional – um “Rei presidente” (esse com poderes limitados) (Herbst, 2000 p. 42).

⁶⁸ “Atentar para o fato de que a atual República do Gana, grafada sem “h”, não tem qualquer relação geográfica com o Império do Ghana. A denominação Gana foi adotada no governo nacionalista de Kwamé Nkrumah com o intuito de rebatizar a antiga Colônia Britânica da Costa do Ouro com uma referência africana” (Serrano, et al., 2007 p. 90).

⁶⁹ Atenção. Trata-se do Reino do Benin (terminado com “n”), então governado pelo Obá Osemwede, que se localizava onde atualmente é a Nigéria. A atual República do Benim (terminada em “m”) é o Estado atual, correspondente ao do ex-Dahomé, localizado ao sul de Burkina Faso e Níger, limitando-se como Togo a leste e com a Nigéria a oeste (Serrano, et al., 2007 p. 59)

⁷⁰ Ênfase no original.

⁷¹ “a marginalização da África pelos estrategistas políticos tem uma correlação com a marginalização do continente pelas teorias dominantes (produzidas no Ocidente) das RI”

⁷² “a África há muito tem estado ausente na teorização sobre política internacional”

Os pensamentos realista e neo-realista, apesar de basearem-se em um vocabulário extremamente relevante e pertinente para a análise das dinâmicas políticas em África, apresentam sua primeira dificuldade ao explicá-las por dois motivos principais: a visão de Morgenthau sobre o continente, que é comum aos realistas, e a intenção clara de explicar o sistema internacional a partir dos Estados que, de fato, podem defini-lo, isto é, as potências: “*it would be... ridiculous to construct a theory of international politics on Malaysia and Costa Rica... [A] general theory of international politics is necessarily based on the great powers*”⁷³⁷⁴ (Dunn, 2001a p. 02) e apesar de nenhum dos países por ele mencionados localizarem-se em África, fica clara a marginalização e, por que não dizer, a exclusão da periferia do sistema internacional (onde se encontra o continente em questão) em seu processo de teorização. Desta forma, além de suas premissas de que “*force serves, not only as the ultima ratio, but indeed as the first and constant one*” (Waltz, 1979 p. 113)⁷⁵ e de que “*in the history of the world surely most rulers have had to bear in mind that their subjects might use the force to resist or overthrow them*” (Waltz, 1979 p. 102)⁷⁶, pouco pode ser diretamente aplicado à África.

Estas visões não foram, contudo, exclusivas do pensamento dos principais expoentes de tal corrente teórica. Também o pensamento neoliberal, apesar de criticar os neo-realistas pelo foco nas grandes potências, acabou, partindo de outras premissas, estabelecendo seu foco também nos Estados mais poderosos do sistema internacional, excluindo assim o continente africano. A falta de um poder hegemônico no continente seria, de acordo com tal vertente, responsável pela sua marginalização político-econômica do sistema internacional e, conseqüentemente, pela sua marginalização acadêmica nos estudos das Relações Internacionais. “*When neo-liberals have paid attention to Africa, they have been motivated by development theories aimed at reproducing Western economic, political and cultural ideal*” (Dunn, 2001a p. 02)⁷⁷. Isto

⁷³ . Esta intenção está bem representada nas palavras de Kenneth Waltz ao afirmar que “seria... ridículo construir uma teoria de política internacional baseado na Malásia ou na Costa Rica... [Uma] teoria geral de política internacional necessariamente é baseada nas grandes potências”

⁷⁴ Citação de Waltz, Kenneth, 1979. *Theory of International Politics*. New York: Random House.

⁷⁵ “a força serve, não apenas como *ultima ratio*, mas de fato como a primeira e constante”

⁷⁶ “na história do mundo, seguramente a maioria dos dirigentes tiveram de ter em mente que seus súditos poderiam usar a força para resistir-lhes ou derrubá-los”

⁷⁷ “Quando os neoliberais prestaram atenção para a África, eles foram motivados pelas teorias do desenvolvimento com o intuito de produzir ideais ocidentais econômicos, políticos e culturais”

é, o liberalismo assim abdicou de seu universalismo ao desconsiderar o continente africano no núcleo de sua teorização.

Desta forma, a chamada teoria da paz democrática, marco que representa os anseios liberais por democracia, terminou por ter muitas dificuldades em ser aplicada à África e explicar o porquê da relativa falta de guerras inter-estatais em um continente repleto de regimes não democráticos. Em suas interpretações de democracia, Fukuyama⁷⁸, importante autor liberal, definiu regimes democráticos como “*those which grant their people the right to choose their government through periodic secret ballot, multi-party elections on the basis of universal and equal adult suffrage*” (Nkiwane, 2001 p. 107)⁷⁹. No entanto, essa definição “*include the vast majority of African countries in the present day*” (Nkiwane, 2001 p. 107)⁸⁰ e isto seria dificilmente aceito pelos autores liberais que, quando não tentam definir democracia, acabam por caracterizá-la comparando-a com os regimes dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, o que acabaria incluindo variáveis econômicas, tal como o apelo ao consumo existente no capitalismo e reformas institucionais de cunho liberal.

Ao cumprir tais reformas superficialmente, a África deveria ser então palco de várias guerras inter-estatais. O que o liberalismo não consegue explicar, no entanto, é que a ausência de guerras em África deve-se a outros fatores que não a democracia (Adem, 2007). Além disso, “*recent studies have shown, for instance, that autocracies and consolidated authoritarian regimes are more stable (at least in the short term) than emerging democracies*”⁸¹ e, por isso, “*it is with similar skepticism that one should view the purported relationship between democracy and pacific foreign policy in Africa and elsewhere*” (Adem, 2007 p. 18)⁸².

Também o chamado estruturalismo encontra problemas ao lidar com as relações internacionais em África. Apesar de sua literatura marxista, de teoria da dependência e do sistema-mundo, esta vertente utiliza a África praticamente para denunciar a natureza hierárquica e exploradora dos sistemas-mundo existentes.

⁷⁸ Fukuyama, Francis, 1989. “The End of History?”, *The National Interest* 16:3-18.

⁷⁹ “aqueles que garantem aos seus povos direitos de escolher os governos através de eleições periódicas, secretas e multipartidária com base no sufrágio adulto universal e equânime”

⁸⁰ “inclui a ampla maioria dos países africanos no presente”

⁸¹ “estudos recentes tem demonstrado que, por exemplo, autocracias e regimes autoritários consolidados são mais estáveis (ao menos no curto-prazo) que democracias emergentes”

⁸² “é com ceticismo similar que se deve olhar à propositada relação entre democracia e política externa pacífica na África e em todos lugares”

*“Such theories have been instrumental in exposing the historical specificity – as well as the exploitative structure – of the modern Westphalian state system. Upon closer analysis, however, these theories often replicate Western biases by viewing the continent solely as part of the global “periphery”[...] Africa exists only to the extent that it is acted upon”*⁸³ (Dunn, 2001a p. 02).

Assim sendo, a marginalização sofrida pela África nos exercícios de teorização em Relações Internacionais teve seu reflexo na aparição de várias falhas e lacunas nas teorias, tais como as recém expostas. Com o recente processo de centralização – iniciado com o fim da Guerra Fria – como resposta às demandas por explicações e formulações de políticas voltadas para as guerras civis que tomaram conta do continente no começo da década de 1990 e com decorrentes preocupações com os chamados Estados falidos, fracassados, colapsados etc., que se intensificaram após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, surgiram três importantes vertentes (ou sub-vertentes) teóricas voltadas para explicar as dinâmicas da política africana.

A primeira delas, ainda fortemente ligada às perspectivas racionalistas e positivistas, apresenta na verdade uma preocupação mais geral com a questão dos Estados falidos e dos Estados páreas do que, precisamente, com as dinâmicas políticas em África. Ao identificar numerosos Estados falidos ou em vias de falência no continente africano, boa parte da literatura das correntes realista e liberal não se incumbem de tratar propriamente das dinâmicas locais e aborda o continente em questão como estudos de caso e tentativas de explicar por que Estados tão fracos como a Somália⁸⁴ e Estados “páreas” como a Líbia⁸⁵ podem representar ameaças à segurança

⁸³ “Essas teorias têm sido instrumentais em expor as especificidades históricas – assim como a estrutura exploradora – do modelo sistema de Estados westfaliano. Com uma análise mais detalhada, entretanto, essas teorias freqüentemente repetem os vieses ocidentais ao ver o continente apenas como parte da periferia global [...] A África existe apenas na extensão daquilo que nela age”.

⁸⁴ Desde a queda do regime de Siad Barre em 1991, a Somália inseriu-se em uma guerra civil multipartidária tornando-se o principal exemplo de completa e mais longa falência de um Estado na história pós-colonial (Menkhaus, 2006 p. 74), iniciando um processo de difícil retorno. “A situação não era apenas uma de colapso, mas uma nova dinâmica destrutiva, cujo ponto focal econômico, social e político ficou nas armas e nos caminhões blindados, conhecidos localmente como “técnicos” (Woodward, 2003 p. 74).

⁸⁵ Em 1991, tanto EUA quanto Reino Unido (RU) acusaram dois cidadãos líbios de envolvimento com o acidente aéreo do voo 1003 da Pan Am em Lockerbie, Escócia, em 1988. Ao serem notificados da recusa do líder líbio Muammar Al-Qadhafi de entregar os dois envolvidos, ambos os países e, posteriormente, a ONU impuseram sanções à Líbia em abril de 1992 que duraram até agosto de 1998, quando as duas

das principais potências mundiais. Tal foco é facilmente identificado nos trabalhos *Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World*⁸⁶ de Jackson (1990), *Why Africa's Weak States Persist: The Empirical and the Juridical in Statehood*⁸⁷ de Jackson & Rosberg (1982) e *Construção de estados: governo e organização mundial no século XXI*⁸⁸ de Francis Fukuyama (2005).

Apesar das preocupações distintas decorrentes das orientações teóricas de seus autores (os dois primeiros trabalho de autores de orientação realista e o segundo, liberal) em ou explicar o porquê da manutenção e existência de Estados fracos ou na manifestação da preocupação em reconstruí-los, esses trabalhos apresentam importante convergência em alguns pontos. Conforme aponta Alexandrino (2008 p. 02), “parece existir na literatura sobre o assunto a posição consensual de que os Estados fracassados são um fenômeno típico do pós-Guerra Fria”, devido ao fato de que com o fim da Guerra Fria, “os Estados então receptores de recursos ficaram entregues à própria sorte”. As causas da falência estatal encontram-se, portanto, na ação das grandes potências: isto é, o corte do envio de ajuda financeira e militar em determinado momento; na tentativa de imposição de instituições democráticas; na redução concomitante da força e do escopo estatais após reformas orientadas pelo chamado Consenso de Washington; e a ação direta de muitos governos e empresas na tentativa de garantir o suprimento de seus interesses são todos motivos para a falência de um Estado.

Todos esses fatores são, de alguma forma, mencionados por autores das mais variadas orientações como causadores da fraqueza estatal em África. No entanto, tal literatura não se preocupa em explicar as dinâmicas indígenas africanas – ação que pode ajudar a intensificar o fenômeno e a reação a ele por parte dos próprios atores locais – pois não é seu intuito. Além disso, tal literatura frequentemente faz referência ao Estado africano fazendo uso de adjetivos como falido, fraco, *quase*, inventado e imposto, parasitário etc. e falha ao pensar o Estado africano tal como ele é: africano (Dunn, 2001b) e africanizado (Chabal, et al., 2001).

potências passaram a fazer concessões e aceitar o julgamento dos acusados em um país neutro, conforme exigia Gaddafi (Sakah, 2001).

⁸⁶ JACKSON, Robert, 1990. **Quasi-states**: sovereignty, international relations and the Third World. 1.ed. Cambridge: Cambridge University Press.

⁸⁷ JACKSON, Robert e ROSBERG, Carl G., 1982. *Why Africa's Weak States Persist: The Empirical and the Juridical in Statehood*. **World Politics**, vol. 35, no. 1, outubro.

⁸⁸ FUKUYAMA, Francis 2005. **Construção de estados**: governo e organização mundial no século XXI. 1.ed. Rio de Janeiro: Rocco.

Contra essa rotulação dos Estados africanos, outra vertente teórica surgiu, desta vez no campo pós-positivista, a fim de explicar o fenômeno do Estado no terceiro mundo (no qual muito destaque é reservado para a África) e sua debilidade. Neste contexto, o pós-colonialismo surge para lidar com a questão de que

“o estabelecimento de novos atores nas relações internacionais, que aparentemente tinham a mesma condição de soberania que os demais Estados, mas que apresentavam grandes carências na sua organização e nos seus desempenhos, passou a representar um problema nas relações internacionais” (Nogueira, et al., 2005b p. 228).

Com o intuito de resgatar um humanismo (Nogueira, et al., 2005b p. 228), autores identificados com tal vertente lançaram duras críticas aos discursos positivistas ocidentais sobre o mundo não-ocidental: “*these scholars have been critical of the West’s tendency to analyse formerly colonized regions from culturally determined and often limited Western historical perspectives*” (Edozie, 2008 p. 06)⁸⁹. Além disso, essa crítica pós-colonialista também serviu para criticar ferozmente a “*global inequality whose ideological force is presented as a counter to contemporary global economic and political coercion and the denial to developing world countries of usage of their own resources and fair access to global markets in ways that perpetuate old colonial rule*” (Edozie, 2008 p. 07)⁹⁰.

Garantido tal enfoque no Terceiro Mundo e nas ex-colônias, o pós-colonialismo passou a se preocupar em demonstrar que as visões ocidentais sobre tal região do globo eram míopes, pois não levavam em conta que também os países da Europa Ocidental passaram, em outro contexto, por processos semelhantes aos que muitos países da África hoje enfrentam. Através dessa “etnografia reversa”, os ex-colonizados buscaram usar as mesmas “estratégias das ex-metrópoles para estudar e “consertar” os desacertos das antigas metrópoles” (Nogueira, et al., 2005b p. 229).

Como exemplo, Grovogui (2001) critica Jackson (1990) e Kaplan (1994) e outros que afirmam que os Estados pós-coloniais não possuem nem coerência interna

⁸⁹ “esses acadêmicos tem sido críticos na tendência do Ocidente em analisar as regiões antigamente colonizadas desde perspectivas históricas ocidentais culturalmente determinadas e limitadas”

⁹⁰ “desigualdade global cuja força ideológica é apresentada como contenção à coerção política e econômica global contemporânea e à negação aos países do mundo em desenvolvimento ao uso de seus próprios recursos e acesso justo aos mercados globais de forma a perpetuar o antigo regime colonial”

nem governos críveis para que lhes sejam garantidos o *status* de soberano. Para demonstrar que tal afirmação baseia-se em “*analytical errors, ideological confusions, and historical omissions*” (Grovoqui, 2001 p. 29)⁹¹, ele compara os processos de surgimento e consolidação do Congo - Kinshasa (antigo Zaire) com os de Suíça e Bélgica e conclui que tanto o país africano como os europeus foram criados e mantidos como independentes e soberanos através da ação de potências.

Além disso, os estudos pós-colonialistas (estudos de fronteira entre disciplinas, como já dito) também buscaram introduzir outras disciplinas para a compreensão dos *modi operandorum* no Terceiro Mundo. (Malaquias, 2001), por exemplo, ressalta a necessidade de incorporar a “nação” na análise dos Estados africanos, rompendo assim com uma tradição westfaliana na análise das Relações Internacionais. Ao incorporar a nação e tornar o sistema westfaliano nebuloso, Malaquias endossa a interdisciplinaridade do pós-colonialismo, ressaltando “*political, economic, cultural relations and conjunctures of the contemporary global era*” (Edozie, 2008 p. 08)⁹².

Outra importante contribuição pós-colonialista para o entendimento de África foi dada por Mamdani (1996). Em seu livro *Citizen and Subject*, ele analisa a África a partir do sistema de dominação que as metrópoles coloniais impuseram aos povos africanos, segregando-os dos colonos brancos e segregando-os entre si, dentro das fronteiras de uma mesma colônia. De acordo com seu argumento, a ruptura entre o rural e o urbano no século XIX e a construção das instituições coloniais que lhe foram baseadas ainda persistem hoje e seriam, via de regra, motivo importante para a fraqueza dos Estados africanos.

De difícil contestação, talvez seja este o principal trabalho pós-colonialista dedicado à África. Deve ser devido a Mamdani que “*many progressive Africanist scholar while indirectly and unconsciously engaging with post-colonial claims are either silent in promoting post-colonial theory or they reject its relevance to contemporary Africa*” (Edozie, 2008 p. 10)⁹³.

⁹¹ “erros analíticos, confusões ideológicas e confusões históricas”

⁹² “as conjunturas e relações políticas, econômicas e culturais da era global contemporânea”

⁹³ “muitos acadêmicos africanistas progressistas enquanto se engajam inconsciente e indiretamente aos reclames pós-colonialistas permanecem em silêncio em vez de promover a teoria pós-colonialista ou rejeitam sua relevância à África contemporânea”

De fato, apesar de alguns reclames pós-colonialistas corretos como a comparação e equalização das artificialidades de Estados africanos e europeus e a construção de nações tanto no Velho Continente quanto no Terceiro Mundo, o pós-colonialismo apresenta algumas falhas em explicar as dinâmicas existentes em África. Apesar de correr o risco de ser entendido como silencioso na promoção da teoria pós-colonialista, este estudo busca, antes de tudo, salientar as dinâmicas e processos indígenas enquanto os estudos pós-colonialistas assumem que a África, em especial, e o Terceiro Mundo, em geral, agem passiva e reativamente às grandes potências e às condições que estas criam no sistema internacional. Por exemplo, autores pós-colonialistas sentir-se-iam pouco confortáveis com a afirmação de Engelbert (2000) de que sim existem Estados legítimos perante sua população em África depois da colonização.

A partir desta falha em re-centralizar a África no estudo das Relações Internacionais em busca de uma melhor compreensão para suas próprias dinâmicas, alguns autores passaram a trabalhar a questão de quais desafios a África apresenta para as TRI por razões distintas, porém complementares: 1- a crescente importância estratégica do continente africano para as grandes potências no decorrer do século XX, principalmente após os atentados de 11 de setembro (e a conseqüente conexão feita por muitos acadêmicos e estrategistas políticos sobre Estados fracos e terrorismo); 2- o chamado excepcionalismo africano; e 3- os limites das TRI que, mesmo após tentativas pós-colonialistas, ainda não eram capazes de entender ou explicar as dinâmicas do continente africano.

Engel, et al. (2006 p. 06) explicam que *“the understanding of Africa as being only of minor importance to the overarching bipolar confrontation between the East and West was clearly reflected in the academic literature on the international politics of the Cold War and also in IR Theory”*⁹⁴. Para eles, é possível identificar as preocupações e as abordagens que as TRI dedicaram ao continente africano de acordo com o período histórico e a importância estratégica de então do continente. Nos anos 1940, as preocupações em relação à África reduziram-se ao movimento Pan-Africanista e, nas duas décadas seguintes, ao Movimento dos Não-Alinhados. Era o início do processo de

⁹⁴ “o entendimento da África como algo apenas de baixa importância para confrontação bipolar global entre Leste e Oeste foi claramente refletida na literatura acadêmica sobre política internacional da Guerra Fria e também na teoria de RI”

descolonização do continente que chamava a atenção. Contudo, as principais obras de Relações Internacionais de então continuaram não dando à África um lugar de maior visibilidade.

Foi na década de 1970 que o continente passou a ganhar mais atenção. No entanto, ele fazia parte do conjunto de dados que visavam endossar as teorias críticas voltadas para a dependência econômica. É neste contexto que a Economia política Internacional passou a ser o determinante eleito para entender as políticas externas dos países africanos, uma vez que sua posição subalterna na Ordem Internacional lhes obrigaria a seguir os interesses dos países desenvolvidos. Mesmo as correntes (neo) liberais desse período não incluíam a África, continente que, na época, destacava-se com o êxito, de diversas formas, dos movimentos independentistas sobre as forças coloniais. Nem mesmo o advento da Organização da Unidade Africana em 25 de maio de 1963 e a adesão massiva dos países africanos já independentes a ela foram suficientes para dar maior espaço à África dentre as teorias liberais. “*If the liberal and neo-liberal theories had any impact on theorizing on Africa, it has been through their inspiration of theories of development and not in relation to Africa in IR*” (Engel, et al., 2006 p. 08)⁹⁵. De fato, como já foi visto, as teorias liberais (principalmente a Teoria da Paz Democrática) encontram extremas dificuldades para aplicar-se e explicar os fenômenos do continente africano

O fim da Guerra Fria tampouco ajudou à África: “*the disappearance of the bipolar contest for Power and influence on the continent meant that Africa more or less lost what was left of its limited importance to global security*” (Engel, et al., 2006 p. 09)⁹⁶. Consequentemente, o continente continuou imerso no esquecimento em relação às TRI. A perda da pouca importância (retomada apenas após os eventos de 11 de setembro de 2001) “*it implies that the majority of contributions on Africa in international relations continue to be descriptive and research designs in general seem to be little informed by IR theory debates*” (Engel, et al., 2006 p. 12)⁹⁷.

⁹⁵ “Se as teorias liberais e neoliberais tiveram algum impacto em teorizar a África, ele ocorreu através de suas inspirações de teorias do desenvolvimento e não em relação à África nas RI”

⁹⁶ “o desaparecimento da disputa bipolar por poder e influência no continente significou que a África mais ou menos perdera o que lhe tinha sido deixado de sua limitada importância na segurança global”

⁹⁷ “implica que a maioria das contribuições sobre África em relações internacionais continue a ser descritivas e projetos de pesquisa em geral pareçam estar pouco informados dos debates das teorias de RI”

Outras duas explicações para a marginalização da África nas teorias das relações internacionais tratam da incompatibilidade direta entre continente e teorias. Enquanto Lemke (2003) a atribui ao excepcionalismo da política do 3º mundo em geral e na África em particular, Dunn (2000) acredita que “*Africa’s marginalization in IR is due not to the uniqueness of the African context (so-called “African exceptionalism”), but to the inherent limitations of these theoretical approaches*”⁹⁸.

Independente do motivo atribuído à marginalização, há um forte consenso sobre as características que fazem da África incompatível com as teorias racionalistas e positivistas das Relações Internacionais. Críticas em relação às principais características do sistema internacional, do Estado e uma nova percepção dos atores fazem parte das chamadas “*African lessons to international relations research*”⁹⁹, tal como intitulado Lemke (2003) seu trabalho. No entanto, os objetivos e métodos positivistas e racionalistas podem sim ser aplicados para a análise e compreensão das dinâmicas africanas – desde que endossados com a contribuição de termos pós-positivistas.

Dessa maneira, para entender África é necessária uma coleta de dados minuciosa (ainda que Lemke (2003) admita ser esta uma tarefa bastante difícil). De qualquer forma, foi através de tal método positivista que a aqui chamada crítica africanista às Relações Internacionais denunciou a existência de dois subsistemas internacionais em África: o primeiro, westfaliano e que conta com o tradicional dilema de segurança cunhado por John Herz¹⁰⁰; o outro, não-westfaliano, com um dilema de segurança regido pelo regime vigente de um Estado para sua própria sobrevivência (Engel, et al., 2006). Tal distinção é importante e é devida à existência de diferentes estatalidades em África, o que torna íntima a relação entre o doméstico e o internacional, que obriga que seja feita a diluição da separação dessas esferas.

Para entender as dinâmicas em África, este estudo então utilizará a mesma ferramenta utilizada por Mamdani (1996): a análise da “história por processo”. Apesar de não compartilhar das mesmas conclusões que este autor no que diz respeito ao estado do Estado em África, a ferramenta por ele utilizada é deveras importante, pois auxilia na fuga da chamada “história por analogia”. Isto é, enquanto a primeira ressalta a

⁹⁸ “a marginalização da África nas RI é devida não à singularidade do contexto africano (o tão chamado ‘excepcionalismo africano’), mas às limitações inerentes dessas abordagens teóricas”

⁹⁹ “lições africanas para a pesquisa de relações internacionais”

¹⁰⁰ Herz, John. “Idealist Internationalism and the Security Dilemma”, *World Politics*, v.2, n.2, p.157-180, 1950. Citado em (Nogueira, et al., 2005a p. 36).

importância das especificidades nos padrões de relacionamentos entre atores e suas conseqüências nos processos, o que pode levar a distintos *stati quo* (distintos inclusive daquele no qual está imerso o estudioso); o segundo trata a história como unilinear, caricaturando e mitificando uma experiência que deve por todos ser seguida (Mamdani, 1996). A partir de então, será levada a cabo uma análise em três níveis. Primeiramente, considerar-se-á o Estado, a natureza do mesmo e a difusão de poder sobre a população e território. Em seguida, o sistema de Estados africano será revisitado, na tentativa de compreender as influências de tal sub-sistema na consolidação do Estado africano. Por fim, são as influências do sistema internacional como um todo, incluindo o papel das grandes potências e dos organismos internacionais das mais variadas naturezas que serão expostas.

Esta escolha, contudo, deve ser mais bem explicada antes de ser iniciada. Realizar a cabo uma análise baseada nesses três níveis já denuncia uma importante contribuição construtivista para esta linha de pensamento chamada pelos seus proponentes de “novo realismo” (Ottaway, et al., 2004). Não porque apenas os construtivistas pensam ser importante a análise de níveis, tratando os agentes e as estruturas. Enquanto vários realistas clássicos fundam suas premissas a partir da atuação de indivíduos para a esfera internacional, dando maior ênfase nos agentes, os realistas estruturalistas consideram que o sistema internacional (a estrutura) determina o comportamento dos agentes e, por isso, deve ser o primeiro nível a ser analisado. Isto não significa, contudo, que os demais níveis devam ser ignorados ou devam ter sua importância negada. Afinal, como afirmou o próprio Waltz (2004 p. 295), principal nome do realismo estruturalista, “a terceira imagem descreve a estrutura da política mundial, mas sem a primeira e a segunda imagens não pode haver conhecimento das forças que determinam a política; a primeira e a segunda imagens descrevem as forças presentes na política mundial, mas sem a terceira é impossível avaliar a importância ou prever os resultados dessas forças”.

Apesar de neste trecho Waltz privilegiar o nível sistêmico, isto é, a estrutura, ele reconhece ainda a importância de dois níveis inferiores. Essa divisão acadêmica entre privilegiar o agente ou a estrutura na análise das relações internacionais também ocorreu em outra importante vertente positivista: os liberais. Também eles dividiram-se e reconheceram a primazia de um determinado nível na análise e nos acontecimentos da política internacional.

Desta forma, a grande contribuição construtivista para o chamado “Novo Realismo” é a negação da antecedência ontológica tanto aos agentes quanto à estrutura, uma vez que ambos são co-construídos. A partir disso, uma análise baseada em três níveis – tal como proposta neste estudo – justifica-se ao compreender que as dinâmicas políticas em África não são puramente reativas ao sistema internacional. Elas também são ativas em relação ao palco onde vivem e tem de lidar constantemente com os atores estatais e não estatais e os diferentes graus de estatalidade existentes. Perante essa abundância de fatores que poderiam determinar as decisões dos líderes africanos, seria enganoso crer que não há um padrão de condicionantes e determinantes para a política africana. Como será visto a seguir, é possível sim falar de determinados padrões que obedecem às mesmas condicionantes e determinantes nos três níveis, afetando-os mutuamente.

2.1 O Estado africano

O primeiro nível a ser analisado para a compreensão da África neste estudo será o Estado. Não por outorgar-lhe maior importância ou antecedência ontológica, mas por uma escolha metodológica, pois se acredita ser este o melhor ponto de partida para uma melhor compreensão das dinâmicas em África.

O Estado tradicional africano surgiu em tempos remotos na história “a partir do assenhoreamento de fluxos e de circuitos espaciais a eles anteriores de longa data” (Serrano, et al., 2007 p. 89). Isto é, a difusão do poder de tais organizações políticas era baseada em alguns fatores que lidavam diretamente com a topografia, populações e possibilidades de comércio. Em situação de baixa densidade demográfica e de elevados custos de projeção da autoridade e do controle, coube aos líderes africanos difundir seu poder sobre a população (Herbst, 2000 p. 36) uma vez que o território lhes era pouco valioso devido ao fato de que “*low productivity agriculture meant that there was less in the way of people or surplus to tax and collection costs were probably higher*” (Herbst, 2000 p. 39)¹⁰¹.

¹⁰¹ “a baixa produtividade agrícola significava que havia menos pessoas ou excedentes para taxar e os custos de cobrança eram provavelmente mais altos”

Assim sendo, os líderes africanos tinham então de consolidar o Estado a partir dos custos de extensão do poder uma vez que estes eram os mais baixos. Em contrapartida, consolidar a autoridade e controle em África baseando-se em determinado território e na natureza das fronteiras era demasiadamente oneroso para essas lideranças. O Estado tradicional baseava-se, aparentemente, apenas em seu interior¹⁰².

Esta talvez seja a origem das grandes dificuldades em identificar os processos políticos autóctones de África e seus atores no período pré-colonial. Aqueles que acreditam que na África não havia história antes da chegada dos europeus enganam-se com tal afirmação devido ao fato de conduzir seus estudos e pesquisas através da “história por analogia”. A falta de história em África como eles afirmam e a conseqüente falta de guerras são, para esta linha de pensamento, o motivo do atraso e fragilidade dos atuais Estados africanos, que não puderam ainda converter-se em Estado-nação.

É comum então, buscar em Charles Tilly a explicação para o atual estado do Estado no Terceiro Mundo e, conseqüentemente, em África. Em seu famoso *Coercion, capital and European States, AD 990 – 1990*, Tilly preocupa-se em responder duas questões principais: 1- o que é considerado como variações de tempo e espaço entre as formas do Estado europeu; e 2- por que elas finalmente convergiram para o Estado nacional. Para respondê-las, ele admite que apesar de os Estados europeus não terem passado por processos uniformes e serem frutos de fenômenos recentes, eles tiveram na sua formação forças motrizes semelhantes: a coerção e o capital. Para ele, os Estados são formados pela necessidade da guerra, o que impele aos governantes a extraírem recursos.

Sua tese básica é que “como diferentes Estados emergem em situações diferentes, e como os dois tipos de situações [de capital intensivo e de coerção intensiva] requerem padrões diferentes de negociação e organização de Estado para extrair seus recursos, os Estados diferirão também em organização e desenvolvimento” (Griffiths, 2004 p. 355). Neste sentido, Estados de aparato político centralizado surgiriam devido à “competição agressiva contínua por comércio e território entre Estados de tamanhos desiguais, que fizeram da guerra uma força motriz na história da

¹⁰²Interior, neste caso, é uma tentativa de tradução de *hinterland*.

Europa” (Tilly, 1990 p. 54). Estados com política mais liberal teriam surgido de maneira diferente, em suas palavras,

“enquanto os regentes barganhavam diretamente com suas populações súditas por impostos massivos, serviço militar e cooperação em programas estatais, muitos Estados deram passos adicionais de profunda importância: um movimento até o controle direto que reduziu o papel dos padrões locais ou regionais e representantes de lugares do Estado nacional em todas as comunidades e expansão de consulta popular na formas de eleições, plebiscitos e legislaturas” (Tilly, 1990 p. 63).

O Estado nacional surge então quando os recursos não podem ser prontamente traduzidos em potencial bélico: “o fator mais importante para explicar o surgimento do Estado nacional é a ampliação da escala da guerra e a integração crescente do sistema de Estados europeu” (Griffiths, 2004 p. 357).

Visto sob esse ângulo, as disfunções dos Estados africanos parecem bem explicadas, pois eles não conheceram a experiência capital da guerra. Contudo, “*the African experience of politics amid large supplies of land and low population densities while confronting an inhospitable physical setting is in dramatic contrast to the European experience of state-building*” (Herbst, 2000 p. 13)¹⁰³.

Dessas diferenças e incompatibilidades da África com os escritos de Tilly – e com outros tantos fatores – originou o pensamento de que os Estados e sociedades em África eram – e ainda seriam – pré-modernos, pré-capitalistas, pré-industriais etc.. A “história por analogia” assume, então, que um dia eles atingirão esse patamar. No entanto, a pergunta de Mamdani (1996 p. 09) é de extrema valia para justificar o uso da “história por processo” e assim, este estudo desconsiderar os preceitos de Tilly: se “‘premodern’ thus became ‘not yet modern’, and ‘precapitalist’ ‘not yet capitalist’ [...] can a student, for exemple, be understood as not yet a teacher?”¹⁰⁴.

A África, portanto, não passou pelos estágios proclamados por Tilly. A constituição dos Estados africanos – tradicionais e pós-coloniais – foi claramente

¹⁰³ “a experiência africana de política em meio a grandes suprimentos de terra e baixas densidades populacionais enquanto confrontadas a disposições físicas inóspitas é um contraste dramático à experiência europeia de construção de Estado”

¹⁰⁴ “‘Pré-moderno’ então se tornou ‘ainda não moderno’, e ‘pré-capitalista’, ‘ainda não capitalista’ [...] pode um estudante, por exemplo, ser entendido como ainda não um professor?”

submetida a um processo totalmente distinto. A topografia pouco favorável à agricultura e a baixa densidade populacional em África acabou forçando a difusão do poder sobre os indivíduos. Por esta razão, o tamanho das entidades políticas tradicionais africanas variou de acordo com as possibilidades de comércio, que estavam diretamente ligadas aos custos da difusão e expansão de poder.

“That the size of some African polities changed in response to new economic opportunities and technological developments suggest that precolonial Africa had dynamic states that can, in fact, be understood using the traditional tools of politics. Rather than simply being ‘primitive’ or so unlike other states that they were unique, precolonial African polities developed as logical responses to their physical environments, most notably the cost of extending power over distance, much like European states developed characteristics in response to the overwhelming characteristic of their political environment: war for territory” (Herbst, 2000 p. 51)¹⁰⁵.

Essas mudanças de tamanho dos Estados tradicionais africanos (entidades políticas) em resposta às oportunidades econômicas deve-se claramente à difusão do poder dos regentes sobre os indivíduos. Desta maneira, *“African international relations reflected the complexity of shared sovereignty and multiple states forms”* (Herbst, 2000 p. 54)¹⁰⁶. Esses Estados organizavam-se em variados níveis de hierarquia e lealdade, o que justificava a possível retração da extensão física do Estado. Essa organização sobreviveu de certa forma à colonização e ainda hoje, nos maiores Estados africanos, é possível identificar múltiplos centros de poder (Herbst, et al., 2006 p. 10) que, por vezes, concorrem entre si pelo controle do aparato estatal.

O início do processo de colonização da África e a conseqüente, porém limitada, infiltração no território deu origem a novos atores e a um novo padrão de

¹⁰⁵ “Que o tamanho das entidades políticas mudou em resposta às novas oportunidades econômicas e desenvolvimentos tecnológicos sugere que a África pré-colonial tinha Estados dinâmicos que podem, de fato, ser entendidos usando as ferramentas tradicionais da política. Em vez de simplesmente serem ‘primitivos’ ou tão distintos dos outros Estados que eles são únicos, as entidades políticas africanas pré-coloniais desenvolveram respostas lógicas ao seus ambientes físicos, mais notavelmente ao custo de estender o poder sobre distância, tal como os Estados europeus desenvolveram características na resposta à característica mais marcante de seu ambiente político: guerra por território”.

¹⁰⁶ “as relações internacionais da África refletiam a complexidade da soberania compartilhada e formas múltiplas de Estados”

relacionamento entre eles. A partilha do continente entre as potências imperialistas que visavam a reservas de mercados não só desmantelou a grande maioria dos Estados tradicionais africanos como também fez surgir a semente daqueles que seriam, na era pós-colonial, os Estados e nações africanos – por mais problemático que seja falar em nações para a África. Na época, da divisão do território, muito pouco se sabia sobre as realidades das populações indígenas e, até mesmo, sobre suas características geográficas e, devido a isto, muitas das fronteiras foram desenhadas diretamente no mapa, sem qualquer conhecimento do terreno ou da localização exata da futura fronteira (Herbst, 1989 p. 679).

Este consenso de que as fronteiras dos Estados africanos atuais são artificiais e fruto de um redesenho arbitrário por potências colonizadoras alienígenas gerou um debate importante no tocante à estabilidade e autodeterminação dos povos. Ravenhill (1988 p. 282), por exemplo, argumenta que

“a divisão arbitrária do continente pelas potências européias, com pouco ou nenhum respeito aos agrupamentos sociais e políticos preexistentes ou então, algumas vezes, às características ‘naturais’ geográficas, complicou imensamente as tarefas de construção de nação e de Estado pelos governos africanos”.

A artificialidade das fronteiras dos novos Estados africanos desacompanhada de esforços para a difusão do poder por todo o território nos períodos colonial e pós-colonial mantiveram e criaram nas áreas mais remotas dos Estados africanos verdadeiros vácuos de poder, uma vez que havia falta de vontade política e altos custos de projeção do poder estatal sobre todo o território. Se antes o tamanho dos Estados africanos variava de acordo com as possibilidades de comércio em função dos custos de difusão do poder, no período pós-colonial o tamanho dos Estados já era dado e imutável. Em outras palavras, se antes poder-se-ia dizer que “*the emphasis on the political center and the relative inattention paid to the hinterland nicely reflects the reality of Power in precolonial Africa*” (Herbst, 2000 p. 46)¹⁰⁷, o que não mudou durante o período colonial, o período independente também não apresentou mudanças capazes de alterar esse quadro.

¹⁰⁷ “a ênfase sobre o centro político e a relativa desatenção prestada às áreas remotas bem refletia a realidade do poder na África colonial”

“States had to control their political cores but often had highly differentiated control over outlying areas. Indeed, there was often no immediate imperative to improve tax collection in the hinterlands or to do the necessary work so that those outside of the capital could be bound to the state through symbolic politics” (Herbst, 2000 p. 134)¹⁰⁸.

É devido a este fato que o tamanho do território em África – ao contrário do que se supõe para o resto do mundo – é um problema para a governança estatal em África, uma vez que os retornos políticos de investir nas áreas remotas são decrescentes (Herbst, et al., 2006 p. 09).

Outra questão que advém do tamanho e artificialidade dos Estados impostos pelos colonizadores é alegada capaz de minar os esforços de consolidação estatal e nacional em África. Remontando ao pensamento convencional, o fato de a estatalidade ter sido atribuída aos países africanos graças ao contexto da descolonização não os obrigou a desenvolver instituições capazes de evitar seu posterior colapso e construiu uma percepção – ainda que válida – de que o Estado africano é autônomo em relação à sociedade.

A partir do desenho arbitrário das fronteiras, a hipótese afro-pessimista estabelece que várias etnias e tribos inimigas foram então unidas em um mesmo território e aquelas amigas e que viviam pacificamente foram separadas com a divisão do continente. Este problema alegado tem sua base no argumento wilsoniano de que conflitos separatistas provêm de más fronteiras e de culturas incompatíveis e que surgem quando as fronteiras do Estado não estão de acordo com a disposição geográfica dos grupos nacionais, que são entidades fixas e preexistentes. Segundo essa hipótese e esse argumento, a heterogeneidade é um problema e, para resolvê-lo, basta que se divida os países e ajuste-se as fronteiras de acordo com os grupos nacionais para que haja a paz e as guerras não tornem a ocorrer.

Muitos foram os autores que concordaram com esse argumento. Enquanto uns entendem que a separação étnica pode ser uma alternativa à unidade nacional (Tullberg, et al., 1998), outros acreditam que dilemas de segurança podem surgir, originando

¹⁰⁸ “Os Estados tinham que controlar seus centros políticos, mas freqüentemente diferenciavam o controle sobre áreas mais distantes. De fato, não costumava haver nenhum imperativo imediato para aperfeiçoar a coleta de taxas nas áreas remotas ou para fazer o trabalho necessário para aqueles que fora da capital pudessem ser ligados ao Estado através de política simbólica”

conflitos étnicos no caso de ausência de um Estado efetivo ou etnicamente imparcial (Kaufmann, 1996). Não obstante, apesar de lógico e intuitivo, esse argumento apresenta falhas na definição e encontra limites na empiria.

A primeira falha a se ressaltar é o fato de esse argumento considerar as etnias, culturas etc. como dadas, ou seja, como algo estático. Isto é falso. Os mapas étnicos são interpretados de maneira equivocada uma vez que tornam estática a distribuição das etnias pelo continente. Além disso, esse quadro sofreu inúmeras alterações no decorrer da história devido não somente às imigrações e deslocamentos, mas também ao processo milenar de fusão no continente comprovado pela antropologia (Serrano, et al., 2007). “Não é nem mesmo certo que a ocupação dos territórios das comunidades de caçadores-coletores tenha-se dado necessariamente de modo violento. É provável que esta penetração se tenha efetuado de forma lenta e gradual, o que teria permitido uma aproximação e um contato pacíficos entre as duas tradições econômico-culturais” (Maestri, 1998 p. 96).

O segundo erro é que tal argumento se esquece de que a homogeneidade étnica é espúria e que “além de responsável por muitos dramas que marcaram a história humana nos últimos tempos, sequer condiz com a realidade histórica” (Serrano, et al., 2007 p. 123). Também muitos dos Estados tradicionais da África eram pluriétnicos e politicamente estáveis: “o poder político tradicional permitiu e foi capaz de criar mecanismos de solidariedade e de convivência entre povos muito diversificados” (Serrano, et al., 2007 p. 123). Em tempos mais atuais, a concentração de vários grupos étnicos no território de um só Estado não é, necessariamente, causa de instabilidade política. Mesmo porque as distinções entre as etnias são precárias e contam com o papel do Estado em cristalizá-las para criar categorias étnicas (Mayall, 2006). Assim, questões étnicas e nacionais são construções políticas e não existem critérios objetivos e não manipuláveis para definir nação (Fearon, 2004 p. 14). Nesse sentido, “muito das futuras guerras civis resultariam, sobretudo, da distorção de determinadas estruturas africanas tradicionais pelos colonizadores. Ou seja, eram o resultado não de um ‘tribalismo tradicional’, mas de sua apropriação pela modernidade européia” (Vizentini, 2007 p. 172). Os casos do genocídio de Ruanda (1994) e da atual tragédia no Darfur¹⁰⁹, Sudão

¹⁰⁹ Apesar de a mídia vincular os acontecimentos que vêm ocorrendo no Darfur como genocídio, é preferível utilizar o termo “tragédia” uma vez que as Nações Unidas não caracterizaram os

encaixam-se perfeitamente nesta descrição. Além disso, esta falha encara as etnias como centrais – se não fator único – nas identidades das populações africanas. As etnias, na verdade, são apenas um de vários elementos constituintes da identidade das populações africanas (Chabal, et al., 2001) e podem ser compatíveis e marginalizadas em favor da identidade em torno do Estado.

Durante a guerra civil da Nigéria (1967-70), por exemplo, o governo etíope do Imperador Hailé Selassié I tratou de apoiar imediatamente o governo central e a integridade territorial da Nigéria.

“A preocupação do Imperador Hailé Selassié I era criar uma identidade nacional que estivesse acima das religiões ou outras lealdades. Para tanto, deixou de apoiar os cristãos do Biafra (a Etiópia era na época, e ainda é, um país majoritariamente cristão, mas com importante população muçulmana) e tratou de apoiar um governo central, numa tentativa de promover o nacionalismo também em seu país” (Carvalho, 2008 p. 04).

Também o posicionamento do Professor Julius Nyerere, presidente da Tanzânia, ao apoiar os secessionistas do Biafra exprime uma preocupação com nacionalismo e identidade Estatal. Apesar de seu posicionamento ser considerado anômalo devido ao fato de ele ter apoiado um grupo secessionista enquanto investia pesadamente na Organização da Unidade Africana na sua resolução de “santificar as fronteiras existentes” (Saideman, 1997 p. 739), Nyerere sempre se preocupou com a construção das identidades dos povos africanos, argumentando que a OUA tinha justamente de representá-los.

A terceira e última falha a ser mencionada é que tal argumento não considera a possibilidade de existência de Estados legítimos na África, mesmo que pluriétnicos. Para que fique claro, Estado legítimo em África é aquele que obedece a pelo menos uma das três condições a seguir: não ter sido colonizado na era moderna (ex.: Etiópia); ter começado em áreas sem prévio assentamento humano (ex.: Cabo Verde, Maurício, São Tomé e Príncipe e Seychelles); ou ter mantido, após a colonização e a independência, instituições políticas semelhantes aos da época pré-colonial (ex.: Botsuana, Burundi, Lesoto, Ruanda e Suazilândia) (Engelbert, 2000). Este ponto é importante uma vez que

acontecimentos como genocídio, com base na Convenção sobre Genocídio ao não identificar a intenção dos perpetradores dos atos (Sampaio, 2008).

os movimentos de secessão exitosos originados de Estados legítimos geraram “reclames governamentais e populares a fim de recuperar o território perdido e compensar os prejuízos que a secessão causou à sua sociedade” (Carvalho, 2008 p. 13).

Partindo da legitimidade dos Estados africanos, apesar de Mamdani (1996) afirmar que os Estados atuais em África são unicamente efeitos do transplante de uma instituição alienígena para facilitar o controle e jugo metropolitano sobre a colônia e que, após a independência das colônias, a manutenção das instituições continuaram a servir o mesmo propósito de outrora (o governo indireto que teve como consequência a desracialização do Estado, mas também a sua não-democratização), a manutenção da instituição Estado em África na verdade passou por alterações importantes que, longe da passividade dos povos africanos, acabaram por mantê-los em sistemas de partido único.

Em 1964, em meio ao processo de independência das colônias africanas, o embaixador do Maláui perante a ONU e aos EUA, J. David Rubadiri, já alertava que a África tinha suas próprias características – que deviam ser respeitadas – que incluíam regimes unipartidários. Em suas palavras, “*the tendency in Africa today, therefore, is undoubtedly and rightly toward one-party states. Where so much has to be done for the common man, at so much cost, the ravings of a few power-hungry men can lead to so much that is negative and irrational – in some cases, to tragedy*” (Rubadiri, 1964 p. 89)¹¹⁰.

Subtraindo o teor retórico de seu discurso, identifica-se a preocupação de um grupo para manter-se no poder do Estado como processo geral e comum em África. Na verdade, o transplante do Estado por meio da colonização para a África não alterou o modo de difusão do poder nem seu objeto, isto é, o poder continuou a ser difundido sobre as grandes densidades demográficas, sem preocupações com as áreas mais remotas do Estado. “*El resultado es que el sistema político así establecido, aun cuando evoca su procedenci desde el punto de vista formal, ha sido ya redefinido por las condiciones locales hasta tal punto que ahora se usa para propósitos completamente*

¹¹⁰ “a tendência da África hoje, portanto, é sem dúvidas e certamente na direção de Estados de um partido. Onde há muito para fazer a um custo muito elevado, as palavras irresponsáveis de alguns homens famintos por poder podem levar a tantas coisas negativas e irracionais – e em alguns casos, à tragédia”

diferentes” (Chabal, et al., 2001 p. 37)¹¹¹. Disto surge que o Estado, como ente de apropriação primitiva e, em muitos casos, principal e única fonte de renda, tornou-se ferramenta para os atores intra-estatais que angariam seu apoio e estabilidade ao repartir os ganhos a ponto de que “*la noción de legitimidad política está basada por tanto en las expectativas de ‘compartir el botín’*” (Chabal, et al., 2001 p. 69)¹¹².

Essa noção logo esclarece o motivo de governos de Estados africanos visarem ao unipartidarismo em seu território (ainda que defendam democracias liberais e pluripartidárias no discurso). Como o Estado é a principal – pra não dizer a única – fonte de renda, qualquer grupo que tente organizar-se politicamente para fazer oposição ao governo terá dificuldades em angariar aliados uma vez que não tem com o que adquirir legitimidade. Por isso, as mudanças de governo em África ocorreram, em sua grande maioria, através de golpes de Estado promovidos por grupos insurgentes.

Estes grupos por vezes têm tanta ou mais força militar e política que os Estados africanos e chegam a controlar porções de território, impondo suas próprias leis, que – como consequência da “africanização” dos sistemas políticos herdados – representam a privatização da segurança em África (Lemke, 2003).

O número de movimentos insurgentes nos Estados africanos ganhou assim notabilidade. No geral, portando um discurso de autodeterminação dos povos ou então simplesmente alegando serem eles o melhor que possa um país ter, os movimentos insurgentes costumam ter apoio de governos de Estados rivais daqueles contra quem se levantam. Desta forma, a África apresenta “*insurgencies and official states forming alliances networks Machiavelli and Bismarck would have admired*” (Lemke, 2003 p. 131)¹¹³. Por comportarem-se como Estados, carregando o velho axioma de “o inimigo de meu inimigo é meu amigo” e formando diversas alianças entre eles e com os próprios Estados, Lemke (2003 p. 138) chamou-os de “Estados *de facto*” que são “*political entities controlling territory and possessing military capabilities*”¹¹⁴¹¹⁵.

¹¹¹ “O resultado é que o sistema político assim estabelecido, ainda quando evoca sua procedência do ponto de vista formal, foi já redefinido por condições locais até tal ponto que agora se usa para propósitos completamente diferentes”

¹¹² “a noção de legitimidade política está baseada, portanto nas expectativas de ‘compartilhar o botim’”

¹¹³ “insurgências e Estados oficiais formando redes de aliança que Maquiavel e Bismarck teriam admirado”

¹¹⁴ Para Clapham (1998a), estes são os critérios básicos de estatalidade.

¹¹⁵ “entidades políticas que controlam territórios e possuem capacidades militares”

“The functions of international relations for African insurgents were, in many respects, little different from those for recognised states. Insurgent leaders, like heads of state, used international contacts in order to strengthen their own control over their domestic political structure, gain access to external resources, and so far as possible ensure their own survival” (Clapham, 1996 p. 223)¹¹⁶.

2.2 O sub-sistema africano

Esta situação está diretamente relacionada com a constituição do Estado que, como já se viu, ocorreu de maneira distinta àquela esboçada por Charles Tilly. A ausência de um inimigo externo capaz de induzir os líderes políticos africanos a cobrar impostos e preparar-se para a guerra fez com que o território não fosse de vital importância para a constituição do Estado tradicional africano. O poder era exercido sobre pessoas e não sobre a terra e os domínios territoriais não eram questionados (Herbst, 2000). Neste sentido, afirmar que as fronteiras tiveram papel na consolidação do Estado africano é equivocado. Na verdade, elas tiveram um papel degenerador, que não contribuiu para a consolidação do poder territorial.

O alerta de Tilly de que a construção dos Estados partia da percepção do inimigo no Estado vizinho (o que não ocorria na África pré-colonial) remete ao fato de que a preocupação dos Estados está em um nível intermediário de análise: as ameaças internas ao Estado e as forças de conflito do sistema internacional como um todo não seriam a primeira preocupação dos governantes. No primeiro caso, admite-se adesão (condicionada por situações específicas, logicamente) da população ao governante; enquanto no segundo, esbarra-se na questão de que o sistema internacional como um todo não podia (e ainda não pode) ser uma ameaça direta para todos os Estados, uma vez que a falta de recursos e a distância entre algumas unidades não caracterizam uma ameaça. Seria, portanto, no nível regional a primeira preocupação dos Estados – salvo as grandes potências – uma vez que é com os vizinhos imediatos que um Estado

¹¹⁶ “As funções das relações internacionais para os insurgentes africanos foram, em vários aspectos, pouco diferentes daquelas dos Estados reconhecidos. Líderes insurgentes, tal como chefes de Estado, usaram contatos internacionais para fortalecer seu próprio controle sobre sua estrutura política doméstica, obter acesso a recursos externos e, enquanto possível, assegurar sua própria sobrevivência”

relaciona-se mais intensamente: “*seen from most countries of the world, the relevant strategic setting is not primarily at system level – the first priority is regional*” (Buzan, et al., 2003 p. 44)¹¹⁷.

A construção do subsistema africano e, conseqüentemente, a sua relação com a consolidação do Estado no continente teve início no fim do século XIX. A chamada Conferência de Berlim (1885), responsável pela partilha da África entre as potências colonizadoras, traçou as fronteiras entre as colônias que, mais tarde, tornar-se-iam os Estados africanos.

“O mapa foi fragmentado em impérios controlados pela Europa. Uma grande parte do mundo havia sido dividida entre as potências imperiais européias antes de 1850, e a fase final da subdivisão aconteceu nos cinquenta anos seguintes, quando as colônias tão distantes entre si, como a Nova Caledônia e o leste da África, foram adquiridos pela Alemanha; o Congo tropical, dominado pela Bélgica; partes do nordeste da África rendidas à Itália...” (Blainey, 2008 p. 291).

A chegada dos europeus teve conseqüências importantes na consolidação do Estado africano. Além da já mencionada divisão do território na ausência de qualquer conhecimento geográfico e antropológico, a divisão arbitrária – como já dito – complicou a construção de identidades nacionais em relação aos novos Estados africanos.

“*They [os europeus] created a system of boundaries and frontiers new to Africa; they established novel economic systems based on mines and cash crops; they built infrastructure systems that still determine patterns of trade; and they left their religions, languages, and cultural practices*” (Herbst, 2000 p. 58)¹¹⁸.

Estava estabelecido então um padrão alienígena de difusão de poder no continente africano. A questão territorial, como já vista, não era levada em conta nos

¹¹⁷ “visto pela maioria dos países do mundo, o ajuste estratégico relevante não está primariamente em nível sistêmico – a primeira prioridade é regional”

¹¹⁸ “Eles [os europeus] criaram um sistema de fronteiras e limites novo à África; eles estabeleceram novos sistemas econômicos baseados em minas e lavoura; e eles construíram sistemas de infraestrutura que ainda determina padrões de comércio; e eles deixaram suas religiões, línguas e práticas culturais”

cálculos dos governantes indígenas uma vez que o poder era difundido sobre a população e o domínio territorial era inquestionável devido aos altos custos de difusão do poder em terras mais remotas.

A surpreendente força das fronteiras coloniais permitiu que os colonialistas não se preocupassem com o controle sobre as áreas remotas, utilizando-se, nelas, da lealdade de autoridades locais. Isto porque “*the europeans, whatever their formal theory of rule, were generally unsuccessful in changing cost structures to allow for a systematic expansion of authority into the rural areas*” (Herbst, 2000 p. 94)¹¹⁹. Assim, muitas similaridades foram mantidas do período colonial para o pós-colonial.

As diversas lutas de libertação colonial e os diferentes modos pelos quais as colônias na África foram conquistando sua independência trouxeram importantes conseqüências para o Estado africano. As fragmentações políticas que ocorreram nas grandes colônias européias deram um novo desenho para as fronteiras dos recém-nascidos Estados africanos que, ao proclamarem suas independências ora se associavam com outros, ora insistiam em permanecer livres. “Assim, o processo de balcanização territorial africano foi a regra” (Vizentini, 2007 p. 167).

As fronteiras herdadas, assim, tornaram-se um mecanismo importante nas relações entre os Estados africanos, definindo de uma vez por todas o padrão de influência que o subsistema exerceria sobre a consolidação do Estado africano. As fronteiras entre os Estados africanos recém independentes acabaram mantidas por serem a única “realidade tangível” (Herbst, 1989 p. 676). Foi neste sentido que os principais africanistas da década de 1960 trataram de expor seu comprometimento com relação à sua manutenção. Enquanto os Estados africanos tratavam de se consolidar como pessoa jurídica de Direito Internacional Público (o que não requer funcionalidade do Estado), um fervilhão de atos políticos teve lugar na África na tentativa de (re)definir as fronteiras recém “libertadas” do jugo colonial.

“Neste contexto de divisão continental, a Etiópia do Imperador Hailé Selassié I encontrou espaço para projetar-se politicamente no continente, defendendo simultaneamente seus interesses quanto à anexação da Eritreia em 1962 (ex-colônia italiana, muçulmana, federada com a

¹¹⁹ “os europeus, não importa qual fosse sua teoria de domínio, não tiveram êxito em mudar a estrutura dos custos para permitir uma expansão simétrica da autoridade nas áreas rurais”

Etiópia cristã desde 1952). Selassié, tirando proveito do único Estado (e dinastia) que lograra escapar ao colonialismo, convocou uma nova conferência africana em 1963. Apesar das divergências existentes, esta deliberou a criação da Organização da Unidade Africana (OUA), com sede em Addis Abeba e integrada por comissões para arbitramento de conflitos, e comitês de libertação para os territórios ainda submetidos. A OUA aprovou, ainda, como regra para a África a manutenção das fronteiras herdadas do colonialismo, face à absoluta falta de outros parâmetros para delimitação das fronteiras dos novos Estados. Assim, a própria integridade territorial etíope era preservada” (Vizentini, 2007 p. 170).

A grande preocupação desses Estados, na ocasião, era com a vulnerabilidade que lhes era inerente no seio de sua consolidação. Essa vulnerabilidade seria a razão pela qual um Estado com problemas de secessão não apoiaria grupos separatistas em outro a fim de não abrir precedentes internos. Acreditava-se que *“since most states are vulnerable to external incitement to secession, it was obvious to the majority of states that reciprocal respect for boundaries, and mutual abstinence from irredentism, would be to their advantage”* (Touval, 1972 p. 33)¹²⁰.

Em parte, esse chamado “argumento da vulnerabilidade” pode ser corroborado pela história da África através das ações de dois daqueles que foram considerados dos principais personagens pan-africanistas. O imperador Etíope Hailé Selassié I e o presidente tanzaniano Julius Nyerere figuraram um espetáculo diplomático a parte durante os três sangrentos anos da guerra civil da Nigéria, quando as forças do General Emeka Ojukwu tentaram independentizar a República do Biafra.

De modos diferentes, Selassié e Nyerere demonstraram como o subsistema regional africano pôde interferir na consolidação do Estado nigeriano. Ao que se decidiu pela “santificação” das fronteiras dos Estados africanos, os governantes puderam ter tranquilidade para continuar difundindo seu poder apenas onde lhes era necessário. A ausência de ameaça externa graças à força das fronteiras africanas fez com que não fosse necessária a atenção para o interior, para as áreas mais remotas dos Estados

¹²⁰ “uma vez que muitos Estados são vulneráveis à incitação externa à secessão, é óbvio para a maioria deles que o respeito recíproco das fronteiras e a mútua abstinência de irredentismo seria sua vantagem”

africanos. (Herbst, 2000) também mostra que a extensão da malha rodoviária dos países africanos – com geografia favorável ou não – é diretamente proporcional à densidade populacional das regiões do país em questão. Como ele mesmo disse, “*given the lack of external threat, power will be broadcast in Africa at least somewhat like it was during the precolonial period and as it is now encouraged by the Addis rule: profoundly at the political core and radiating out with decreasing authority*” (Herbst, 2000 p. 171)¹²¹.

Dessa forma, a difusão do poder em áreas povoadas e a garantia de que não há ameaça externa explicam a configuração de um subsistema internacional capaz de compreender toda a África subsaariana, no qual o dilema de segurança é caracterizado pela luta do regime vivente em sobreviver (Engel, et al., 2006). Com a perspectiva de que esse dilema não será alterado tão cedo em boa parte do continente, uma vez que poucos foram os conflitos interestatais em África¹²² e com a convicção de que essa relativa ausência de guerras entre Estados na África não se deve à democracia destes (Adem, 2007), a difusão do poder nos Estados africanos e a natureza de seus atores e seus dilemas só poderiam ser alterados devido ao impacto das forças do sistema internacional como um todo (o que não ocorreu).

2.3 O sistema internacional e seu impacto na África.

A inserção da África em um sistema internacional globalizado parece ser um processo relativamente recente. Por isso, a inclusão deste nível nesta análise só faz sentido a partir do momento em que a África passou de fato a ser diretamente influenciada pelas ações de organismos internacionais e das grandes potências que lhes davam suporte nos últimos 30 anos. O processo de globalização cada vez mais intenso só passou a ter impactos profundos e consideráveis no Estado africano durante a década de 1980, quando a África, já quase toda independente, teve de lidar com a década perdida originada pelo choques do juro e do petróleo da década anterior.

¹²¹ “dado a falta de ameaça externa, o poder será difundido na África pelo menos como era durante o período pré-colonial e como agora é encorajado pela regra de Adis: profundamente no centro político e radiando-se com o declínio da autoridade”

¹²² Os quatro principais foram Etiópia VS. Somália em 1977/78; Tanzânia VS. Uganda em 1978/79; Chade VS. Líbia em 1983; e Eritreia VS. Somália em 1998/2000. Outras tantas contendas entre Estados africanos também tiveram lugar na história da África pós-colonial. No entanto, apenas as quatro anteriores podem ser classificadas como guerra devido, entre outros motivos, às declarações de guerra e os tratamentos que receberam dos governos.

Os efeitos trágicos do processo de reestruturação da economia mundial e da crise do início dos anos 1970 acabaram por aprofundar-se na década seguinte graças à globalização financeira e à revolução científico-tecnológica. A forte queda dos preços dos produtos primários contribuiu, e muito, para a grande queda das exportações dos países africanos que, além de prejudicados pela crise, esbarraram no forte protecionismo dos países mais desenvolvidos. Neste cenário, as frágeis e instáveis economias africanas foram obrigadas a recorrer ao FMI e ao BM, assim como a outras companhias de ajuda financeira.

Como se esperava, essas duas principais instituições impuseram o mesmo receituário de desvalorização monetária, abertura comercial, corte de gastos do orçamento e de subsídios, uma reforma agrária privatizante (isto é, pondo fim às fazendas do Estado, por exemplo) e a privatização das empresas públicas para todos os países africanos (e não africanos, é bem verdade) que lhes foram solicitar auxílio.

Apesar de Herbst (2000 p. 26) acreditar que desde aquele tempo o FMI e o BM não têm profundos efeitos nas decisões domésticas dos líderes da África e no resto do Terceiro Mundo, as determinações do chamado Consenso de Washington (o receituário recém mencionado) foram seguidas pelos países africanos, culminando em um desastre econômico, financeiro e até político de vastas proporções.

“O resultado foi a chamada *década perdida*, na qual a economia africana regrediu aos padrões de trinta anos antes. Em 1990 a dívida externa dos países africanos atingia 272 bilhões de dólares (90% do PIB), que era o dobro da de 1980. Mesmo os países exportadores de petróleo sofreram dramaticamente devido à redução dos preços. Até projetos de desenvolvimento bem sucedidos como o da Argélia entraram em colapso” (Vizentini, 2007 p. 199)¹²³.

Os efeitos foram devastadores, é verdade, mas houve também casos importantes de sucesso. O FMI exigiu na década de 1980 uma reforma monetária drástica em Gana e na Nigéria. Enquanto a primeira conseguiu atingir resultados bons e satisfatórios, a segunda viu ineficazes suas reformas uma vez que era fraco o controle fiscal sobre a desvalorização da moeda. No geral, “*many other African countries enacted significant*

¹²³ Ênfase no original.

devaluations during the 1980s. As a result, the black markets for foreign exchange, the most obvious symbol of economic distortions across the continent, had largely disappeared by the mid-1990s” (Herbst, 2000 p. 223)¹²⁴.

Esses ajustes estruturais da década de 1980 acabaram, acima de tudo, desafiando o Estado neo-patrimonial na África. Apesar de parecer um efeito positivo, o colapso deste tipo de Estado está ligado ao colapso do Estado africano em si. Foi quando o neo-patrimonialismo estatal foi desafiado pelo receituário do FMI e do BM que os Estados africanos passaram a intensificar a repressão na dissidência, uma vez que *“rulers sought to compensate by force for what they could no longer achieve by inducement”* (Clapham, 1998b p. 264)¹²⁵.

Esses efeitos econômicos e políticos, para piorar a situação, foram combinados ainda com o fim da Guerra Fria. *“The disappearance of the bipolar contest for power and influence on the continent meant that Africa more or less lost what was left of its limited importance to global security”* (Engel, et al., 2006 p. 09)¹²⁶. A adequação da África na Nova Ordem Mundial foi bastante difícil. Com o afastamento paulatino da União Soviética e, conseqüentemente, dos Estados Unidos, ela perdeu sua capacidade de barganha ao passo que sua importância estratégica se perdeu. *“O resultado foi a marginalização da África no sistema internacional e a desestrategização e tribalização dos conflitos e da política regional”* (Vizentini, 2007 p. 203)¹²⁷. Outra conseqüência importante desse afastamento foi o seu papel de catalisador no processo de falência de Estados, tal como no caso da Somália (Patman, 2007).

“Quando o fim da Guerra Fria, a globalização e o reordenamento mundial que se seguiu combinaram-se aos efeitos da década perdida e dos conflitos regionais, a África sofreu um violento processo de marginalização internacional, enquanto o caos tomava conta do continente” (Vizentini, 2007 p. 222).

¹²⁴ “muitos outros países africanos implantaram desvalorizações significativas durante os anos 1980. Como resultado, os mercados negros para câmbios de moedas, o símbolo mais óbvio de distorção econômica no continente, quase desapareceu durante a década de 1990”

¹²⁵ “os governantes tentaram compensar pela força o que eles não conseguiam mais por indução”

¹²⁶ “O desaparecimento da disputa bipolar pelo poder e influência no continente significou que a África mais ou menos perdeu o que tinha de sua limitada importância na segurança internacional”

¹²⁷ Ênfase no original.

Foi em um cenário assim que os Estados Unidos, após os atentados terroristas às suas embaixadas no Quênia e na Tanzânia em 1998, e principalmente, às Torres Gêmeas e ao Pentágono no fatídico 11 de setembro de 2001, inauguraram uma nova e importante agenda para o Terceiro Mundo. A falta de autoridade dos Estados e seus governantes sobre suas populações e a disputa por corações e mentes (lealdades) em diversos pontos do mundo, em particular na África, se tornavam aos olhos de Washington um cenário perfeito para a proliferação de grupos terroristas (Rotberg, 2005) (Andre Le Sage, 2007). Devido a isso, uma forte pressão passou a ser exercida sobre os Estados africanos para que reformas fossem levadas a cabo para recuperar o escopo estatal e prevenir a falência dos Estados com o intuito de assim combater o terrorismo internacional. Este seria o segundo ajuste estrutural imposto à África independente.

Ficam evidentes assim a força e a profundidade do impacto do sistema internacional sob a consolidação do Estado africano que, apesar de tudo, não mudou sua forma de difundir o poder. A única mudança que ocorreu foi, na verdade, que ele passou a ter menos poder e meios para difundi-lo sobre sua população. Neste sentido, visto que muitos regimes ditatoriais têm se mantido graças à “doutrina da soberania irrestrita” que impede a intervenção em países em crise, mas que também os apóia (Clapham, 1998a), dificultando o papel da sociedade civil e das forças endógenas do Estado pela sua democratização (leia-se alternância pacífica de poder em períodos regulares) – e graças à ajuda oficial que recebe – vale a pena considerar o corte do auxílio financeiro e de armas aos países do continente africano.

Como se verificou, o sistema internacional (em particular as grandes potências) tem grande poder de influência e impacto na consolidação do Estado africano, pois está dotado de mecanismos legais e políticos para fazê-lo. Um exemplo claro e muito encorajado por muitos é o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio. A oitava e última meta, por exemplo, visa a criar uma “parceria global para o desenvolvimento” e visa, para atingir seu fim supremo (a erradicação da pobreza), à doação por parte dos países mais ricos de 0,9% de seu PIB para os países mais pobres, através da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento. Essa ajuda pode sim ser válida e benéfica: ela é **“um entre vários mecanismos de interação inter-social que promove formas de desenvolvimento combinando e tem um papel contemporâneo significativo**

na reprodução social e na adaptação e mudança dos Estados africanos” (Brown, 2007 p. 13).

Por outro lado, mesmo com mecanismos de vistoria sobre a boa governança dos países receptores de ajuda, muito do dinheiro recebido se perde pela corrupção ou para sustentar a máquina estatal. Os diferentes atores sociais que dela se apoderam ou que contestam têm impedido que a ajuda chegue a quem realmente precisa dela. “Grandes burocracias são financiadas (com dinheiro de ajuda), corrupção e complacência são promovidos, pensam que africanos devem ser mendigos e não independentes” (Spiegel Online, 2005). Além disso, a ajuda – quando chega – é de pouca utilidade e tem um impacto devastador na economia local, provocando relação de dependência: o grande problema é que “ninguém consegue competir com o programa mundial de alimentos da ONU” (Spiegel Online, 2005), levando vários fazendeiros à bancarrota. Essa ajuda nada mais é do que a face internacional do “sexta-feirismo”¹²⁸ denunciado por (Kabou, 1991).

2.4 O que vale para a África

Considerados os três níveis e as dinâmicas deles procedentes, compreende-se que, apesar das mudanças ocorridas no *status* dos Estados africanos (de colônia para Estados soberanos) e nos *stati quo* da ordem internacional, a variável dos custos de difusão do poder não foi alterada com o decorrer dos anos nem com os fortes impactos dos acontecimentos no subsistema africano e no sistema internacional como um todo. Os efeitos na estatalidade e nas riquezas dos Estados africanos sim foram sentidos, mas os padrões das dinâmicas sócio-políticas internas aos Estados e as razões pelas quais surgiram grupos não-estatais e insurgentes também se mantiveram.

Como se verificou, por muitas vezes, em África, o Estado não pôde atender à chamada Estatalidade, ao passo que grupos insurgentes o fizeram, sendo até mesmo reconhecidos como ator político por outros Estados. Não obstante, a mitologia de Estatalidade existente não é capaz de enquadrar os Estados africanos. Para Clapham

¹²⁸ Inspirada no romance “Robson Crusóé” de Daniel Defoe, Kabou alega que as elites africanas simbolizam conscientemente o bom selvagem e incorporam o complexo de dependência do primitivo em relação ao homem branco. Segundo ela, as elites africanas têm interesse em manter essa imagem do continente, pois ele é o motivo pelo qual muita da ajuda financeira Ocidental é enviada para a África.

(1996), nenhuma das três maneiras de analisá-la (1- governo com controle físico de seu território e provedor de bem-estar, e explorador; 2- “idéia de Estado”¹²⁹, pela qual os Estados são construídos nas mentes das populações; e a “associação territorial de pessoas reconhecida pelos propósitos da lei de da diplomacia como membro legalmente igual do sistema de Estados”¹³⁰) serve para a África, uma vez que na maioria dos Estados, há lacunas entre os mitos e as realidades de estatalidade e, no caso africano, essas lacunas tendem a ser maiores.

Primeiramente, os governos africanos tendem a não alcançar legitimidade perante suas populações. Essa falha geralmente é associada ou à artificialidade das fronteiras (o que leva ao surgimento de grupos insurgentes) ou à moralidade (no caso de o governo ser ditatorial e não conceder liberdades políticas ao povo). Outra falha é que em muitos casos o governo não tem controle efetivo sobre o território. Governos no exílio ou que controlam apenas a capital não têm condições de preencher esta lacuna (Clapham, 1996).

Daí, a *quase-estatalidade* foi minada por dois processos que partiram da mesma contradição: “*the idea of negative sovereignty always rested on the contradiction that states could retain their independence of the international system while remaining dependent on the international system*” (Clapham, 1998a p. 146)¹³¹. Primeiro, os regimes africanos perderam a popularidade que tinham na época da independência, tornando a *quase-estatalidade* um mecanismo pelo qual aqueles que controlavam o governo clamassem por ajuda externa para reprimir sua própria população. Tal processo intensificou-se com as condicionalidades impostas pelos fornecedores de ajuda, uma vez que para cumpri-las, era necessário reprimir ainda mais a população e, com isso, perder o pouco que havia restado da popularidade que ainda havia restado ao governo. Um exemplo claro disso é a aprovação de leis antiterrorismo em África como forma de escambo para receber ajuda financeira e militar.

A íntima relação entre falta de legitimidade do governante, privatização do Estado, altos custos de difusão do poder e conseqüente fraca distribuição da renda

¹²⁹ Barry Buzan, *Peoples, States and Fear: The National Security Problem in International Relations* (Brighton: Wheatsheaf, 1983), pp.44-53.

¹³⁰ F. S. Northedge, *The International Political System* in Fred Halliday, *Rethinking International Relations* (Londres: Macmillan, 1994), p.78.

¹³¹ “a idéia de soberania negativa sempre se baseou na contradição de que os Estados poderiam reter sua independência do sistema internacional enquanto permanecessem dependentes do mesmo”

acabaram fazendo surgir os grupos insurgentes já mencionados que passaram a comportar-se como *quase-Estados*, uma vez que estes atendiam à maioria (senão a todos) critérios de Estatalidade, inclusive o critério mais básico que é o controle físico sobre um território – não necessariamente a capital – e sua população (Clapham, 1998a). A emergência, então, desses grupos insurgentes e sua absorção na política internacional teve como resultado o enfraquecimento da linha divisória entre Estados e não-Estados, que se tornou praticamente imperceptível e permitiu a existência de variados graus de estatalidade (Clapham, 1998a p. 11 e 15).

A partir desta crítica, a África apresenta 3 desafios importantes para o debate neo-neo: 1- o princípio ordenativo do sistema internacional é mais a hierarquia ordenada que a anarquia desordenada; 2- a dicotomia internacional/doméstico é falha, uma vez que 3- é difícil manter a clareza conceitual da distinção entre as esferas internacional e doméstica (Dunn, 2000). Assim sendo, a principal contribuição da África às teorias das relações internacionais é a sua natureza não-westfaliana (Engel, et al., 2006). Isto não significa, contudo, que as teorias positivistas (principalmente) devam ser descartadas e que uma nova teoria deva ser desenvolvida para levar a cabo uma análise sobre as relações internacionais africanas. Significa sim, que as teorias racionalistas já existentes devem adequar-se à natureza não-westfaliana das relações internacionais, uma vez que devem lidar com atores não-Estatais, questões de identidade, difusão de poder interna e externa, entre outros.

Olhar África a partir desta perspectiva pode ser benéfico para sua melhor compreensão. É levando em consideração parte do vocabulário realista tal como a anarquia, o objetivo primeiro de sobrevivência do ator (seja ele Estado ou não) e a questão da auto-ajuda, isto é, a percepção que “nenhum Estado pode contar total ou parcialmente com outros Estados para defendê-lo” (Nogueira, et al., 2005a p. 31), seja ele *de facto*, *de jure* ou ambos, deve-se analisar os processos políticos em África. Afinal, se Clapham (1996) afirma que as relações internacionais em África foram marcadas pela “política de sobrevivência do Estado”, Clark (2001) deriva dessa concepção a noção de “segurança do regime”, que continua centrada no poder e no interesse¹³².

¹³² Clark (2001, 85) chega a afirmar também que “a noção de ‘segurança do regime’ [...] é desenvolvida como uma chave-mestra teórica para as relações internacionais da África” e chega a afirmar que existe um “realismo não-positivista”.

Como se verá, não é exagero aplicar esse vocabulário para o estudo da África assim como a visão de Carr (2001 p. 147) de que “o exercício do poder parece sempre gerar o apetite por mais poder” e de que “não existe [...] ‘nenhuma possibilidade de traçar uma linha precisa entre o desejo de viver e o desejo de poder’”. Desta maneira, este estudo tratará a questão do Chifre da África a partir desta perspectiva (africanismo ou novo realismo), considerando a difusão do poder, e os atores dotados de diferentes graus de estatalidade.

3 A partição como a causa das guerras?

Uma das presunções mais comuns que se tem acerca de os conflitos em África é que suas origens residem na artificialidade das fronteiras dos Estados e na incompatibilidade étnica e/ou cultural das populações que foram agrupadas dentro dos mesmos. Esta presunção traz à tona a questão da partição do Estado como possibilidade de solucionar conflitos ou, até mesmo, de criar novos conflitos. Neste capítulo, o chamado “Realismo de Partição” será analisado junto com os casos do Chifre da África para verificar se o processo de partição/secessão de um Estado pode ser reconhecido como causa das guerras do Chifre da África através da influência exercida sobre a difusão do poder político sobre população e território.

A questão da partição como um todo tem sua origem em 1972, quando Tomas Hachey escreve *The problem of partition: peril to world peace* e quando Saadia Touval escreve *The boundary politics of independent Africa*. Nessa época, o mundo acabara de presenciar a Guerra dos Seis Dias (1967) e a Guerra Civil da Nigéria (1967-70)¹³³ e logo assistiria às conseqüências de partições mal-resolvidas entre Israel e os territórios palestinos¹³⁴. Na década de 1990, o debate em torno dessa questão se inflamou à medida que o fim da Guerra Fria trouxe instabilidade nos Bálcãs e em várias regiões da África, onde grupos reivindicavam sua liberação em relação a um determinado país, devido a várias guerras civis que envolveram, entre outras catástrofes, genocídios, transferências forçadas de população e limpeza étnica. A década de 1990 então foi o período no qual o debate acerca da partição foi se ela era uma ferramenta capaz de evitar guerras e se ela era capaz de resolver contendias étnicas e quando começaram a surgir pesquisas com vistas a delinear políticas necessárias para que as partições fossem bem sucedidas e pacíficas.

3.1 O Realismo de Partição

¹³³ A República do Biafra, tal como ficou conhecida, travou três anos de guerra civil contra o governo central da Nigéria pela sua independência.

¹³⁴ (The impossible partition, 2001) considera a questão da Palestina como uma de partição.

O chamado Realismo de Partição, como toda teoria de relações internacionais, está longe de ser consensual. Neste caso, os estudiosos apresentam correntes diametralmente opostas: de um lado, há quem veja as partições como desastrosas e que só resultaram e resultarão em violência futura (Etzioni (1992), Kumar (1997), Fearon (2004) entre outros) e, por outro lado, há quem acredite ser a partição o melhor – senão o único – meio de prevenir conflitos armados futuros (Philpott (1995), Kaufmann (1996 e 1998), Tir (2005a e 2005b) entre outros). Aparentemente, o único consenso que se pode identificar neste debate é a definição de partição como “*an internally motivated (i.e. secessionist) division of a country’s homeland (i.e. non-colonial) territory that results in the creation of at least one new independent state (e.g. Eritrea) and that leaves behind the now territorially smaller rump state (e.g. Ethiopia)*” (Tir, 2005a p. 545)¹³⁵¹³⁶

Aqueles que acreditam ser a partição um remédio para conflitos armados vêem conflitos nas identidades e que seus grupos devem ser separados para não criar animosidades. Para começar, alguns deles se apóiam no antigo argumento wilsoniano de que o “*violent nationalism arises when state borders are not properly aligned with national groups, which are fixed, preexisting entities*” (Fearon, 2004 p. 02)¹³⁷.

Apesar de a base wilsoniana não estar nem perto de ser um consenso ou amplamente aceita pelos autores da partição, a origem dos movimentos de partição denotam, no geral, uma ampla aceitação de tal argumento. Etzioni (1992) e Philpott (1995), por exemplo, atribuem à falta de responsividade e democracia a origem dos movimentos de libertação nacional. Kaufmann (1996) atribui à retórica hipernacionalista a elevação das identidades étnicas a tal ponto que acaba por criar dilemas de segurança entre os grupos étnicos, causando assim clamores pela partição. (Woodward, 1996), por sua vez, induz a concluir que um genocídio, transferência forçada de população a fim de “limpar” etnicamente determinada área também é causa

¹³⁵ Apesar de ter sido cunhada por um autor que defende a partição como meio de solucionar conflitos, essa definição não foi criticada pelos demais estudiosos da questão, seja por aqueles que defendem a mesma bandeira, seja por aqueles a criticam.

¹³⁶ “a divisão internamente motivada (isto é, secessionista) do território pátrio de um país (ex: não colonial) que resulta na criação de ao menos um novo Estado independente (ex: Eritrêia) e que deixa para trás o Estado remanescente agora territorialmente menor (ex: Etiópia)”.

¹³⁷ “Separatismo violento surge quando as fronteiras do Estado não estão adequadamente alinhadas com grupos nacionais, que são entidades fixas e preexistentes”.

de partição. Também Mearsheimer (1993, 1997 e 2001), por exemplo, advoga a transferência de populações para criar Estados etnicamente homogêneos.

Estas colocações são traduzidas por Kaufmann (1998 p. 22). Além da retórica hipernacionalista, do genocídio e da busca por democracia e responsividade, as comunidades étnicas não podem basear-se em um Estado imparcial e forte para prevenir contendas civis e assim, todos os grupos devem mobilizar-se para a auto-defesa. Esta criará sistemas de segurança ambíguos (os armamentos adquiridos para defesa podem ser também usados para ataque, obrigando o outro a armar-se ainda mais) com dilemas de segurança cada vez mais claros e definidos que só podem ser neutralizados “*only when opposing groups are demographically separated into defensible enclaves*” (Kaufmann, 1996 p. 137)¹³⁸.

Para o realismo de partição, a questão das identidades é importantíssima uma vez que é por meio dela que as populações definirão suas identidades e posicionar-se-ão em um possível combate ou a partir de onde começarão a calcular seu dilema de segurança. Em conflitos étnicos, as lealdades são rígidas e transparentes enquanto cada lado tem sua base de mobilização limitada ao número de pessoas que se identificam na mesma etnia, não adiantando fazer apelos aos membros do grupo oponente (Kaufmann, 1996 p. 140). Isto faz com que o dilema de segurança fique tão claro que a paz passa a ser possível somente com a separação das populações etnicamente diferentes. “*The more the warring groups have separated, the more peaceful their relations have become*” (Kaufmann, 1998)¹³⁹.

Para ser complete, contudo, e evitar, de fato, a volta da violência, há de se levar em conta o fator crítico, que é a separação do povo em enclaves defensáveis sem a partição ou soberania. Isto porque a partição sem separação apenas aumenta o conflito, uma vez que nessas condições a coabitação dos povos torna-se impossível (Kaufmann, 1998 p. 123). Nesse sentido, seria necessário primeiro garantir os enclaves para parar com a matança (baseados ambos nas identidades). Basicamente, defende-se o realismo de partição alegando-se que:

¹³⁸ “apenas quando grupos oponentes estiverem separados demograficamente em enclaves defensáveis”.

¹³⁹ “Quanto mais os grupos se separaram, mais pacífica foi a relação entre eles”.

“when an ethnic war is far advanced, partition is probably the most humane form of intervention because it attempts to achieve through negotiations what would otherwise be achieved through fighting [...] It might even save a country from disappearing altogether because an impartial intervenor will attempt to secure rights for each contending ethnic group, whereas in war the stronger groups might oust the weaker ones” (Kumar, 1997 p. 02)¹⁴⁰.

Ao alegar que a partição é capaz de resolver conflitos e garantir que estes não mais ocorrerão, adeptos do realismo de partição adotam, automaticamente, uma postura semelhante à do realismo defensivo¹⁴¹. Isto é, assume-se que, uma vez que o desejo primeiro de todo Estado é a sua segurança, uma vez que ela tiver sido alcançada, logo a paz também terá sido. Para o realismo defensivo, os Estados buscam manter o *status quo* (Nogueira, et al., 2005a p. 51), isto é, uma vez que a secessão tiver sido completa e o Estado secessionista for já uma realidade, ele, presume-se, não buscará expandir-se nem tentar recuperar terras às quais ele atribui algum tipo de valor.

A crítica ao realismo de partição, como não podia ser diferente, foi pesada. *“Granting territorial sovereignty to a majority leaves no option to those who are not of that majority [...] but to suffer in silence or to leave”* (Woodward, 1996 p. 757)¹⁴². O fato é que o cenário da partição não recebe mais atenção do que o cenário do genocídio. Para os críticos, há um grande problema na questão da identidade do realismo de partição. Partindo-se do suposto wilsoniano, basta que se divida os países em ajuste-se as fronteiras de acordo com grupos nacionais para que haja paz, eliminando a probabilidade de guerra e neutralizando os dilemas de segurança. Contudo, poucas são as razões para crer que a simples partição porá fim a um conflito. Afinal, *“if ethnic groups were moved as part of the partition, the states may seek to annex old territory*

¹⁴⁰ “quando uma guerra étnica está muito avançada, a partição provavelmente é a mais humana forma de intervenção porque tenta alcançar através da negociação o que seria, em outro caso, alcançado através da luta [...] Ela pode até mesmo impedir que o país desapareça por causa de um interventor imparcial que tentará assegurar os direitos de cada grupo étnico contencioso, considerando que o maior poderia expulsar o menor”.

¹⁴¹ Mearsheimer é a exceção. Ele é um importante realista ofensivo e adéqua seus pensamentos sobre a partição a posições de mesma natureza ao defender um papel proativo dos Estados Unidos nas crises dos Bálcãs. Ele, contudo, ainda não apresentou nenhum trabalho sobre partição em periódicos acadêmicos, apenas em jornais e revistas comerciais.

¹⁴² “Garantir a soberania territorial a uma maioria não deixa outra opção para quem não pertence à maioria [...] senão de sofrer em silêncio ou ir embora”.

and protect any remaining ethnic nationals in the other state” (Ball, 2007 p. 05)¹⁴³. Não só isso, o suposto wilsoniano não é capaz de explicar que questões étnicas e nacionais são, na verdade, construções políticas e que não existem critérios objetivos e não manipuláveis para definir nação (Fearon, 2004 p. 14).

Além disso, a possibilidade de partição geralmente tende a animar os países rivais daquele que está por ser partido. Mesmo sendo um país vulnerável, com vários grupos separatistas, existe a experiência de que Estados na África têm alimentado o separatismo em outros Estados, aproveitando-se dos reclames pela autodeterminação. Contudo, *“vulnerability to ethnic conflict and separatism presents African leaders with similar opportunities and constraints”* (Saideman, 1997 p. 723)¹⁴⁴. Isto quer dizer, a existência de um grupo separatista em dado país pode simplesmente atrair países rivais para enfraquecer o governo central, aliando-se ao separatista. Igualmente,

“because ethnic ties influence foreign policy, we cannot be optimistic about the international relations of future secessionist conflicts. States will probably find it difficult to cooperate because their decision makers will face conflicting demands” (Saideman, 1997 p. 750)¹⁴⁵.

Outra crítica feita ao realismo de partição é que ele não leva em conta outras dinâmicas realistas que geram a guerra e tem uma visão estreita sobre terminar guerras civis ao invés de guerras internacionais (Ball, 2007 p. 03). A partição, no final das contas, nada mais faz que transportar para o nível internacional um conflito interno de um país. Igualmente, separar as populações dificilmente neutralizará os dilemas de segurança. Esta apenas transformar-se-á em internacional, tal como ocorre com as guerras civis.

A questão do expansionismo e dos incentivos ao uso da força por ambos Estados remanescente e secessionista no realismo de partição também é alvo de crítica. Como alega-se, mesmo se a partição tiver sido completa e ambas as partes tiverem abandonado todo e qualquer reclame sobre povo ou território baseado em nacionalismo, o realismo

¹⁴³ “se grupos étnicos foram movidos como parte da partição, os Estados podem buscar anexar antigos territórios e proteger qualquer etno-nacional remanescente no outro Estado”.

¹⁴⁴ “A vulnerabilidade ao conflito étnico e separatismo apresenta líderes africanos com oportunidades e constrangimentos similares”.

¹⁴⁵ “por causa dos laços étnicos que influenciam a política externa, não podemos ser otimistas sobre as relações internacionais de um futuro conflito secessionista. Estados provavelmente acharão difícil de cooperar porque seus tomadores de decisão enfrentam demandas conflitantes”.

ofensivo preverá uma série de atitudes expansionistas, principalmente em direção aos Estados mais novos, menores e mais fracos (Ball, 2007 p. 06). Essas medidas, de qualquer forma, acabam sendo tomadas porque a probabilidade de uma das partes abdicar de qualquer pedaço de terra sob fundamentos nacionalistas é pouco provável, não importa se seu valor for tangível ou intangível (Tir, 2005b p. 07).

3.2 A questão Etio-Eritrêa

O conflito que eclodiu oficialmente no dia 12 de maio de 1998 surpreendeu analistas e levantou diversas especulações acerca de seus motivos. Essas especulações ganharam muita força com as declarações do 1º ministro etíope Meles Zenawi e do presidente eritreu Isais Afwerki de que não tinha uma explicação ou de que não sabia os motivos para o combate, respectivamente. Na história do Chifre da África, os conflitos são característica permanente e encontram força nos jogos de interesses existentes nos três níveis.

Para Clapham (1999 p. 84), por exemplo, o nível sistêmico teve uma profunda influência nas dinâmicas do Chifre da África. Em suas palavras, *“the region was affected by a longer history of superpower engagement and competition than any other part of sub-saharan Africa”*¹⁴⁶. No nível regional (sub-sistema africano), Clapham entende que *“the secession of Eritrea after many years of bitter and extremely costly warfare marked the first and yet only internationally recognized breach of the OAU-supported principle of state integrity”*¹⁴⁷. No nível doméstico, ele ainda afirma que a Etiópia passou por dois grandes traumas: *“first, one of Africa’s few (perhaps its only) genuine revolution and subsequently the seizure of power by guerrilla insurgencies”*¹⁴⁸.

Este processo pouco mudou no pós-Guerra Fria. Com o fim da guerra civil na Etiópia e a ascensão da FPLT como grupo governante do país e o nascimento da Eritrêa (governada pela FPLE), a região do Chifre da África assistiu a novos acontecimentos que, influenciados pelos três níveis (principalmente pelo doméstico e pelo regional),

¹⁴⁶ “O Chifre foi afetado por uma longa história de engajamento e competição das superpotências mais do que qualquer outra parte da África subsaariana”.

¹⁴⁷ “A secessão da Eritrêa após muitos anos de guerra amarga e extremamente custosa marcou a primeira e por enquanto única quebra internacionalmente reconhecida do princípio apoiado pela OUA de integridade estatal”.

¹⁴⁸ “Primeiro, uma das poucas (senão a única) revolução genuína da África e subseqüentemente, a captura do poder por insurgências guerrilheiras”.

corroboraram com a assertiva de que “*every significant actor in the tangled politics of the region, whether drawn from inside or outside it, has its ‘foreign policy’*” (Clapham, 1999 p. 85)¹⁴⁹.

Desde o fim do século XIX, quando a Itália já buscava aproximar-se da região com o intuito de colonizá-la, diferentes atores com os mais variados graus de estatalidade mantinham relações com o Império etíope. Essas relações de intimidade variada também aconteceram com grupos populacionais residentes naquilo que viria a chamar-se Eritreia. Afar, Massawa e Zeila eram regiões importantes na difusão do poder do império etíope e foco de grande atenção e preocupação, devido à cada vez íntima proximidade com a Itália e devido ao fato de ser suas principais saídas para o mar. Nessa época, “*the Ethiopian state, primarily a highland state, did indeed extend its control up to Keren [região eritreia]. Ethiopian/Abyssinian war chiefs in search of cattle, food crops and slaves frequently raided the vast area of the lowland areas on both sides of Keren*” (Negash, et al., 2000 p. 06)¹⁵⁰.

Tendo concorrentes de menor grau sobre a difusão de poder nas concentrações demográficas da região, o imperador Menelik II, ocupado com o processo de centralização de poder dos grupos populacionais que representavam o núcleo do Império etíope (Tigray, Scioa e Amara), não se opôs às ações colonizadoras da Itália sobre a região da Eritreia (tanto nas várzeas quanto no altiplano). A Etiópia, na época, vivia um sistema descentralizado análogo ao europeu da Idade Média e foi justamente essa descentralização que permitiu a aproximação das políticas eritreias aos italianos, deixando o imperador impotente de qualquer reação. Sabendo da proximidade dos italianos com o Tigray (que estava dividido sob os jugos italiano e etíope), Menelik II promoveu a expansão para regiões habitadas por populações não-abissínicas (Harar e Ogaden) e fundou a nova capital (Adis Abeba) mais ao sul. Essa expansão era importante uma vez que também a Somália era, para os italianos, uma ponte para lançar a conquista da Etiópia. Não é claro, entretanto, se os motivos da expansão resumiam-se à defesa contra a ameaça colonizadora ou se ela fazia parte de uma política própria do

¹⁴⁹ “Todo ator significativo na política emaranhada da região, seja proveniente de dentro ou fora dela, tem sua política externa”.

¹⁵⁰ “O Estado etíope, primariamente um Estado altiplano, realmente estendeu seu controle até Keren. Chefes de guerra etíopes/abissínicos, em busca de gado, produção de alimentos e escravos, invadiu grande área das áreas de várzea em ambos os lados de Keren”.

Imperador¹⁵¹. “*Ethiopia under Menelik was proving as much of an imperial Power as the Europeans, and indeed, but for them might have achieved his hopes of reaching the Somali coast*” (Woodward, 2003 p. 14)¹⁵². Sobre isso, Novati, et al. (2005 p. 241) ponderam que

“*il riassetto territoriale portato a termine dall'imperatore Menelik, già ré dello Scioa, che spostò più a sud la capitale, fondando Addis Abeba, e che assorbì terre abitate da popolazioni non abissine come l'Harar e l'Ogaden, ha fatto dire che l'Etiopia ha partecipato allo Scramble condividendone gli intenti. Ma nella prospettiva dell'Etiopia quell'espansione fu un modo per opporsi al colonialismo europeo*”¹⁵³.

Inserida voluntariamente na *Pax Italica*, a Eritrêia vivia um jogo político que não era de soma zero (Negash, et al., 2000) uma vez que o padrão de vida dos eritreus era elevado pelos investimentos italianos e, assim, serviu à Itália em de três maneiras: 1- facilitar o comércio com a Etiópia, 2- era uma fonte de soldados para a Itália (principalmente na pacificação da Somália e na invasão da Líbia) e, 3- era posição estratégica para invadir a Etiópia que, segundo (Novati, et al., 2005 p. 234), era o território longínquo em África que tinha relevância e que, portanto, era “*un obiettivo fisso della politica coloniale dell'Italia*”¹⁵⁴.

Os italianos, liderados pelo general Baratieri, aproveitaram-se então do apoio popular eritreu para prolongar sua estadia naquela parte do Chifre da África e lançaram, em 1890, o ataque invasor da Etiópia, na tentativa de colonizá-la. As ambições coloniais, contudo, não vingaram e a retirada das forças italianas ocorreu seis anos depois, quando as forças de resistência etíope as derrotaram na Batalha de Adwa¹⁵⁵, deixando os italianos fora do altiplano, região onde hoje está boa parte da Eritrêia. Com

¹⁵¹ Para que se tenha noção das dimensões da expansão, (Negash, et al., 2000 p. 37) afirma que entre 1865 e 1890, a Etiópia triplicou o tamanho de seu território.

¹⁵² “Etiópia sob Menelik estava provando tanto de uma potência imperial no Chifre como os europeu, e de fato, mas para eles podiam ter realizado as esperanças de alcançar a costa somaliana”.

¹⁵³ “A reorganização territorial concluída pelo imperador Menelik, já rei dos Scioa, transferiu mais para o sul a capital, fundando Adis Abeba, e que absorveu as terras habitadas por populações não-abissínicas como a Harar e a Ogaden, fez dizer que a Etiópia participou do *Scramble*, compartilhando suas intenções. Mas na perspectiva da Etiópia a expansão foi um modo para se opor ao colonialismo europeu”.

¹⁵⁴ “Um objetivo fixo da política colonial da Itália”.

¹⁵⁵ Este ponto é debatido por (Zewde, 2002 p. 85) ao afirmar que a independência etíope pós-Adwa não foi tão absoluta como costuma-se afirmar (“*was not as absolute as tends to be assumed*”).

o fim da guerra, celebrado por meio do Tratado de Adis Abeba (26 de outubro de 1896), a Itália reconheceu a soberania da Etiópia e, em troca, confirmou a posse sobre a Eritréia, que mesmo a Etiópia ainda considerava inserida na sua própria esfera de influência e soberania como tradicional saída do império par ao mar. É após esse tratado que os confins entre Etiópia e Eritréia são traçados pela primeira vez, por meio de um ato oficial subscrito ao imperador etíope.

Após a derrota e a assinatura do tratado de Adis Abeba, a Itália continuou a investir pesado na Eritréia, tendo em vista a importância estratégica da colônia em seu tardio colonialismo. Dessa forma, três tratados entre os dois países foram firmados em 1900, 1902 e 1908 com o intuito de definir a fronteira entre o Império Etíope e a colônia italiana Eritréia. Esses mapas, que posteriormente seriam utilizados pelo governo eritreu como parte de seu requerimento perante a Comissão de Fronteira criada no pós-guerra, eram muito simplificados e, segundo Negash, et al. (2000), se forem levados ao pé da letra, muito do que é a Eritréia atualmente estaria do lado etíope. Esses tratados também nunca foram devidamente demarcados, diante a recusa italiana em fazê-lo.

“Instead, Italy chose to manipulate the colonial map so as to include the larger part of the Badme plains under its territory. In pursuing this line of action Italy resorted to what geographers describe as the “persuasive functions” of maps. In plain language this means that Italy unilaterally interpreted the treaty of 10 July 1900 and proceeded to present a new map as a true interpretation” (Negash, et al., 2000 p. 24)¹⁵⁶.

Apesar de aceitar o mapa, como informam Negash, et al. (2000), as relações entre Etiópia e Itália em torno da fronteira etio-eritréia. Por volta de 1916, a Etiópia protestou contra a presença italiana em áreas muito além daquelas delimitadas pelo tratado de 1900.

Nesse contexto, a Itália de Mussolini resolveu investir pesado na conquista da Etiópia. Embora soubesse que a Etiópia, como membro fundadora da Liga das Nações gozava de todos os direitos garantidos pela organização, o *Duce*, contando com um

¹⁵⁶ “Em vez disso, a Itália escolheu para manipular o mapa colonial de modo a incluir a maior parte das planícies de Badme em seu território. Na prossecução desta linha de ação, a Itália recorreu a geógrafos que descrevem como as “funções convincentes” dos mapas. Em linguagem simples, isto significa que a Itália interpretado unilateralmente o tratado de 10 de julho de 1900 e começou a apresentar um novo mapa como uma verdadeira interpretação”.

exército de 400 mil homens na região (concentrados na Eritreia, principalmente, e na Somália) e com o apoio de toda a nação levou a cabo o plano de construir a África Oriental Italiana.

A nova invasão italiana à Etiópia, em 1936, fez convergir os desejos de Mussolini e dos *ascari* eritreus. Enquanto Mussolini carregava consigo a amargura nacional da derrota italiana de 1896 e estava certo de que uma “*“seconda Adua” non era verosimile*” (Novati, et al., 2005 p. 250)¹⁵⁷, os *ascari* lutavam pela conformação de uma identidade nacional eritreia que encontrasse nos etíopes a alteridade, uma vez que significativa parte da população eritreia era Tigray, grupo populacional majoritariamente etíope¹⁵⁸. Sabia-se na Europa da época que não só as vantagens territoriais e de comércio eram as motivações de Mussolini. Como relata o então primeiro-ministro britânico Winston Churchill:

“O ditador italiano não era movido unicamente pelo desejo de vantagens territoriais. Seu governo e sua segurança dependiam do prestígio. A humilhante derrota sofrida pela Itália em Adowa, quarenta anos antes, e a zombaria do mundo quando um exército italiano fora não apenas destruído ou capturado, mas vergonhosamente mutilado, amarguravam a mente de todos os italianos. Eles tinham visto como a Inglaterra, com o passar dos anos, vingara Khartoum e Majuba. Proclamar seu valor, vingando Adowa, significava para a Itália quase tanto quanto a recuperação da Alsácia-Lorena para a França. Não parecia haver nenhum modo de Mussolini consolidar seu poder com mais facilidade ou menor risco e custo, ou a seu ver, aumentar a autoridade da Itália na Europa, senão limpando a mancha do passado e somando a Abissínia ao império italiano recém-criado” (Churchill, 2005 p. 82).

Dessa forma, iniciou-se uma ocupação que, até 1941, garantiria a Roma, em relação à França e ao Reino Unido, quase que a hegemonia do Chifre da África. Nesse período, o imperador etíope Hailé Selassié I comandou, do exílio, a resistência à Itália e

¹⁵⁷ “*“segunda Adwa” não era verossímil*”.

¹⁵⁸ Segundo (Novati, et al., 2005) e (Woodward, 2003), os povos Tigray, Amara e Scioa historicamente alternaram-se, nem sempre pacificamente, no governo da Etiópia enquanto Estado tradicional. Com a presença italiana e os acordos de 1900, 1902 e 1908, uma parcela da população tigrínia ficou sob lado eritreu para receio dos italianos, visto que era o maior grupo populacional no território e que ainda mantinha alguma identidade com a Etiópia.

aos batalhões *ascari*, com a ajuda do Reino Unido, principalmente, no contexto da II Guerra Mundial. Foi nesse ano que o imperador retornou triunfante a Adis Abeba, devolvendo a soberania à Etiópia. Desse período, Novati, et al. (2005 p. 251) ponderam que

“Con la conquista dell’Etiopia non fu solo esaudito un antico sogno. Il colonialismo italiano poté darsi una struttura più organica. Ma i tempi non erano più quelli della spartizione dell’Africa. Tutto congiurava semmai per la fine del colonialismo. La presenza italiana in Etiopia durò solo cinque anni e fu poco più di un’occupazione militare, fortemente contrastata da una guerriglia in cui combatterono insieme i dignitari dell’aristocrazia e i contadini. L’Italia reagì all’acanita resistenza dei patrioti con una repressione spietata, ma fuori delle città e delle grandi vie di comunicazione il controllo del territorio sempre fu precario”¹⁵⁹.

Com o fim da presença italiana no Chifre da África, as fronteiras entre Etiópia e Eritréia haviam sido diluídas e restara a questão internacional de o que fazer com a Eritréia que não tinha um governo próprio devido aos mais de quarenta anos de administração italiana. Essa questão foi logo entregue à Organização das Nações Unidas que, na época, enviou uma comissão de inquérito que concluiu que aproximadamente 44% da população eritréia (número equivalente à população tigrínia eritréia) queria a união incondicional com a Etiópia (Negash, et al., 2000) e em 1948, a Assembléia Geral das Nações Unidas (AGNU) enviou nova comissão.

“The commission presented a majority report in which it recommended the union of Eritrea with Ethiopia. The minority report, on the other hand, urged the granting of independence after a number of years of trusteeship. After a numerous diplomatic negotiations, the UN resolved in 1950 that Eritrea be federated with Ethiopia as an

¹⁵⁹ “Com a conquista da Etiópia não só foi atendido um antigo sonho. O colonialismo italiano pôde dar-se uma estrutura mais orgânica. Mas os tempos não eram mais aqueles da divisão da África. Tudo conspirava no caso para o fim do colonialismo. A presença italiana na Etiópia durou apenas cinco anos e foi pouco mais do que uma ocupação militar, fortemente contestada por uma guerrilha na qual lutaram juntos dignitários da aristocracia e os camponeses. A Itália respondeu à obstinada resistência dos patriotas com uma repressão implacável, mas fora das cidades e das grandes vias de comunicação o controle do território sempre foi precário”.

autonomous entity under the sovereignty of the Ethiopian emperor. The act of attaching Eritrea to Ethiopia was known as the Federal Act, but this was partly a misnomer as little federal structure was envisaged in the Act itself” (Negash, et al., 2000 p. 09)¹⁶⁰.

A verdade é que nos dez anos que se passaram desde a expulsão da Itália do Chifre da África, o Reino Unido substituiu os burocratas italianos por burocratas eritreus e promoveu a “eritreização” da política, da administração e da identidade eritréia (Le Houérou, 2000 p. 48). A criação de expressões políticas nacionais na Eritrêa, contudo não prejudicou o surgimento de uma experiência federativa em 1952. Apesar de a Etiópia considerar-se uma “*île chrétienne au milieu d’un océan musulman*” (Clapham, 2000)¹⁶¹ e os eritreus considerarem-se mais modernos que os etíopes (Le Houérou, 2000 p. 24), o que criou uma profunda divisão de identidade, a experiência federativa obteve importante apoio dentre os eritreus. Como indica Clapham (2000 p. 98), “*c’est l’existence en Érythrée d’un fort courant d’opinion favorable à la « réunification » avec la « mère patrie » qui permit sa fédération avec l’Éthiopie en 1952*”¹⁶². Sobre esse processo que culminaria na federação e anexação da Eritrêa pela Etiópia através do Ato Federal, Woodward (2003 p. 31) explica que

*“The Eritrean parliament was encouraged in various ways to vote for federation and with the agreement of the United Nations it was achieved in 1952, with no requirement for a wider consultation with the people of Eritrea such as a referendum. What few Eritreans realized was that within a decade the centralizing trend in Ethiopia would be extended to Eritrea and by the early 1960s federation had been replaced by incorporation”*¹⁶³.

¹⁶⁰ “A comissão apresentou um relatório de maioria em que se recomenda a união da Eritrêa com a Etiópia. O relatório da minoria, por outro lado, pediu a garantia da independência depois de anos de tutela. Após inúmeras negociações diplomáticas, a ONU resolveu em 1950 que a Eritrêa fosse federada com a Etiópia como uma entidade autônoma sob a soberania do imperador etíope. O ato de ligar a Eritrêa à Etiópia era conhecido como a Lei Federal, mas este foi parcialmente inapropriado devido à pouca estrutura federal prevista na própria lei”.

¹⁶¹ “Uma ilha cristã em meio a um oceano muçulmano”.

¹⁶² “É a existência na Eritrêa de uma forte corrente de opinião favorável à “reunificação” à “pátria mãe” que permite sua federação com a Etiópia em 1952”

¹⁶³ “O parlamento eritreu foi encorajado de várias maneiras a votar pela federação e com o acordo das Nações Unidas ela foi alcançada em 1952, sem requisito para uma consulta mais ampla com o povo da Eritrêa tal como referendo. O que poucos eritreus percebiam foi que em uma década a tendência

Já na década de 1960, os efeitos maléficos da incorporação etíope sobre a Eritréia surgiram. O surgimento de uma frente de libertação nacional na Eritréia – A Frente de Libertação da Eritréia (FLE) – contribuiu para a instabilidade política na Etiópia durante o quinquênio seguinte, que contou inclusive com uma frustrada tentativa de golpe de Estado contra o Imperador Hailé Selassié I em 1960 e instaurou um estado de vigilância em todo o país.

Durante a década de 1960, a FLE – movimento nacionalista islâmico – não chegou a ser uma ameaça importante à integridade do império e, logicamente, sequer chegou perto de seu objetivo: independentizar a Eritréia. Nos relatos de antigos funcionários do palácio imperial de Hailé Selassié I colhidos por Kapuściński (2005), o começo da insurgência na Eritréia sequer é citado¹⁶⁴. Isto talvez se deva à estrutura e poderio ainda débeis da FLE e aos combates que levou a cabo contra a Frente Popular de Libertação da Eritréia (FPLE) – movimento nacionalista e laico – que, após a vitória militar na chamada I Guerra Civil da Eritréia (1972/74), conquistou a representação nacionalista da Eritréia.

Outro motivo pode ser atribuído para que o governo do imperador não tenha se preocupado com os grupos insurgentes na Eritréia era a ameaça real que universitários e militares de baixa patente lhe impunham. Como relatou um funcionário do palácio:

“E eis, meu amigo, que enquanto o palácio mergulhava em mais esse mar de intrigas [a disputa sobre a sucessão do imperador entre sua filha Tenene Work e seu neto, o príncipe Makonen], o Exército invadiu a cidade numa noite e aprisionou todos os ex-ministros do gabinete de Aklilu, além de duzentos generais e oficiais superiores, todos conhecidos por sua extraordinária e inabalável lealdade ao imperador. Mal nos recuperávamos desse incrível acontecimento, quando chegou a notícia de que os conspiradores haviam aprisionado o chefe do estado-maior, o general Assef Ayena, o mais leal dos súditos do imperador, aquele que lhe resgatara o trono por ocasião dos acontecimentos de dezembro,

centralizadora na Etiópia se estenderia à Eritréia e, no começo dos anos 1960, a federação fora substituída pela incorporação”.

¹⁶⁴Mais precisamente, a única menção feita à Eritréia é que o movimento contra a tentativa de golpe de 1960 foi de lá coordenado pelo General Abiye Abebe, genro do imperador e governador da Eritréia que de Asmara já confabulava e comandava tropas leais ao imperador aquarteladas ao redor de Adis Abeba.

eliminando o grupo dos irmãos Neway e esmagando a Guarda Imperial”
(Kapuściński, 2005 p. 144)

Em 1974, a ordem fora subvertida e ministros e oficiais foram presos até que, no dia 12 de setembro daquele ano, chegara a vez do próprio imperador.

O *Derg*, comitê militar que tomou o poder da Etiópia e que em 3 de fevereiro de 1977 passara a ser liderado por Mengistu Haile-Mariam – que se tornaria presidente da Etiópia até 1991 –, também pouco preocupou-se, no início, com a questão eritréia e com outras frentes de libertação que surgiam devido à Guerra de Ogaden, que eclodiria em 1977, dois anos após a fundação da FPLT.

Criada com a ajuda da FPLE, que esperava ver a nova frente tornando-se uma espécie de amortecedor entre a Eritreia e o exército etíope, a FPLT, cuja área de luta localizava-se no coração histórico da Etiópia, tinha em seu seio radicais tigrínias e outros povos de falantes de línguas tigrínias e tinha como objetivo, não a secessão, mas “*the eventual overthrow of the regime in Addis Abeba and installing its own version of revolution, which at various times appeared to be modelled on different Marxist-Leninist variants, including Albania*” (Woodward, 2003 p. 96)¹⁶⁵. Essa organização, na verdade, era a congregação da Organização Nacional Tigrínia (ONT) com várias outras organizações menores e mais fracas.

A existência dessas duas frentes de libertação e a relação de apoio da FPLE à FPLT criou uma percepção interessante por parte da academia e da comunidade internacional. De acordo com Negash, et al. (2000 p. 12), “*the outbreak of violence between Eritrea and Ethiopia [em 1998] was puzzling, considering that TPLF has been portrayed by the international community as the “little brother” of EPLF, and that they were dependent upon EPLF during the struggle*”¹⁶⁶.

Com objetivos comuns, logo a questão da relação com a FPLE surgiu nos quadros da FPLT. Já em 1973, antes mesmo do golpe que levou o *Derg* ao poder, um grupo armado tigrínia já quase provocara uma rebelião armada, mas se ateve devido ao fato de

¹⁶⁵ “A eventual derrocada do regime de Adis Abeba e a instalação de sua própria versão de revolução, que em vários momentos pareceu ser modelada em variantes marxista-leninistas distintas, inclusive a Albânia”.

¹⁶⁶ “O surto de violência entre Eritreia e Etiópia [em 1998] foi intrigante, considerando que a FPLT foi retratada pela comunidade internacional como o “irmão menor” da FPLE, e que eles foram dependentes da FPLE durante a luta”.

que sozinhos não teriam condições militares de sucesso e logo seriam derrotados. Eles precisavam de apoio das frentes eritréias, mas não acordavam entre si qual a frente para firmar aliança.

“In 1973, for instance, a group led by Amare Tesfu was on the verge of starting an armed rebellion in Tigray but was thwarted by a split that occurred at the last minute concerning the nature of the Eritrean fronts with which a working relationship was to be established. Amare and Tekeste recommended co-operation with the ELF, while others favoured the rival Eritrean People’s Liberation Front (EPLF)” (Berhe, 2004 p. 575)¹⁶⁷.

Esta situação logo fez com que as relações entre a FPLT e a FPLE pudessem ser descritas como relações de tensões e pragmatismo (Negash, et al., 2000 p. 12). Não só a FPLT esteve nesse dilema de escolher com qual organização trabalhar. Na verdade, ambas as frentes tiveram de ponderar bastante sobre as alianças com outras frentes de libertação ou com outros Estados. Logo de início, a FPLE foi posta em um importante dilema: apoiar a recém-nascida FPLT ou seguir apoiando o Partido Revolucionário Popular da Etiópia (PRPE). Sabendo da necessidade de mais força, primeiro contra o Império, segundo contra o *Derg*, a FPLE entendia a importância de mais uma frente, de mais um aliado. No entanto, entendia também que o PRPE deveria poder atuar no Tigray, visto que sua causa era inteiramente nacional e não visava a dissolução da Etiópia, e acreditava que a FPLT estaria preocupada apenas com a sua independência, podendo deixá-la na mão caso seu objetivo fosse antes alcançado. Essa interpretação da FPLT pela FPLE não levava em consideração o entendimento alcançado em uma reunião da ONT em 14 de setembro de 1974, dois dias após a deposição do imperador Hailé Selassié I, na qual linhas mestras para a organização haviam sido traçadas. Elas eram: 1- *“the strategy of the movement is the formation of a democratic Ethiopia in which the equality of all nationalities is respected”*; 2- *“a national armed struggle should be waged that would advance from the rural areas of Tigray to the urban areas”*; e 3- *“the movement should be led by an urban-based organization known as the*

¹⁶⁷ “Em 1973, por exemplo, um grupo liderado por Amare Tesfu estava prestes a começar uma rebelião armada no Tigray mas foi contrariada devido a uma cisão no último minuto em relação à natureza das frentes eritréias com a qual uma relação de trabalho estava para ser estabelecida. Amare e Tekeste recomendaram cooperação com a FLE, enquanto outros favoreceram a rival Frente Popular de Libertação da Eritréia (FPLE)”.

Tigrayan National Movement until such time as the armed struggle could begin” (Berhe, 2004 p. 579)¹⁶⁸,

Dessa forma, FPLE interferiu na questão de se a PRPE deveria atuar no Tigray mesmo contra a vontade de sua congênera tigrínia e por ela foi acusada de simplificar a questão ideológica da resistência etíope. Com o passar do tempo,

“As the new relationship with EPLF was put under pressure, TPLF’s relations with ELF seemed to improve [...] But this relationship soon ceased, as ELF began to assist a competing Tigrean movement, the Tigrean Liberation Front, (TLF). TPLF found itself at loggerheads with TLF, which eventually led to strained relations with ELF” (Negash, et al., 2000 p. 14)¹⁶⁹.

Vale a pena mencionar, de qualquer modo, que nas palavras de Sebhat Nega, veterano da FPLT, *“in 1981 we and EPLF jointly evicted ELF out of Eritrea”* (Negash, et al., 2000 p. 14)¹⁷⁰.

O fim da década de 1970 e a década de 1980 foram tempo para que, apesar de terem um inimigo em comum, FPLT e FPLE tinham diferenças significativas no campo político-ideológico e nas doutrinas militares que, respectivamente, surgiram conforme as relações entre as duas frentes se tornaram mais densas.

A FPLT era uma organização marxista-leninista e via a contradição não nas classes, mas na dominação étnica dos amaras (Negash, et al., 2000). Isto não quer dizer, contudo, que foi era uma organização surgida com base no ódio étnico, como muito se diz sobre a África. Berhe (2004 p. 573), um dos membros fundadores da FPLT, admite citando Hizkias Assefa¹⁷¹, que *“this situation does not mean that the great majority of the Amhara people have been “dominators” or beneficiaries of the political, economic*

¹⁶⁸ 1- “a estratégia do movimento é a formação de uma Etiópia democrática na qual a igualdade de todas as nacionalidades é respeitada”; 2- “uma luta armada nacional deve ser realizada que avançaria das áreas rurais do Tigray até as áreas urbanas”; e 3- “o movimento deve ser liderado por uma organização com base urbana conhecida como Organização Nacional Tigrínia até que a hora da luta armada pudesse começar”.

¹⁶⁹ “Como o novo relacionamento com a FPLE foi posto sob pressão, as relações da FPLT com a FLE pareceram melhorar [...] Mas esse relacionamento logo cessou, quando da FLE começou a apoiar um movimento tigrínia concorrente, a Frente de Libertação Tigrínia (FLT). FPLT achou-se em desacordo com a FLT, que eventualmente acabou por conduzir relações tensas com a FLE”.

¹⁷⁰ “Em 1981 nós e a FPLE expulsamos a FLE para fora da Eritreia”.

¹⁷¹ Hizkias Assefa, ‘Ethnic conflict in the Horn of Africa: myth and reality’, in K. Rupesinghe e V. A. Tishkov (org), *Ethnicity and Power in the Contemporary World* (UN University Press, Tokyo, 1996), p.35

*or social system that bore their name*¹⁷². Seu principal objetivo desde os tempos de ONT era uma Etiópia democrática, sem desenvolver uma ideologia própria para justificar a independência do Tigray ou de outras nacionalidades. Eles desejavam uma Etiópia federativa, com províncias autônomas delimitadas com base nas etnias, nações e nacionalidades residentes no país. Além disso, para a frente tigrínia, a União Soviética (URSS) não era a vanguarda do comunismo. Seu Partido Comunista era, segundo a frente de libertação, um partido revisionista e que fazia parte de um sistema sócio-imperial, pois apoiava o governo central etíope contra os grupos insurgentes. Além disso, a FPLT seguia um modelo albanês de comunismo (Negash, et al., 2000).

A FPLE, por sua vez, também era um movimento marxista-leninista e concordava com os anseios tigrínias de uma Etiópia democrática. No entanto, a possibilidade de autonomia dos entes federativos baseados em etnias na Etiópia não agradava ao grupo. Se isto chegasse a acontecer, a Eritreia correria o risco de não conquistar sua independência (risco remoto, uma vez que era muito mais forte militar e politicamente que a FPLT) e o risco de que, caso lograsse sua independência, surgissem movimentos insurgentes e separatistas no próprio território que desejava libertar. *“EPLF was and of course still is worried about the possible spill-over effect of the ethnic federal system in Ethiopia. The Eritrean governance structure is a unitary, centralised state, where ethnic or regional identities have no place in the political space”* (Negash, et al., 2000 p. 16)¹⁷³.

Além desta diferença, a FPLE enxergava a URSS como a vanguarda do comunismo que cometera um pequeno deslize ao apoiar o *Derg*. Para eles, o apoio soviético ao regime de Mengistu Haile-Mariam era devido a uma má-interpretação do contexto do Chifre da África por parte da superpotência (Negash, et al., 2000).

Em relação às doutrinas militares, que também eram fator de tensão e problemas, o I Congresso da FPLE, realizado em 1977, concluiu que a luta devia-se dar 1- através de guerra posicional ou fixa; 2- nas áreas em disputa através de guerra móvel; e 3- através da guerra de guerrilha nas áreas controladas pelo *Derg*. Sua congênere tigrínia, no entanto, não comungava das mesmas táticas e estratégias. *“TPLF was also opposed*

¹⁷² “Esta situação não significa que a grande maioria das pessoas amaras são “dominadores” ou beneficiários do sistema político, econômico ou social de seu nome”.

¹⁷³ “A FPLE estava e claramente ainda está preocupada com o possível efeito de *spill-over* do sistema federal étnico na Etiópia. A estrutura de governança na Eritreia é unitária, um Estado centralizado, onde identidades étnicas ou regionais não tem lugar no espaço político”.

in principle to a conventional type of warfare, since this alienated the liberation movement from the masses they were supposed to liberate” (Negash, et al., 2000 p. 18)¹⁷⁴. Para a FPLT, a devoção da FPLE à guerra convencional era o indício do desenvolvimento de uma liderança militar profissionalizada, o que poderia minar o caráter democrático da guerra (Negash, et al., 2000).

Apesar da força que ambas as frentes de libertação já adquiriam no começo da década de 1980, o conflito ainda era centralizado no norte do país, ou seja, na Eritreia. As forças das duas frentes, no entanto, não foram unidas e, graças às divergências das doutrinas militares e político-ideológicas, acabaram por levar a uma relação tensa entre as organizações que acabou levando ao rompimento total entre 1985 e 1988. Três são os motivos levantados para que a quebra das relações ocorresse: Meles Zenawi (FPLT) aponta que o grande motivo para a rompimento era a visão distinta que as duas frentes tinham sobre a URSS. No entanto, outros membros da FPLT indicam um fator distinto e bastante mais tangível: segundo Sebhat Nega e Yemane Kidane, foi o fechamento da rota Barka por parte da FPLE que levou ao rompimento. Essa rota, que saía do Sudão, passava pelo oeste eritreu para então ingressar no Tigray era a rota utilizada para toda a logística da FPLT e de seu braço humanitário, a *Relief Society of Tigray* (REST), que dava provisões para a população faminta do Tigray (uma forma de a FPLT conquistar a confiança e apoio da população).

Apesar de o fechamento de tal rota ser, naquele momento, estratégico para FPLE que preparava um ataque a Barentu, cidade eritreia ainda controlada pelo *Derg*, suas conseqüências humanitárias no Tigray e, conseqüentemente, políticas para a FPLT teriam sido catastróficas caso esta tardasse em estabelecer uma nova rota – o que foi feito em alguns meses. O problema que ficou é que “*Sebhat believes that EPLF did this to ‘kneel them down’ since it did not accept TPLF’s analysis of the nationalities contradiction in Ethiopia*” (Negash, et al., 2000 p. 19)¹⁷⁵.

No entanto, segundo Yemane Ghebrab (FPLE), foram os aspectos político-ideológicos que levaram ao rompimento. Para ele, a declaração da FPLT de que a aliança entre as duas frentes era puramente tática e não estratégica – devido ao fato de

¹⁷⁴ “A FPLT também era contrária em princípio à guerra de tipo convencional, uma vez que isso alienava o movimento de libertação das massas que ele deveria libertar”.

¹⁷⁵ “Sebhat acredita que a FPLE fez isso para ‘pô-los de joelhos’ uma vez que ela não aceitava a análise da FPLT sobre a contradição das nacionalidades na Etiópia”.

FPLE não ser democrática, não se opor ao sócio-imperialismo, não ser conduzida propriamente por um partido trabalhista e por não acreditar em uma guerra real baseada na sua população – era um ultraje e um ataque explícito à justificativa da luta eritréia. Nas palavras de Ghebrab,

“So they [TPLF] Said that EPLF was a nationalist organisation engaged in bourgeois revolution. And therefore, the TPLF could only have a tactical relationship with the EPLF. And we [EPLF] told them that that was no problem and they can consider us whatever they want but we have an enemy, and we should cooperate in fighting that enemy. They [TPLF] said ‘No, we have to explain this to the Eritrean population. The Eritrean population is being misled. If the Eritrean population is led by the EPLF, then tomorrow there will be problems in Eritrea’. So then they started trying to create organisations in Eritrea that fit their image of a progressive organisation. So the problems continued” (Negash, et al., 2000 p. 20)¹⁷⁶.

O sucesso militar da FPLE contra as forças militares do *Derg* no fim da década de 1980, no entanto, fez com que a FPLT repensasse a relação com tal frente. Também a força política que a FPLT ganhava na Etiópia unindo vários outros grupos insurgentes sob o nome de FDRPE. Assim, as duas frentes retomaram a cooperação em 1988, mas não em termos tão próximos como antes do rompimento das relações em 1985. Agora, a cooperação era basicamente militar, uma vez que não havia reconciliação política e ideológica, apenas a consciência do inimigo comum que acabara de firmar um acordo de distensão com a Somália para então poder deslocar suas forças militares para a guerra civil. Ficava claro, nas vésperas da derrocada do *Derg* de Mengistu Haile-

¹⁷⁶ “Então eles [FPLT] disse que a FPLE era uma organização nacionalista engajada em uma revolução burguesa. E, portanto, a FPLT só poderia ter um relacionamento tático com a FPLE. E nós [FPLE] lhes dissemos que isso não era problema e eles poderiam nos considerar como quisessem, mas nós temos um inimigo, e devemos cooperar na luta contra esse inimigo. Eles [FPLT] disseram: “Não, nós temos que explicar isso à população da Eritréia. A população da Eritréia está sendo enganada. Se a população da Eritréia é liderada pela FPLE, amanhã haverá problemas na Eritréia”. Então, eles começaram a tentar criar organizações na Eritréia que se encaixam na sua imagem de uma organização progressista. Assim os problemas continuaram”.

Mariam que “*the EPLF-TPLF relationship is, therefore, better described as a marriage of necessity than a marriage of love*” (Negash, et al., 2000 p. 21)¹⁷⁷.

A queda de Mengistu Haile-Mariam¹⁷⁸ e o sucesso da ação conjunta não foram capazes, no entanto, de alterar o padrão de relacionamento recém estabelecido entre as duas frentes que, junto da FLO, promoveram várias reuniões a fim de decidir o que seria feito da Etiópia. Logo de início, em julho de 1991, a FPLE, que já tinha o controle militar da Eritreia, conseguiu a anuência da FPLT e da FLO para declarar a independência da província. No entanto, ainda restava a questão de o que fazer com a Etiópia, para a qual a FPLE foi chamada para mediar uma vez que a FLO defendia a completa dissolução da Etiópia em Estados de acordo com a autodeterminação dos povos e a FPLT, como já visto, defendia a manutenção do Estado, organizado em um federalismo étnico.

Essa mediação, contudo, não fora parcial. Ao ponderar os desejos e objetivos da FPLT e da FLO, a FPLE, mesmo receosa, julgou ser mais próxima de seus interesses a consecução da agenda tigrínia. Devido a sua estrutura centralizada e à sua crença de que era possível investir em uma identidade eritréia, sem dar valor para as identidades regionais ou étnicas, a FPLE não simpatizava com a proposta de federalismo étnico da FPLT. Contudo, era ainda menos simpática às vontades da FLO que, contando com o apoio de vários outros grupos, pretendia o desmantelamento do Estado etíope. Se o federalismo já ia de encontro com suas pretensões, o desmembramento seria ainda pior.

Logo em 1992, a FLO percebera que a FPLE mantinha uma posição pró-etíope e que a auxiliava nas eleições daquele ano, ao ponto de a FPLT, graças a sua pujança militar em relação à rival oromia, lograr ser a defesa nacional na época das eleições. Desta forma, a FPLT, comandando a FDRPE, assumiu o poder do Estado etíope. Graças à manipulação dos resultados denunciada por Latta (2004) e Woodward (2003), o descontentamento no resto do país atingiu importantes setores da sociedade etíope.

¹⁷⁷ “A relação FPLE-FPLT é, portanto, melhor descrita como um casamento de necessidade que um casamento de amor”.

¹⁷⁸ Além dos esforços militares conjuntos da FPLT e da FPLE, pode-se atribuir outros cinco fatores para a queda do *Derg*, a saber: o afastamento da URSS da região e o fim da Guerra Fria; os maiores contatos entre os “rebeldes” e as potências ocidentais e com outros grupos de libertação nacional; o regime que assume o poder no vizinho Sudão em 1989 que ajudava a aliança contra o *Derg*, que prestava auxílio ao SPLA; o fato de a Somália não ser mais uma ameaça depois de 1988 graças ao acordo de pacificação firmado entre Siad Barre e Mengistu Haile-Mariam; e o enfraquecimento total das instituições etíopes por parte do *Derg* que impossibilitou que qualquer um que delas viesse assumisse o poder.

A elite amara, por exemplo, que, sem poderio militar, fora excluída da conferência de Julho já se opunha veementemente à separação da Eritreia e ridicularizavam a FPLT, chamando-a de “agente dos eritreus”. Além disso, essa elite sempre esteve preocupada em romper os laços entre a FPLT e a FPLE, pois via nessa relação o grande entrave para seus negócios: apesar de a Etiópia, após a secessão e a conseqüente perda do porto de Assab, ter direitos especiais para o uso do porto, essa elite preocupava-se com a vulnerabilidade em relação ao porto e com a leitura, que eles próprios faziam, de que a FPLT era garoto de recados da FPLE. Apesar de a guerra que surgiria seis anos depois ter sido muito custosa até mesmo para os negócios dessa elite auto-proclamada como os “nacionalistas autênticos” da Etiópia (Latta, 2004), eles celebraram o surgimento das hostilidades, pois finalmente os laços entre as duas frentes de libertação (agora governo dos dois países) foram rompido.

Dentre os oromos, ogadenis e outros povos, o cenário era de desconfiança. Se com o fim do regime de Mengistu eles enxergaram a possibilidade do fim de seu status colonial, após as eleições de 1992 eles acreditaram ter entrado em uma nova era de conquistas (na qual eles eram os conquistados). Na conferência de julho de 1991, eles defendiam a independência eritreia e a independência de Oromo e outras regiões desde que controladas pela FLO. O restante do país já não era sua preocupação. No entanto, as manobras tomadas durante as eleições fizeram a FLO pensar na existência de uma aliança “intra-tigrínia” e não mais de frentes de libertação (Latta, 2004). “*The eruption of hostilities between these two closely related groups was welcomed with the same level of consensus with which their alliance was resented*” (Latta, 2004 p. 45)¹⁷⁹.

Por estas interpretações, é possível entender que as duas frentes de libertação que tomaram o poder na Eritreia e na Etiópia fossem de fato “amigas” ou “irmãs” ou que houvesse o completo controle de uma sobre a outra a ponto de Negussay Ayele, etíope, professor do departamento de Ciência Política da Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA) dizer que “*history has not recorded a case in which a whole regime*

¹⁷⁹ “A erupção das hostilidades entre estes dois grupos intimamente interligados foi bem vista com o mesmo nível de consenso com o qual a sua aliança fora ressentida”.

(TPLF) that rules one country doing everything possible to benefit another state (Eritrea) at the absolute detriment of the state it rules (Ethiopia)” (Ayele, 2001)¹⁸⁰.

No entanto, as relações entre a FDRPE e a Frente Popular pela Democracia e Justiça (FPDJ) – nome adotado pela FPLE ao oficialmente assumir o governo da Eritreia – não eram tão amistosas assim e já em 1995, debatia-se no coração da FPLT/FDRPE as relações com a Eritreia, durante sua contenda com o Iêmen pelas Ilhas Hanish e Meles Zenawi, primeiro-ministro etíope, era acusado de ceder cidades à Eritreia e não exigir o porto de Assab na época da independência da Eritreia (Latta, 2004). Desta forma, a fronteira como possível causa da eclosão da guerra será revisitada a partir de agora uma vez que o território foi alegado um dos motivos para a guerra e que a Eritreia, desde sua formação, havia tido problemas de fronteira e limites com todos os seus vizinhos (Sudão, Iêmen e Djibuti) salvo à Etiópia, com quem teve em 1998.

3.2.1 A fronteira

Dentre as possíveis causas da guerra (fronteira, moeda e identidade), a fronteira é talvez a mais aparente e intuitiva aos olhos daquele que tenta se aproximar da questão. Os diferentes *stati* adquiridos pela Eritreia ao longo de sua história (colônia italiana, território sob tutela inglesa, federação com a Etiópia e província da Etiópia) tornaram seus limites com a Etiópia imprecisos e sem qualquer demarcação física, mesmo na época em que era colônia italiana.

Historicamente, como já visto, sua localização nunca foi devidamente demarcada e variava, de acordo com a celebração de tratados e com o *status* da Eritreia. No entanto, a existência de outros fatores que deterioraram as relações entre os dois Estados e o histórico de conflito e relações pouco harmoniosas e fraternas fazer surgir algumas questões sobre a centralidade da fronteira na guerra.

“It’s a matter of debate whether we see the period of 1991-1998, after Marshal Foch in 1919, as a mere ceasefire for whom a further

¹⁸⁰ “A história não registrou nenhum caso no qual um regime inteiro (FPLT) que governa um país fazendo tudo o que é possível para beneficiar outro Estado (Eritreia) no absoluto detrimento do Estado que governa (Etiópia)”.

round of combat was inevitable. But that the ‘new war’ is fundamental to understanding the EPLF, and central to understanding how the movement has both envisaged and governed Eritrea, is obvious. Although initially characterised as a ‘border dispute’ – even while the term ‘dispute’ was clearly a massive understatement – the war came in time to be described by Eritreans as their ‘second war of independence’” (Reid, 2004 p. 25)¹⁸¹.

Como já foi dito, nenhum dos tratados celebrados entre a Etiópia e a Itália (1900, 1902 e 1908) foram devidamente demarcado além de seus mapas serem muito simplificados. No entanto, após 1952, quando da federalização da Eritrêia com a Etiópia, a questão da fronteira deixou de ser preocupação para o governo etíope do Imperador Hailé Selassié I e, posteriormente, do *Derg* de Mengistu Haile-Mariam uma vez que a Eritrêia era parte da Etiópia.

Foi em 1976, dois anos após a queda do imperador e a ascensão do *Derg* ao poder que a FLE e a FPLT discutiram, secretamente, a localização exata das fronteiras entre a Etiópia e aquilo que viria a ser a Eritrêia. Já nessa época, no entanto, ocorreram desacordos entre os dois grupos sobre a exata localização (Negash, et al., 2000 p. 25). Na ocasião – segundo membros da FPLT – a FPLE havia estendido sua área para além de Badme, tentando incluir uma minoria Kunama e outros grupos semi-pastoralistas que viviam do que seria o lado etíope da fronteira.

“In one view of the matter, ELF was following its own people and trying to exercise authority over them. The TPLF account states that, with the support of the population, TPLF managed to push ELF away from the Badme area. A few years later, TPLF and EPLF jointly defeated ELF, expelling it completely” (Negash, et al., 2000 p. 25)¹⁸².

¹⁸¹ “É uma questão de debate se nós vemos o período de 1991-1998, após Marechal Foch em 1919, como um mero cessar-fogo para quem uma nova rodada de combates era inevitável. Mas que a ‘nova guerra’ é fundamental para a compreensão da FPLE e central para a compreensão de como o movimento tem tanto encarado como governado a Eritrêia é óbvio. Embora inicialmente caracterizada como uma ‘disputa de fronteira’ – mesmo quando o termo ‘disputa’ foi claramente um eufemismo em massa – a guerra chegou a tempo de ser descrita pelos eritreus como sua ‘segunda guerra de independência’”.

¹⁸² “Em um ponto de vista sobre a questão, a FLE estava seguindo seu próprio povo e tentando exercer autoridade sobre eles. Os responsáveis da FPLT afirmam que, com o apoio da população, a FPLT

Dessa forma, a FPLE assumiu a mesa de negociações com a FPLT para a futura demarcação das fronteiras. A partir de então – durante toda a década de 1980 e, principalmente, a partir de 1998 – a questão da fronteira passou a representar outras questões que não a própria fronteira. Para essa época, a fronteira era uma questão marginal. Se as fronteiras por vezes refletem as condições do centro, elas também refletem respostas ao centro, podendo virtualmente definir os Estados. Para as duas frentes de libertação, isso não foi diferente. Uma vez que elas já possuíam algum grau de estatalidade (como a grande maioria, para não dizer todas, frentes de libertação)¹⁸³, elas agiam durante toda a luta contra os regimes centrais da Etiópia (Império e *Derg*, respectivamente) como “*states-in-waiting*”¹⁸⁴ e serviu, na época, para os propósitos de nacionalidade e identidade (Reid, 2004 p. 30).

Além disso, no período entre 1979 e 1983, a TPLF foi acusada pela sua congênera eritréia de, por várias vezes, causar problemas e tensões com a questão das fronteiras e sempre escutava como resposta que ainda não era tempo para levantar a questão da fronteira e que as fronteiras coloniais eram muito claras (Reid, 2004).

Em 1984, no entanto, a questão da fronteira foi novamente levantada, mas desta vez pela FPLE, que estava perto de conseguir a vitória militar sobre o *Derg* e expulsar, definitivamente, as forças do governo central etíope presentes na Eritréia. Algumas reuniões então ocorreram entre FPLT e FPLE, mas, a “*TPLF, admitting that there could be disputed areas along the border, pointed out that it had no mandate to delimit and demarcate the Ehtio-Eritrean border*” (Negash, et al., 2000 p. 25)¹⁸⁵ e propôs que o tema fosse debatido quando o *Derg* fosse finalmente derrotado – proposta aceita pela FPLE.

Além disso, a década de 1980 foi extremamente difícil para a Etiópia devido ao conflito que já se prolongava por anos e devido também à grande fome dessa década. Kaplan (2003 p. 48), por exemplo, chega a afirmar que a guerra civil entre o *Derg* e as duas frentes de libertação foi “*the world’s biggest forgotten war*”¹⁸⁶ e quase tornou-se

conseguiu afastar a FLE da área de Badme. Alguns anos depois, a FPLT e a FPLE juntamente derrotaram a FLE, expulsando-a completamente”.

¹⁸³ Ver (Clapham, 1996) e (Clapham, 1998a).

¹⁸⁴ “Estados em espera” ou “Estados adormecidos”.

¹⁸⁵ “A FPLT, admitindo que poderiam haver áreas disputadas ao longo da fronteira, indicou que não tinha mandato para delimitar a fronteira etio-eritréia”.

¹⁸⁶ “a maior guerra esquecida do mundo”.

uma guerra tripartite entre 1985 e 1988, período no qual FPLT e FPLE estavam de relações rompidas. Até a queda do regime de Mengistu, três anos mais tarde, a questão teve de ser adiada devido a dois motivos: 1- as ainda frias relações entre as duas frentes que retomaram apenas a cooperação militar por causa do 2- acordo de distensão entre Mengistu Haile-Mariam (Etiópia) e Siad Barre (Somália), que ainda incentivavam mutuamente grupos insurgentes no território inimigo como resquícios da Guerra de Ogaden.

“The situation continued relatively unchanged until 1988 when once more events in one theatre of the Horn rebounded on another. In March of that year, the major EPLF victory at Afabat in Eritrea led to Mengistu needing to deploy troops from his eastern to his northern regions, and that to ensure security in the east a deal should be struck with the old enemy Siad Barre. The two governments agreed to end assistance to insurgents on each others’ territory, as well as exchanging prisoners of war from the 1977-78 conflict and facilitating the repatriation of refugees. Opponents of the two regimes likened the agreement to the Hitler-Stalin pact of 1939” (Woodward, 2003 p. 128)¹⁸⁷.

De fato, a questão da fronteira não foi debatida antes de a derrota de Mengistu e também não recebeu prioridade na agenda bilateral após a secessão *de jure* da Eritréia, em 1993. Talvez preocupados em terminar de estabilizar seus próprios países e consolidar-se no poder (cada um a sua maneira) a FPLT/FDRPE e a FPLE/FPDJ não se reuniram antes de 1997 para tratar do assunto.

“The EPLF decimated the ELF in a bitter civil war in the early 1980s. It then went on to defeat the Ethiopian army in 1991 and set up a provisional government based almost exclusively in its own membership, but it left numerous, intensely political hostile fragments in its wake and

¹⁸⁷ “A situação continuou relativamente inalterada até 1988 quando uma vez mais eventos de um teatro no Chifre ressaltaram em outro. Em março daquele ano, uma vitória importante da FPLE em Afabat na Eritréia levou Mengistu a precisar deslocar suas tropas de suas regiões ocidentais para suas regiões meridionais, e para garantir a segurança no leste, um acordo deveria ser selado com o velho inimigo Siad Barre. Os dois governos concordaram em acabar com a assistência a insurgentes no território um do outro, assim como trocar prisioneiros de guerra do conflito de 1977-78 e facilitar a repatriação de refugiados. Opositores dos dois regimes ligaram o acordo ao pacto de Hitler e Stálin em 1939”.

did nothing to bring them in from the cold once the independence war was over – setting the stage for internal instability and conflict later” (Connel, 2005 p. 68)¹⁸⁸.

Durante esses quatro anos, a FPLT/FDRPE e a FPLE/FPDJ ainda tinham suas imagens muito relacionadas (de uma ser o irmão mais novo da outra) e ainda tinham de lidar com imagens que elas mesmas haviam construído. A imagem da segunda como movimento político e dominante da região era visto com relutância pela primeira. De acordo com (Latta, 2004), talvez a FPLT tivesse uma agenda outra a qual seria prejudicada se a Eritréia alcançasse, de fato, esse *status*. Para ele, a FPLT/FDRPE ainda tinha algum plano de construir alguma forma de associação com a Eritréia através de vários meios, inclusive estender privilégios econômicos para a Eritréia e eritreus com o intuito de *“induce or even force the Eritrean leadership to re-enter into some form of political union with Ethiopia”* (Latta, 2004 p. 46)¹⁸⁹. Esses privilégios podem ser o motivo que levou presidente eritreu Isaias Afwerki a defender publicamente a confederação com a Etiópia às vésperas do referendo que daria a independência *de jure* ao seu país. No entanto, logo da divulgação do resultado do referendo em que a população votou avassaladoramente pela independência total da Eritréia, Afwerki recuou em suas afirmações e passou a defender que qualquer projeto de confederação com a Etiópia *“will take a very long time, probably generations”* (Isayas Afwerki on democracy, parties, media, and rights, 1993 p. 10)¹⁹⁰.

Encurralados pela opinião pública eritréia, Afwerki e sua FPLE/FPDJ deixaram de lado a possibilidade de confederação ou qualquer outro tipo de união política com a Etiópia. Passadas então as contendas limítrofes com Sudão (1994), Iêmen (1995), e Djibuti (1996), a Eritréia retornou a mesa de negociações com a Etiópia para debater a fronteira entre os dois países em agosto de 1997, quando a Eritréia já estudava a implantação de sua própria moeda, o Nafka. Então, entre os dias 16 e 25 daquele mês, o presidente eritreu e o primeiro-ministro etíope trocaram cartas sobre pequenos

¹⁸⁸ “A FPLE dizimou a FLE em uma amarga guerra civil nos anos 1980. Ela então prosseguiu e derrotou o exército etíope em 1991 e estabeleceu um governo provisório baseado quase que exclusivamente em seus membros, mas deixou numerosos fragmentos políticos intensamente hostis e nada fez para incluí-los uma vez que a guerra de independência já estava terminada – estabelecendo um estágio para instabilidade interna posterior”.

¹⁸⁹ “induzir ou até mesmo forçar a liderança eritréia a re-entrar em alguma forma de união política com a Etiópia”.

¹⁹⁰ “levará um tempo muito longo, provavelmente gerações”

incidentes na fronteira entre os dois países. Reconhecendo, em sua primeira carta, “*It cannot be said that the border between our countries is demarcated clearly although it is known traditionally*” (Negash, et al., 2000 p. 115)¹⁹¹, Afwerki reclamava da presença military etíope em Adi Murab que, segundo ele, estava do lado eritreu da fronteira e teve como resposta que a área ocupada por contingentes militares etíopes eram áreas que anteriormente não eram disputadas, sendo desnecessária, portanto, a consulta prévia.

Os incidentes na fronteira prolongaram-se até março de 1998. Na época, apesar disso, as relações entre Etiópia e Eritreia ainda eram – publicamente, pelo menos – boas e satisfatórias. Como relatou Last (2004 p. 58), jornalista da *Reuters* e da BBC em Asmara,

*“Publicly at least, reconciliation and co-operation was the new policy between Ethiopia and the newly independent Eritrea. Everything appeared to be going relatively well but the two governments tended to conduct their business in secret. And, beneath the surface trouble was slowly brewing”*¹⁹².

Nessa época, a presença de contingentes militares eritreus e etíopes na fronteira era comum, mas a população ainda acreditava que os governos eram irmãos e, por isso, saberiam resolver a questão por meio do diálogo (Last, 2004).

Com o alvorecer do mês de maio de 1998, um incidente na pequena cidade fronteiriça de Badme, cuja administração era etíope, mas os tratados coloniais¹⁹³ atribuíam-na ao lado italiano/eritreu da fronteira, acabou frustrando as expectativas da população sobre uma solução pacífica.

Segundo o lado etíope, um número limitado de forças eritréias cruzou a fronteira e ocupou algumas áreas de Badme durante a reunião de dirigentes dos dois países para discutir a fronteira, naquele 06 de maio de 1998. Segundo Meles Zenawi, um acordo foi

¹⁹¹ “Não se pode dizer que a fronteira entre nossos países está claramente demarcada apesar de tradicionalmente conhecida”.

¹⁹² “Pelo menos publicamente, reconciliação e cooperação eram a nova política entre a Etiópia e a recém independente Eritreia. Tudo parecia ir relativamente bem, mas os dois governos tendiam a conduzir seus negócios em segredo. E, por baixo da superfície, problemas estavam surgindo”.

¹⁹³ No pós-guerra, a Eritreia alegou serem esses tratados a origem da fronteira entre os dois países, o que foi aceito pela Comissão de Fronteira para Eritreia e Etiópia (CFEE).

estabelecido entre os dois países após os fatos ocorridos na fronteira: as forças eritréias deveriam retirar-se até que a fronteira fosse desmarcada; uma comissão conjunta fora estabelecida para investigar quem dera início aos conflitos na fronteira; e decidiram que se reuniriam a cada dois meses para finalmente demarcar a fronteira (Negash, et al., 2000).

“The Ethiopian account states that since the Eritrean Minister of Defence was the leader of the Eritrean border commission, the Ethiopians expected that upon his return to Eritrea he would proceed to implement the agreement he reached on 8 May 1998. According to Ethiopian accounts, however, Eritrea began sending more troops to the area instead of withdrawing” (Negash, et al., 2000 p. 29)¹⁹⁴.

A versão eritréia, no entanto relata uma agressão etíope. Como explica Negash, et al. (2000 p. 29), a versão eritréia afirma que

*“On Wednesday, 6 May 1998, while the Eritrean delegation was on its way to Addis Ababa for border negotiations, Ethiopian army contingents that had already penetrated Eritrean territory opened fire on an Eritrean unit that approached them for dialogue, causing heavy casualties. This unprovoked attack triggered off a cycle of clashes in the area”*¹⁹⁵.

Se a área do incidente estava do lado eritreu ou etíope é difícil saber. No entanto, essa ação que pretendia marcar a presença e interesses eritreus na área e para confirmar a posição eritréia nas negociações correntes sobre a fronteira, parece ter sido o início de algo muito bem planejado. *“The aftermath suggests that the Eritrean government had expected such a reaction to the movements of its border patrol, and had made military preparations accordingly”* (Negash, et al., 2000 p. 01)¹⁹⁶. O governo eritreu,

¹⁹⁴ “A versão etíope afirma que desde que o Ministro da Defesa eritreu era o líder da comissão eritréia de fronteira, os etíopes esperavam que com seu retorno para a Eritrêia ele implementaria o acordo alcançado em 8 de maio de 1998. De acordo com a versão etíope, entretanto, a Eritrêia começou a enviar mais tropas para a área em vez de retirá-las”.

¹⁹⁵ “Na quarta-feira, 06 de maio de 1998, enquanto a delegação eritréia estava em seu caminho para Adis Abeba para negociações sobre a fronteira, contingentes do exército etíope que já haviam penetrado território eritreu abriram fogo contra uma unidade eritréia que se aproximava para diálogo, causando fortes baixas. Este ataque não-provocado gerou um ciclo de conflitos na região”.

¹⁹⁶ “As conseqüências sugerem que o governo eritreu esperava tal reação aos movimentos de sua patrulha de fronteira, e fez preparativos militares de acordo”.

provavelmente, calculava que a Etiópia não teria nem forças nem interesse em ir para a guerra o que – segundo esse ponto de vista – facilitaria as negociações em prol dos objetivos eritreus. No entanto, as relações que já não iam bem acabaram sofrendo seu desgaste final e tanto para a comunidade internacional quanto para a Etiópia (evidentemente) a guerra foi devido a uma agressão eritréia, uma vez que mesmo nos corredores da Organização da Unidade Africana afirmava-se que “*it is widely believed in African diplomats circle that Eritrea’s Isais Afwerki is the more belligerent compared to Ethiopia’s Prime Minister Meles Zenawi*” (No solution to crisis, 1998)¹⁹⁷ e que no fim de 2008 a União dos Parlamentos da OUA afirmou que os territórios em disputa haviam sido ocupados pela Eritrêia (Last Ditch Summit, 1998).

A questão da fronteira para o conflito, portanto, parece não residir em sua centralidade. Apesar dos vários desacordos entre FPLT/FDRPE e FPLE/FDPJ em torno da questão a partir da década de 1970, a fronteira foi sempre – aparentemente – um subterfúgio útil para que se resolvessem as diferenças. Não se nega, claro, que os problemas de demarcação e a duplicidade de interpretações da fronteira tenham colaborado para a deterioração das relações entre os grupos governantes dos dois países. No entanto, ela, junto de outros tópicos que foram feitos públicos, já era motivo de contencioso entre as duas frentes de libertação mesmo enquanto *states-in-wating*. Dessa forma, parece ser necessário um aprofundamento maior na questão para acessar as raízes da guerra. No entanto, fica claro que a contenda pela fronteira obedeceu ao padrão de difusão do poder sobre população como forma de domínio e, principalmente, demonstrou como grupos insurgentes dispõem sim de graus de estatalidade devido a, entre outros motivos, debaterem a delimitação de uma fronteira enquanto ainda não eram reconhecidos como governo de um Estado e nem tinham o controle do Estado cuja fronteira alterariam. A fronteira foi, dessa forma, uma questão que serviu a dois propósitos: “*its emotive value was useful for internal mobilization while its simplicity made the issue more attractive for international litigation*”¹⁹⁸ e, além disso, “*consistent*

¹⁹⁷ “Acredita-se amplamente nos círculos diplomáticos africanos que Isais Afwerki da Eritrêia seja o mais beligerante se comparado com o primeiro-ministro da Etiópia Meles Zenawi”.

¹⁹⁸ “Seu valor emotivo era útil para mobilização interna enquanto sua simplicidade fez a questão mais atrativa para litígios internacionais”.

with cases elsewhere, the border dispute was more of a convenient pretext than the single most important cause of the war” (Latta, 2004 p. 38)¹⁹⁹.

3.2.2 A economia

Um importante fator a analisar como causa de, pelo menos, desentendimentos entre a FPLT/FDRPE e a FPLE/FPDJ é as relações econômicas entre os dois países no período de 1991 e 1998, quando a Eritreia já havia ganhado sua independência *de facto* e já se estabelecia como Estado oficialmente reconhecido. Apesar de a guerra entre 1998 e 2000 ser geralmente analisada como uma questão política e militar, as causas econômicas parecem ter uma importante parcela nos desentendimentos que levaram à total deterioração das relações entre os grupos governantes dos dois países. A própria declaração do primeiro-ministro etíope Meles Zenawi (ver página 16) já aponta para possíveis contendas nesse campo (mesmo que, por ser um ator diretamente envolvido na questão, deva ter suas declarações interpretadas cautelosamente e com precaução). Além disso, *“one can argue, indeed, that when the Ethiopian government proceeded to implement its new trade policy, the Eritrean government considered this to be a declaration of economic war” (Negash, et al., 2000 p. 43)²⁰⁰.*

Dentre os acadêmicos que se dedicaram a estudar a questão, de fato, são poucos os que dedicam especial atenção para as causas econômicas da guerra. A maioria deles as inclui dentro de um contexto maior e a minimizam, atribuindo maior importância à fronteira e apontando a relevância das causas econômicas como dependentes da indefinição da fronteira. (Jacquin-Berdal, 2004 p. xii), por exemplo, interpreta que a indefinição da localização exata da fronteira prejudicou o lançamento e a implementação da moeda eritreia, o Nafka (ver página 17).

Essa interpretação a cerca da relação fronteira-moeda não é errônea. Pelo contrário. De fato, a incerteza sobre a localização da fronteira causaria problemas aos alcances físicos das políticas monetárias de ambos os países. Sem a moeda eritreia, o birr etíope circulava por ambos os países e tinha suas regras ditadas pelo Banco Central

¹⁹⁹ “Consistentemente com casos em outros lugares, a disputa pela fronteira foi mais um pretexto conveniente do que a única e mais importante causa da guerra”.

²⁰⁰ “Pode-se argumentar, de fato, que quando o governo etíope levou a cabo a implementação de sua nova política comercial, o governo eritreu a considerou como uma declaração de guerra econômica”.

da Etiópia, à revelia das vontades e interesses de Asmara. No entanto, ainda que o binômio fronteira-moeda mereça um lugar de destaque nas causas mais próximas da guerra, outros fatores econômicos devem ser destacados como responsáveis pela deterioração das relações econômicas de ambos os países.

Plaut (2004 p. 17) afirma que três são as causas econômicas principais que levaram para a erupção da violência em maio de 1998: 1- o binômio fronteira-moeda (em consonância com Jacquin-Berdal); 2- a natureza das relações comerciais pós-Nafka; e 3- a disputa comercial e financeira que perturbou os fluxos financeiros, de bens e pessoas, gerando pressões políticas de ambos os lados. Segundo ele, esses três fatores reanimaram velhas animosidades (as quais ele não explica nem identifica) entre a FPLT/FDRPE e a FPLE/FPDJ.

Styan (2004), por sua vez, apresenta uma clara visão da ligação entre as questões econômicas, políticas e militares que levaram ao desentendimento total entre os dois grupos governantes. Segundo ele, a economia foi a principal fonte de desavença entre a FPLT/FDRPE e a FPLE/FPDJ e o desenrolar da história foi resultado inevitável da baixa prioridade dada aos assuntos econômicos. Em suas palavras, “*given the primacy of military and political factors in 1991, economics appeared a secondary factor to the leaderships during the 1990s when both controlled the resources of state-based economies*” (Styan, 2004 p. 178)²⁰¹.

Além disso, ele explica que a guerra sempre traz (e trouxe, no caso aqui tratado) muitas vantagens específicas de curto-prazo, podendo ser julgada interessante para grupos de influência, lobistas e – até mesmo – governantes. Sua ressalva quanto a este caso é que além das vantagens específicas da guerra, a guerra trouxe divisões internas à FPLT na hora de compartilhar o botim. Além disso, segundo (Styan, 2004), a restauração e o fortalecimento dos laços econômicos foram sempre negligenciados na resolução desta disputa.

Na contenda existente entre Etiópia e Eritreia, também a economia foi importante nas relações e no surgimento de desavenças entre os grupos governantes. Desde os tempos sob o jugo italiano, a economia da Eritreia já despontava como

²⁰¹ “Dada a primazia dos fatores militares e políticos em 1991, a economia pareceu um fator secundário para as lideranças durante os anos 1990, quando ambos controlavam os recursos de economias com base estatal”.

economia forte e a base de manufaturados, enquanto a Etiópia permanecia – apesar das tentativas do Imperador Hailé Selassié I de modernizar o país nas décadas de 1960 e 1970 – baseada na exportação de produtos primários. A Eritréia havia se tornado, devido a uma série de fatores, a principal economia dos territórios coloniais da Itália. Desse modo, nela estava a principal concentração militar italiana na África bem como no era o centro financeiro da África Oriental Italiana. Para que se tenha dimensão da importância financeira e militar que a Eritréia – que segundo Negash, et al. (2000) não passava de uma colônia de povoamento desde a invasão da Etiópia – tinha para a Itália, sua colonizadora, Negash (1987 p. 53) afirma que, entre 1935 e 1941, havia mais italianos do que eritreus em Asmara. Havia também, mais empresas comerciais e indústrias na Eritréia do que em todas as províncias da África Oriental Italiana somadas (Negash, et al., 2000)!

Essa pujança econômica eritréia acabou tendo sua importância quando do fim da II Guerra Mundial e o fim do colonialismo italiano. A derrota italiana e sua consequente expulsão do Chifre da África por parte dos ingleses e da resistência etíope não conduziu à drástica e imediata retirada de capital e perícia dos italianos na Eritréia: o Reino Unido, que assumira o controle das colônias italianas e concordara com a restauração da soberania etíope, não deixou de investir na economia eritréia, pois desejava que os lucros obtidos pela comunidade italiana na Eritréia pudessem contribuir com os esforços de guerra.

“But most of the manufacturing plants which were to remain in Eritrea after the Second World War were in fact those which were established during the British Military Administration (1941-52). A main reason for their survival was their easy access to the Ethiopian market. The union of Eritrea to Ethiopia, first in the form of a federation and later as an integral part of the country, further consolidated the orientation of Eritrean manufacturing sectors towards Ethiopia” (Negash, et al., 2000 p. 42)²⁰².

²⁰² “Mas a maior parte das fábricas que iriam ficar na Eritréia após a II Guerra Mundial foram estabelecidas durante a Administração Militar Britânica (1941-52). Uma razão principal para sua sobrevivência foi seu fácil acesso ao mercado etíope. A união da Eritréia com a Etiópia, primeiro na forma de uma federação e depois como parte integral do país, posteriormente consolidou a orientação dos setores manufatureiros eritreus em direção à Eritréia”.

Essa orientação da economia manufatureira eritréia para a Etiópia persistiu até a eclosão da guerra em 1998, quando ambos os países trataram de boicotar-se economicamente, na tentativa de fragilizar o adversário. Digno de nota, é que nos anos 1970, a economia eritréia era dominada por italianos e que 35% de todos os estabelecimentos industriais e manufatureiros do Império etíope localizavam-se em Asmara (Sherman, 1980).

Com o advento da década de 1990 e o novo cenário pós-Mengistu, ambas FPLE/FPDJ e FPLT/FDRP sentiram-se obrigadas a reunir-se para negociar diversos temas, entre eles, a economia e o comércio entre um dos mais antigos países e um dos mais novos países do mundo. Neste cenário, a FPLE/FPDJ já controlava o poder e as contas de capital eritréias enquanto na Etiópia, o mesmo era feito pela FPLT/FDRPE. Nesta segunda, no entanto, há alguma diferença. Desde o fim da década de 1970, a frente de libertação que tomaria o governo etíope 21 anos depois se tornou um importante ator econômico para a província do Tigray, região da qual é oriunda. Se nos anos 1970, a REST foi responsável por combater a fome e a seca na região, nos anos 1990 foi a vez de a Associação para o Desenvolvimento do Tigray (AST) começou a agir na região. Ambas as organizações eram ligadas à FPLT e, conseqüentemente, à FDRPE – fachada da FPLT como partido para governar a Etiópia.

Através dessas duas organizações, principalmente, o governo etíope passou a investir de maneira importante na província do Tigray, de modo a fazer com que “*According to Gebru Asrat, the governor (or president) of Tigray, Eritrea provoked the war because its hegemonic position in Ethiopia was threatened by the economic development of Tigray*” (Negash, et al., 2000 p. 38)²⁰³. Evidentemente, a guerra parece não ter sido causada devido a este fator, mas a declaração de Asrat demonstra claramente o papel econômico desempenhado pela Eritréia na Etiópia ainda na década de 1990.

Logo no início da década, em 1991, as duas frentes de libertação – ora governos dos dois países – trataram de celebrar um acordo versando a respeito da aplicação de uma moeda comum até o momento de a Eritréia ter a sua própria e que estabelecia que os portos de Assab e Massawa (agora na Eritréia) seriam de uso livre para a Etiópia e

²⁰³ “De acordo com Gebru Asrat, o governador (ou presidente) do Tigray, a Eritréia provocou a guerra porque sua posição hegemônica na Etiópia fora ameaçada pelo desenvolvimento econômico do Tigray”.

que esta administraria e manteria a refinaria de petróleo de Assab. Até 1993, ano da independência *de jure* da Eritréia, este foi o único acordo entre Etiópia e Eritréia que tratava de economia. Até então – devido à inexistência jurídica de uma das partes – nenhuma regulação formal entre os dois países existia.

Em setembro do mesmo ano, Etiópia e Eritréia celebraram finalmente o chamado “Pacto de Asmara”, que compreende 25 protocolos que versam sobre várias áreas, sendo a principal a cooperação econômica. Esses tratados não são públicos até hoje e o que se tem de conhecimento deles foi conseguido por (Negash, et al., 2000), que tiveram acesso às minutas das reuniões por meio do Ministério das Relações Exteriores da Etiópia²⁰⁴. Segundo eles, o principal objetivo do pacto é a harmonização do comércio e das políticas econômicas entre os dois países. Para atingir este objetivo, seis são os pontos que devem ser empreendidos: 1- harmonizar as políticas de taxas de comércio e as estruturas de taxas de juros; 2- criar um mecanismo para crescer o estoque de capital de maneira consistente com o objetivo de inflação de cada país; 3- criar um mecanismo para sincronizar políticas relacionadas a comércio exterior e alocação de estrangeiros envolvidos com tal atividade; 4- harmonizar gradualmente as políticas em relação a tarifas, taxas sobre vendas e remessas de lucro; 5- harmonizar as políticas de investimento e 6- prover a investidores nacionais as mesmas condições e tratamento em ambos os territórios.

Após a celebração do pacto, três reuniões ministeriais foram levadas a cabo para discutir as questões de comércio, investimento e regras de origem e a nacionalidade dos cidadãos investidores nos países. Logo de início, no entanto, surgiram já as primeiras divergências entre os governos dos dois países. Neste momento, tanto a FPLT/FDRPE quanto a FPLE/FPDJ tornavam-se mais conscientes de que teriam de ceder cada qual a grupos internos de seus países em matérias de cunho econômico, sob o risco de dar força a grupos armados ainda existentes em seus territórios.

No início das negociações, Adis Abeba propôs uma zona de livre comércio como primeiro passo para a harmonização e integração econômica entre os dois países. No entanto, Asmara imediatamente solicitou a revisão da proposta devido à tendência protecionista da Etiópia, que inviabilizaria a proposição feita pela mesma. Não só nessas

²⁰⁴ Talvez por isso, atribua-se mais à introdução da nova moeda como fator de deterioração das relações entre FDRPE e FPDJ do que a outras questões de cunho econômico.

questões houve divergências. Segundo (Negash, et al., 2000 p. 32), “*the minutes of 1996 reveal that the two countries had incompatible views in other areas such as investment and free movement of people*”²⁰⁵.

A Eritreia sugeria que comércio e investimento deveriam ser livres para qualquer residente nos dois países, independentemente de sua nacionalidade, pois era uma forma que induzia à reconciliação das leis e práticas de investimento através da promoção de investimento lateral. Também se queixava do tratamento guardado aos eritreus residentes na Etiópia uma vez que a maior parte das demandas por investimento era feita por eritreus não-residentes na Etiópia. Na visão etíope, em contra partida, a participação de eritreus residentes ou não na Etiópia deveria manter-se restrita, particularmente nas esferas bancárias, de seguros, de eletricidade e fontes de energia e transportes aéreos. Coincidência ou não, eram estas esferas as que a Eritreia tinha maior interesse em investir na Etiópia. A Etiópia concordou, no entanto, na questão da nacionalidade e estendeu aos eritreus que já exerciam a cidadania etíope o direito de escolher ser etíopes ou não (sem abrir mão da cidadania eritreia).

“By the time of 1996 the implementation of most of the 25 protocols signed between the two countries was greatly hampered by the lack of progress in substantial agreements on trade and investment. Eritrea felt that it was effectively shut out of the Ethiopian economy. Eritrea could neither import Ethiopia’s exportable goods nor re-export to Ethiopia goods imported from a third country. Eritrean enterprises were not allowed to invest in certain sectors of the Ethiopian economy and, furthermore, the Ethiopian government was setting investment restrictions on Eritrean resident nationals. Eritrea thus argued that Ethiopia was implementing a protectionist policy, and therefore proposed that the entire agreement of 1993 be reviewed to seek solutions to operational difficulties encountered in the process of implementation”. (Negash, et al., 2000 p. 33)²⁰⁶.

²⁰⁵ “As minutas de 1996 revelam que os dois países tinham visões incompatíveis em outras áreas como investimento e livre circulação de pessoas”.

²⁰⁶ “Por volta de 1996, a execução da maioria dos 25 protocolos assinados entre os dois países foi muito prejudicada pela falta de progressos substanciais nos acordos sobre comércio e investimento. Eritreia sentia que fora expulsa da economia etíope. A Eritreia não podia importar mercadorias exportáveis da Etiópia nem re-exportar para a Etiópia mercadorias importadas de países terceiros. As empresas

Apesar desses atritos, os governos ainda viam com algum otimismo a possibilidade de integração econômica graças à moeda comum entre os países. No entanto, apenas este fator de otimismo não era suficiente para compensar e relativizar a falta de confiança que já se havia construído entre os governos. Foi assim que em novembro de 1997 a Eritréia lançou – sem qualquer consulta ou negociação com a Etiópia – o Nafka, sua nova moeda (Negash, et al., 2000). Dessa forma, mesmo tendo exercido sua soberania e seu direito de regulamentar as relações econômicas em seu território, a Eritréia, ao não consultar e/ou não insistir em mais uma vez levar a questão para a mesa de negociações antes de agir, fez reacender questões litigiosas entre os dois países. Além da falta de demarcação precisa da fronteira que estabeleceria os limites do birr etíope e do nafka eritreu, outras questões de comércio, investimento e “identidade dos atores econômicos” também retornaram à pauta de desentendimentos entre os dois Estados (Styan, 2004).

A introdução do Nafka, então, deixou à tona e sem resolução quatro questões interligadas: 1-acordos bilaterais sobre moeda; 2- a regulamentação do comércio exterior; 3- a reciprocidade de investimento por nacionais dos dois países; 4- a identidade econômica e legal e o *status* de tais indivíduos. A complexidade da nova situação e relação comercial e monetária entre os dois países tornava qualquer solução uma tarefa árdua e parece ter inaugurado uma queda de braço entre os dois países.

Para continuar gozando da estabilidade monetária que vigorava desde 1991 para manter ainda fáceis as relações comerciais com a Etiópia (sua principal parceira comercial), a Eritréia logo tratou de estabelecer a paridade no câmbio entre sua nova moeda e o birr etíope. No entanto, o mercado negro já negociava as moedas pela cotação de ETB 1,00 : NAF 5,00 (Balancing Act Goes On, 1998), o que motivou a oposição etíope à paridade. “*The Eritrean government introduced the nakfa, while at the same time the Ethiopian government replaced its old notes with new ones in order to offset the uncontrolled flow of old birr from Eritrea*” (Negash, et al., 2000 p. 36)²⁰⁷. O

eritréias não foram autorizadas a investir em determinados setores da economia etíope e, além disso, o governo etíope foi estabelecendo restrições de investimento de eritreus residentes no país. A Eritréia, assim, argumentou que a Etiópia executava uma política protecionista e, portanto, propunha a revisão total do acordo de 1993 para procurar soluções para as dificuldades operacionais encontradas no processo de implementação”.

²⁰⁷ “O governo eritreu introduziu o Nakfa enquanto, ao mesmo tempo, o governo etíope substituiu suas antigas notas por novas, a fim de compensar o fluxo descontrolado de birrs velhos vindos da Eritréia”.

comércio entre os dois países então acabou sendo pautado pelo dólar, como qualquer comércio entre quaisquer países vizinhos (Styan, 2004).

A nova moeda eritréia e as ações etíopes para regulamentar o comércio entre os dois países acabaram por criar barreiras entre os dois países que não haviam jamais existido (Negash, et al., 2000). As novas políticas econômicas da Etiópia, com tendências protecionistas e frente à introdução do nafka eritreu, tornaram impossível que os produtos eritreus competissem no mercado etíope em condições de igualdade com os bens similares produzidos na Etiópia. Essas medidas tomadas pela FPLT/FDRPE foram, em boa medida, respostas às demandas da sociedade/elite etíope, principalmente de Adis Abeba, que ainda acusavam o governo de não defender os interesses etíopes desde a época do referendo de independência da Eritréia, quando a população daquela que viria a ser a Etiópia não fora consultada sobre a secessão. Além disso, a crítica continuou forte uma vez que mercadores eritreus, dizia-se, eram favorecidos pela dupla cidadania (Abbink, 1998).

De qualquer maneira, é difícil atribuir apenas às causas econômicas a origem da guerra. Como afirmam Negash, et al. (2000 p. 45), *“it was the trade regime adopted by Ethiopia that gave a push to the conspiracy theories developed by both sides”*²⁰⁸. O que fica claro ao analisar-se as causas da guerra, no entanto, é a evolução dos atores e como eles se adequaram às novas demandas que lhes eram apresentadas. As duas frentes de libertação, até 1991, eram *“states-in-waiting”* e gozavam de certo grau de estatalidade. Com sua chegada ao poder e a secessão da Etiópia, as duas frentes de libertação tiveram de mostrar-se mais responsivas (porém não mais democráticas) às suas sociedades/elites para a manutenção de seu regime no poder dos dois países. Outro fator a destacar é como, uma vez sob novos comandos, os Estados em questão continuaram tendo demandas de Estados – e não mais de frentes de libertação nacional – e continuaram no padrão de Estados africanizados, conforme anteriormente explicado.

3.2.3 Um breve olhar sobre as identidades

²⁰⁸ “Foi o novo regime comercial adotado pela Etiópia que deu alento às teorias da conspiração desenvolvidas pelos dois lados”.

Como já se viu, as causas ainda obscuras da Guerra Etio-Eritrêa induzem – ainda hoje – estudiosos a investigar o que haveria levado esses países à maior e mais sangrenta guerras entre Estados que a África já assistiu. Além da fronteira e das questões econômicas, também está a identidade como fator importante a ser analisado. Afinal, segundo Tronvoll (1999), “*it is very possible that the quest for a final delimitation of borders and hence the strengthening of Eritrean identity might have been a more powerful motive than economic factors*”²⁰⁹. Ciente, entretanto, das dificuldades de trabalhar e colher informações precisas sobre identidades, as páginas que seguem representam apenas um breve olhar sobre a questão, a fim de tornar mais rico o entendimento da questão.

Como já visto, a história próxima e o passado comum em que Etiópia e Eritrêa conviveram nunca lhes proporcionaram relações pacíficas e amistosas. As lutas pela autodeterminação eritrêa verificadas ao longo do século XX e a conformação do Estado eritreu *de facto* em 1991 só poderiam ter acontecido através da guerra e de movimentos de guerrilha. Quando a Itália começou suas incursões no Chifre da África, que culminaria na conquista da Eritrêa, o então Imperador etíope Menelik II não se opôs a tais ações colonizadora, sem saber que, posteriormente, de lá sairia a incursão italiana que invadiria seu país. A Etiópia, na época, vivia em um sistema de poder descentralizado análogo ao europeu da Idade Média. Essa descentralização permitiu que as elites políticas eritrêas se aproximassem dos italianos sem que o imperador pudesse impedir. A presença italiana na Eritrêa, ainda àquela época, favoreceu a criação de uma identidade nacional eritrêa construída em contraste à etíope.

Os italianos, liderados pelo General Baratieri, aproveitaram-se do apoio popular eritreu para prolongar sua estadia naquela parte do Chifre da África e lançaram, em 1890, um importante ataque à Etiópia, na tentativa de colonizar o único Estado africano já constituído na época. No entanto, suas ambições coloniais não vingaram e a retirada das tropas italianas da Etiópia ocorreu em 1896, quando as forças de resistência etíopes as derrotaram na Batalha de Adwa, deixando os italianos estacionados atrás das terras altas, região da atual Eritrêa, cuja fronteira com o Império da Etiópia fora estabelecida através dos tratados coloniais de 1900, 1902 e 1908.

²⁰⁹ “É muito possível que a disputa pela demarcação final das fronteiras e, por isso, o fortalecimento da identidade eritrêa podem ter sido um motivo mais poderoso que os fatores econômicos”.

Em 1936, a Itália de Mussolini renovou suas aventuras colonialistas na Etiópia, aproveitando-se de um momento peculiar na Europa. Apesar de a Etiópia não estar entre as grandes potências mundiais daquele momento (e atualmente), ela era membro-fundador da Liga das Nações e, conseqüentemente, gozava de todos os direitos por ela garantidos. Num cenário europeu cada vez mais frágil, a Itália conseguiu que não fosse sancionada caso invadisse a Etiópia. O desejo italiano, mais precisamente do ditador italiano, partiria das terras eritreias, colônias italianas desde 1888.

A nova invasão italiana à Etiópia fez convergir os desejos de Mussolini e dos *ascari* eritreus. Se Mussolini carregava consigo a amargura nacional da derrota italiana de 1896, os *ascari* lutavam pela conformação de uma identidade nacional eritreia que encontrasse nos etíopes a alteridade. Com a “tomada gloriosa” da capital etíope por um batalhão de *ascari* (Le Houérou, 2000 p. 19), iniciou-se uma ocupação que, até 1941, garantiria a Roma quase que a hegemonia do Chifre da África. Nesse período, o Imperador etíope Hailé Selassié I comandou, do exílio, a resistência à Itália e aos batalhões *ascari*, devolvendo a soberania ao seu império naquele ano e expulsando os italianos da região.

Durante esses anos baixo o domínio italiano, no entanto, o sonho *ascari* de construir uma identidade nacional eritreia deu importantes passos. Os investimentos italianos na colônia tornaram-na bastante diferente da Etiópia em vários sentidos, desde a *art deco*, base da arquitetura dos prédios de Asmara, capital eritreia, até os alimentos. Mesmo no fim dos anos 1990,

“Asmara looked like a modern but pretty Italian town. Built during the days of Italian colonialism, it was famed for its stunning art deco buildings built in the twenties and thirties, for its wide boulevards where Eritreans still did the “passegiata” in the evening, and for its coffee which was steamed through old-fashioned Italian espresso machines” (Last, 2004 p. 57)²¹⁰.

²¹⁰ “Asmara parecia uma moderna, mas bonita cidade italiana. Construída durante os dias do colonialismo italiano, ela era famosa por seus impressionantes edifícios em *art deco* construídos nos anos 1920 e 1930, por suas largas bulevares onde os eritreus ainda faziam a “passegiata” à tarde, e pelos seu café que era fervido em máquinas italianas antiquadas de café expresso”

Essa percepção de que a Eritréia seria mais moderna que a Etiópia perdurou na identidade nacional eritréia até os tempos da guerra. O próprio presidente eritreu fez menção à modernidade adquirida por seu país em uma entrevista. Em suas palavras,

“Est-ce que vous pouvez imaginer les transformations qui ont modifié l'ensemble de la société ! Que cela vous plaise ou pas, si vous mangez des pâtes vous vous sentez plus moderne que celui qui mange de l'ingera²¹¹ ! Si vous habitez un tukul ou un hudma vous êtes plus traditionnel que si vous habitez une villa” (Le Houérou, 2000 p. 24)²¹².

Por dez anos, o Reino Unido substituiu os burocratas italianos por burocratas eritreus e promoveu a “eritreização” da política, da administração e da identidade eritréias (Le Houérou, 2000 p. 48). A criação de expressões políticas nacionais na Eritréia que refletiam a “*un fossé identitaire profond qui les a séparés des éthiopiens*” (Le Houérou, 2000 p. 25)²¹³, contudo, não prejudicou a experiência federativa entre a Eritréia e a Etiópia em 1952. Apesar de a Etiópia considerar-se uma “*île chrétienne au milieu d'un océan musulman*” (Clapham, 2000 p. 96)²¹⁴ e os eritreus considerarem-se mais modernos que os etíopes como já visto, a experiência federativa obteve forte apoio dentre os eritreus como a solução à questão de o que fazer com a Eritréia uma vez que não tinha um governo instituído nem tampouco contava com a presença dos italianos. “*C'est l'existence en Érythrée d'un fort courant d'opinion favorable à la « réunification » avec la « mère-patrie » qui permit sa fédération avec l'Éthiopie en 1952*”²¹⁵²¹⁶ (Clapham, 2000 p. 98). Essa federação havia sido encorajada várias vezes pelas Nações Unidas e culminou, dez anos mais tarde, na incorporação da Eritréia pela Etiópia. A falta de consulta popular, a tendência centralizadora de Adis Abeba naquela época e a crescente influência dos EUA na região podem ter sido fatores que determinaram tal destino.

²¹¹ Pão tradicional.

²¹² “Você pode imaginar as transformações que modificaram o todo da sociedade? Que lhe agrade ou não, se você come patê você se sente mais moderno que aquele que come *ingera*! Se você mora em um *tukul* ou em um *hudma* você é mais tradicional que se você morasse em uma *villa*”.

²¹³ “fossa identitária profunda que os [os eritreus] separou dos etíopes”.

²¹⁴ “ilha cristã em meio a um oceano muçulmano”.

²¹⁵ Esse dado é contestado por partidários de “um outro nacionalismo eritreu”, como explica Tekeste Negash em *Ethiopia-Eritrea: the federal experience*, Uppsala, Nordiska Afrikainstitutet, 1997.

²¹⁶ “Foi a existência na Eritréia de uma forte corrente de opinião favorável à “reunificação” com a “pátria mãe” que permitiu sua federação com a Etiópia em 1952”

Pouco mais de dez anos depois, os reflexos maléficos da incorporação etíope sobre a Eritréia apareceram. Em 1973, um ano antes da queda do Imperador Haile Selassié I, a Frente Popular de Libertação da Eritréia (FPLE), movimento nacionalista e laico, vencera uma “guerra civil” em plena Eritréia (ainda parte da Etiópia) e passou a conduzir aquela que foi conhecida como a “Guerra de 30 anos” pela independência.

Durante o período do *Derg*, de Mengistu, a FPLE promoveu resistência às tropas governamentais etíopes em ação conjunta com a Frente Popular de Libertação do Tigray (FPLT). Suas ações conjuntas lograram derrocar o regime de Mengistu e, a partir de então, estava tudo acordado. Apesar de a FPLT ter como objetivo a tomada do poder da Etiópia, ela concordou com a FPLE na questão eritréia e no seu objetivo de independentizar a província. Assim, “*Ethiopia was the only existing state in the Horn where actors central to state collapse, notably insurrectionists in the north, were put in a position to takeover and address that task of state reconstruction*” (Woodward, 2003 p. 105)²¹⁷. Com a captura do poder pela FPLT na Etiópia, com auxílio da FPLE, os antigos planos conjuntamente traçados sobre o cenário pós-Mengistu, que previam a realização de um plebiscito na Eritréia sobre seu *status*, puderam ser levados a cabo. “A independência *de jure* da Eritréia a 24 de maio de 1993, contudo, acabou por trazer problemas para a região: a Etiópia tornara-se um país mediterrâneo e a Eritréia precisava construir-se como nação em torno de alguma identidade que não a etíope” (Carvalho, 2008 p. 16).

O que ocorreu, no entanto, foi a tentativa eritréia de encontrar um inimigo externo a fim de obter coesão social de sua população. A “ameaça externa” teve assim, um importante espaço no cálculo político de Asmara. “*Each time a dispute arose with one of its neighbors, Eritrea rolled out the artillery – first against Sudan (1994), then Yemen (1995), Djibuti (1996), and finally Ethiopia (1998)*” (Connel, 2005 p. 69)²¹⁸.

O conflito com a Etiópia, no entanto, perdurou mais do que o esperado. Independentemente das causas que o geraram, sua intensidade obrigou os dois países a promover propaganda exaltando o Estado e a identidade nacional. Tal feito é notável do lado etíope. Se desde Menelik II é possível assistir o mito do invasor que põe o país em

²¹⁷ “a Etiópia foi o único Estado existente no Chifre da África onde os atores centrais ao colapso estatal, notavelmente insurrecionistas do norte [FPLT], foram postos em uma posição de tomar e dirigir a tarefa de reconstrução estatal”

²¹⁸ “Cada vez que uma disputa surgiu com um de seus vizinhos, a Eritréia moeu a artilharia – primeiro com o Sudão (1994), então com o Iêmen (1995), Djibuti (1996) e finalmente Etiópia (1998)”

perigo (Le Houérou, 2000 p. 29) e propaganda política durante a guerra contra a Eritréia na televisão nacional etíope convocava veteranos da Guerra Ítalo-Etíope para anunciar que “*la tradition éthiopienne consiste à toujours chasser les envahisseurs*” (Le Houérou, 2000 p. 106)²¹⁹, no período sobre Selassié e, em seguida, sob o *Derg*, acusava-se os eritreus de não serem verdadeiros etíopes por não terem resistido aos italianos (Le Houérou, 2000 p. 28). Por sua vez, a Eritréia lia os recentes acontecimentos como “*la volonté tigréene de s’agrandir et de mettre em oeuvre le rêve d’un grand Tigré*” (Le Houérou, 2000 p. 92)²²⁰.

As acusações ficaram cada vez mais freqüentes, tanto nos alto-escalões como dentre a população. Enquanto Sabat Nega, um dos fundadores da FPLT alegava em março de 1999 que os eritreus “*se disent les juifs de l’Afrique [...], des guerrieres invincibles*” e que “*mystifient le réel*” (Le Houérou, 2000 p. 110)²²¹, pichações na Etiópia surgiam dizendo que “*Ethipians believe in God, Sha’abyia²²² believe in mountains*” (Reid, 2004)²²³. Dessa maneira, a guerra transformou-se em “*question d’un image de soi et d’honneur dans le discours officiel et officieux des deux pays*” (Le Houérou, 2000 p. 110)²²⁴.

²¹⁹ “a tradição etíope consiste sempre em expulsar os invasores”.

²²⁰ “a vontade tigrínia de se expandir e de por em obra o sonho de um grande Tigray”

²²¹ “se dizem os judeus da África [...], os guerreiros invisíveis” e que “mistificam o real”

²²² Modo pelo qual a FPLE era popularmente referida.

²²³ “Etíopes acreditam em Deus, *Sha’abiya* acreditam na montanha”

²²⁴ “uma questão de imagem de si e de honra no discurso oficial e oficioso dos dois países”

4 A Etiópia

Como foi visto no capítulo anterior, é possível afirmar que a região do Chifre da África não é exceção, mas sim regra ao padrão de dinâmicas políticas e de conflitos no continente, apesar de apresentar guerras inter-estatais – o que é raro no continente. Vários autores e estudiosos chegaram a afirmar que tal região seria uma exceção à regra devido a, entre outros fatores, a questão da estatalidade que, na região, recebeu um importante tratamento por parte dos atores políticos. Como já se disse, Buzan, et al. (2003) afirmam que a região é uma exceção ao continente devido ao sentimento westfaliano que permeou suas guerras e suas relações políticas (ver nota de rodapé 5). Também Chabal, et al. (2001) acreditam que a região do Chifre da África possa ser uma exceção devido aos mesmos motivos. Como eles mesmos afirmaram, vários de seus questionamentos e suposições podem não ser aplicados à região em questão.

No entanto, a região do Chifre da África parece obedecer ao padrão de difusão de poder do continente (sobre populações) e, com isso, apresentando diferentes graus de estatalidade que variam de atores estatais a grupos insurgentes, o que é compatível com o critério básico de estatalidade – cunhado por Clapham (1998a) – que corresponde a um ator com capacidade militar e controle sobre dado território e população. Nessa região, como se viu no capítulo anterior, grupos insurgentes chegaram até mesmo a independentizar regiões (caso da Eritreia) e derrotar as forças de um governo central (FPLT e FPLE contra as forças de Mengistu Haile-Mariam).

Para dar continuidade ao estudo, foi destacada a Etiópia para um estudo de caso que pode comprovar a adequação do país – que por vezes é dito ser uma exceção – ao padrão de difusão do poder sobre população e território e suas conseqüências delineadas no capítulo 2. A escolha de tal país, contudo, não é feita ao acaso. A Etiópia é, historicamente, a maior potência da região em termos econômicos e militares e goza de uma posição estratégica de extrema importância para as grandes potências. Ela derrotou os italianos por duas vezes na história (1896 e 1941), continuou recebendo apoio norte-americano mesmo após a revolução socialista de 1974 e foi a opção escolhida pela

URSS na Guerra de Ogaden, contra a Somália²²⁵. Além disso, a Etiópia venceu a Guerra de Ogaden (1977/78) e a Guerra Etio-Eritréia (1998-2000), chegando, neste caso, a ocupar 25% do território eritreu e estar a pouco mais de 20 km de Asmara, quando da rendição eritréia. Mais recentemente, a Etiópia confirmou seu *status* de principal potência da região ao se caracterizar como a única garantia e respaldo do Governo Federal Transitório da Somália (instaurado em 2004) e após ter expulsado da Somália, no fim de 2006, a União das Cortes Islâmicas, grupo insurgente que atacava às forças da União Africana, da Etiópia e do Governo Federal da Somália com o objetivo de instaurar a lei islâmica naquele Estado acéfalo. Além de seu poderio, vale a pena destacar algumas características do Estado etíope que, historicamente, o destacam em relação a sua região. Além de ter sido o único Estado na sua região que não sucumbira ao jugo colonial, “*il sistema imperiale etipoico era sicuramente indigeno*” (Novati, et al., 2005 p. 270)²²⁶ e teve esse país a única revolução social genuína²²⁷ do continente (Clapham, 1999).

Apesar de todo seu poderio em relação aos seus vizinhos e de toda sua rica história, o principal motivo para que se destaque a Etiópia reside no fato de ela ser um dos grandes estados africanos²²⁸, de acordo com a terminologia de Clapham, et al. (2006). Segundo tal recorte teórico,

“one of the least challenged assumptions in the political analysis of the viability of states is that ‘bigger is better’. Throughout the academic literature, across the policy debates, and in almost all public debate, large states are assumed to have a better chance for development and small states are assumed to be problematic. However, in sub Saharan Africa, large states (Nigeria, Ethiopia, and the Democratic Republic of Congo (DRC) by population; Sudan, the DRC, and Niger by landmass) have performed poorly” (Herbst, et al., 2006 p. 01)²²⁹.

²²⁵ Tanto Etiópia quanto Somália eram clientes soviéticos.

²²⁶ “o sistema imperial etíope era seguramente indígena”.

²²⁷ Trata-se da revolução de 1974 que depôs a monarquia e instaurou o regime socialista do *Derg*.

²²⁸ Segundo Clapham, et al. (2006), seis são os grandes Estados africanos: Angola, Sudão, República Democrática do Congo, Etiópia, Nigéria e África do Sul (sendo está última quase sempre uma exceção à regra).

²²⁹ “Uma das hipóteses menos desafiadas na análise da viabilidade política dos Estados é que “quanto maior, melhor”. Por toda a literatura acadêmica, através dos debates sobre políticas, e em quase todos os debates públicos, grandes Estados são considerados para ter uma melhor chance para o

De acordo com este recorte, quanto maiores território e população, mais disfuncional o Estado é e pior é o seu desempenho. Afinal, *“they are countries with big hinterlands, which are hard to police and govern”* (Herbst, et al., 2006 p. 02)²³⁰. Ademais, a Etiópia (tal como os outros cinco grandes Estados africanos) pode não ser um Estado fundamental, mas tem profundos impactos na região, por meio do *spill over* de benefícios e prejuízos. Em outras palavras, a estabilização do Chifre da África depende, necessariamente, da estabilização a Etiópia, que é pedra basilar do proto-complexo regional de segurança, pois é quem liga as dinâmicas de segurança existentes no Chifre da África (Buzan, et al., 2003).

Dada essa necessidade, compreende-se também que os grandes Estados africanos – incluindo a Etiópia – podem ser ameaças para seus vizinhos uma vez que *“one of the most interesting phenomena in Africa is that big states that should be regional leaders have been so dysfunctional that it makes sense for smaller neighbouring states to try to protect themselves from big states”*²³¹ e, como disseram os proponentes de tal recorte, *“we are making a more direct observation that large size in Africa may be a formidable barrier for leaders to address when they are building their states”* (Herbst, et al., 2006 p. 12)²³².

No caso etíope, em particular, o tamanho pode ser ameaça tanto para sua vizinhança pelos motivos acima expostos como também pode ser uma ameaça ao próprio Estado em questão se se aceitar a proposição de que quanto maior o país em África, mais disfuncional ele é. No caso etíope, *“if ‘functionality’ is measured, not by the state’s survival but by its capacity to secure the peace, welfare and loyalty of its people, then the Ethiopian state is in trouble”* (Clapham, 2006 p. 17)²³³. Como se verá, a Etiópia logrou, com o passar dos séculos, manter-se viva e existente como Estado e ator das relações internacionais, mas não foi capaz de prover aos seus cidadãos/súditos nenhum dos requisitos acima mencionados, o que lhe gerou problemas.

desenvolvimento e os pequenos Estados são considerados para ser problemáticos. No entanto, na África Subsaariana, grandes Estados (Nigéria, Etiópia e República Democrática do Congo (RDC), pela população, Sudão, RDC e Níger por extensão territorial) tem tido um mau desempenho”.

²³⁰ “eles são países com grandes zonas interioranas, que são difíceis de policiar e governar”.

²³¹ “um dos fenômenos mais interessantes da África é que os grandes Estados que deveriam ser líderes regionais são tão disfuncionais que faz sentido para Estados vizinhos menores tentarem proteger-se deles”.

²³² “nós estamos fazendo uma observação mais direta de que grande tamanho na África pode ser uma barreira formidável para os líderes lidarem quando estiverem construindo seus Estados”.

²³³ “se ‘funcionalidade’ for medida, não pela sobrevivência do Estado mas pela sua capacidade de garantir paz, bem-estar e lealdade dos seu povo, então o Estado etíope está em perigo”.

A Etiópia, dessa forma, é uma ameaça aos seus vizinhos, pois apresenta retornos decrescentes na difusão do poder do governo central, o que gera três problemas interligados: múltiplos centros de poder; surgimento e existência de insurgências e problemas logísticos dentro do país. De tão interligados que são esses problemas, é difícil identificar qual deles foi a origem dos outros. De qualquer modo, a relação entre eles e a capacidade que cada um desses problemas tem de intensificar os outros dois podem ser considerados axiomas.

Mesmo com esses problemas capazes de minar a funcionalidade e sobrevivência de um Estado, a Etiópia aparece com um fator que pode ser distinto às experiências africanas (seja pelos grandes Estados, seja pelos demais). Como afirma Clapham (2006 p. 17),

*“Ethiopia retains a strong sense of its own identity, a pervasive awareness of its history and an enormous pride in being the only indigenous African state to retain its independence through the period of colonial scramble. Despite considerable upheavals, it has never come close to collapse and indeed, in many respects, may be regarded as a strong state rather than a weak one”*²³⁴.

No entanto, esse parece ser o único fator que faz da Etiópia uma exceção à experiência africana. Tal como a regra, a Etiópia não passou por momento algum de sua história por experiências democráticas nas quais seus cidadãos puderam escolher livremente e através de eleições idôneas seus governantes. Ela torna a fugir à regra ao ser o único Estado africano que reconhece – hodiernamente – a diversidade étnica e concede constitucionalmente o direito de secessão de suas unidades federativas²³⁵.

Essa diversidade que hoje é oficialmente reconhecida pela FDRPE, no entanto, nem sempre teve lugar na Etiópia e, via de regra, foi combatida através de processos de assimilação cultural com vistas à manutenção do Estado etíope. Historicamente, a

²³⁴ “A Etiópia mantém um forte senso de identidade própria, uma consciência generalizada da sua história e um enorme orgulho em ser o único Estado indígena africano que conservou sua independência durante o período de disputa colonial. Apesar de transformações consideráveis, ela nunca chegou perto do colapso e de fato, em muitos aspectos, pode ser considerada um Estado forte em vez de fraco”.

²³⁵ O reconhecimento da diversidade étnica na Etiópia e o direito de secessão de suas unidades federativas só passaram a existir com a Constituição de 1995, promulgada pelo GTE, liderado pela FDRPE. Anteriormente, durante o período imperial e o período baixo o governo socialista do *Derg*, a Etiópia era um país unitário, sem possibilidade de secessão.

manutenção da Etiópia reside primeiro na coerência das populações do altiplano – essência do Estado tradicional etíope – para então poder expandir-se rumo às populações da planície. Enquanto sua manutenção dependia, até Menelik II, apenas de tal coerência, a Etiópia era motivo de regozijo para as primeiras gerações de africanistas devido à sua sobrevivência e manutenção da soberania durante o período colonial (Barnes, 2003).

Nesse período, a Etiópia tradicional ainda era a fusão de amaras, tigrínias e oromos, sendo seu governo alternado entre tais grupos étnicos (nem sempre pacificamente, é verdade). “*At the centre of the empire there was also political change. From 1855 there had been no established imperial dynasty and there was rivalry for the title of the expanded empire. Yohannes IV had come from Tigre and Menelik was from Shoa*” (Woodward, 2003 p. 29)²³⁶. Essa troca de poder entre os grupos ainda teve espaço durante o período imperial com a morte de Menelik II em 1913. Durante três anos, a Etiópia passou por um período sem um regente definido e correu risco até mesmo de desintegração até que um complô de homens nobiliários levou ao trono Zawditu, filha do imperador recém caído e logo em seguida, o *Ras* Tafari – amara – foi levado à regência com a esperança dos golpistas de que fosse ele facilmente manipulável. No entanto, ao que Zawditu morre em 1930, Tafari proclamou-se Imperador Hailé Selassié I. Ele, amara, tinha uma forte característica comum com Menelik II, shoa: ambos desejavam criar um Estado moderno!

Sob Yohannes IV e, principalmente, sob Menelik II – como já visto no capítulo 3 – “*l’Etiopia estese la sfera della propria giurisdizione ad altre terre, consolidando il potere politico ed economico e tenendo testa bravamente all’attacco portato dal colonialismo italiano al culmine dello Scramble*” (Novati, et al., 2005 p. 270)²³⁷ e foi devido a esta expansão que “*Ethiopia was shifting its character from that of an African nation-state more in the direction of a mutli-ethnic empire, and conscios rivalling the European incursion in so doing*” (Woodward, 2003 p. 28)²³⁸.

²³⁶ “No centro do império havia também mudanças políticas. Desde 1855 não houve nenhuma dinastia imperial estabelecida e houve rivalidade pelo título do império expandido. Yohannes IV tinha vindo do Tigray e Menelik, de Shoa”.

²³⁷ “A Etiópia alargou o âmbito de sua competência para outras terras, consolidando o poder político e econômico e liderou bravamente o ataque ao colonialismo italiano no auge do *Scramble*”.

²³⁸ “Etiópia estava mudando seu caráter de um Estado-nação africano mais na direção de um império multi-étnico, e conscientemente rivalizando com a incursão européia ao fazê-lo”.

De qualquer maneira, o processo de assimilação levado a cabo pelo império etíope fazia parecer – ao menos para os estrangeiros – que a Etiópia era um Estado homogêneo, mesmo tendo subjugado outras culturas e imposto a assimilação a uma identidade nacional centrada no cristianismo e na cultura amara, cada vez mais institucionalizada. Esse processo era necessário, pois o domínio do governo central sobre todo o território não era absoluto e era freqüentemente negociado, possibilitando assim mudanças nas fronteiras internas do império. Essas mudanças representavam as lutas entre as forças internas que também exploravam seus interiores e periferias (Donham, et al., 2002).

“The expansion of the empire was undoubtedly traumatic for many societies, but it was also a time for opportunism, resulting in a mix of winners and losers, rather than outright subjugation and oppression. Moreover, the weak and transitional nature of the central state left a great deal of room for manoeuvre, accommodation and collaboration” (Barnes, 2003 p. 511)²³⁹.

Toda essa expansão territorial etíope durante o império foi responsável pela construção da “soberania moderna” da Etiópia (Barnes, 2003), isto é, pela construção da estrutura de poder centralizado e reconhecido internacionalmente e do território sob sua jurisdição. Assim, a soberania moderna da Etiópia teria também fundações culturais históricas graças à assimilação dos povos conquistados²⁴⁰ (Donham, et al., 2002).

É a partir desse fato que emerge então a questão de *“should the imperial expansion under Emperor Yohannes IV and Menelik II be viewed basically as a subjugation of alien people or an in-gathering of peoples with deep historical affinities?”* (Levine, 2000)²⁴¹. Essa pergunta é difícil de responder devido à cultura de estatalidade presente na Etiópia. O processo de expansão territorial teve sua força em dita cultura e também em uma espécie de “destino-manifesto” que lhes justificava.

²³⁹ “A expansão do império foi, sem dúvida, traumática para muitas sociedades, mas foi também um momento de oportunismo, resultando em uma mistura de vencedores e vencidos, em vez de submissão absoluta e opressão. Além disso, a natureza frágil e transitória do Estado central deixou uma grande margem de manobra, acomodação e colaboração”.

²⁴⁰ É verdade, não obstante, que o processo de assimilação nem sempre teve sucesso.

²⁴¹ “Deve a expansão imperial sob o Imperador Yohannes IV e Menelik II ser vista basicamente como uma sujugação de pessoas estranhas ou como um encontro de povos com profundas afinidades históricas?”.

Como diz Clapham (2006 p. 20), *“Ethiopia has also a culture of statehood, derived both from the hierarchical social structures of the northern highlands, and from the sense of ‘manifest-destiny’ through which it has imposed its rule over neighbouring people, that is exceptionally resistant to political accommodation”*²⁴².

Essa resistência excepcional é verdadeira para dois grupos, principalmente: a Eritreia, cuja questão já foi tratada no capítulo anterior, e Ogaden, também conhecido como “a questão somali” e que foi motivo para a Guerra de Ogaden 1977/78. Foram essas duas questões que, até a década de 1990, permaneceram como argumento para a problemática da soberania moderna etíope, pois esta fora resultado parcialmente de uma expansão indígena e conquista de regiões e sociedades outrora autônomas.

Desta forma, *“tracks of conquered land were handed over, either as personal fiefdoms to the leading officials of the imperial regime or in small plots to soldiers, who thus became established as the local guarantors of central power. Anywhere in the world this is a practice fraught with long term dangers and Ethiopia was not exception”* (Clapham, 2006 p. 19)²⁴³. Isto acabou por levantar a questão sobre se o fato de não ter sido colonizada foi bom ou ruim para a Etiópia, pois originou uma tensão entre o ideal moderno e a prática tradicional que parecem ser ambas uma força fundamental e uma fraqueza fatal na soberania etíope.

Quando do retorno de Hailé Selassié I, após comandar do exílio a resistência que, com auxílio dos Aliados, expulsou a Itália em 1941, a tensão estava mais tênue devido ao comprometimento popular (pelo menos nos altiplanos) com a luta pela sobrevivência do Estado etíope e/ou com o combate contra mais uma subjugação.

Nos anos pós-II Guerra Mundial, o imperador elegeu os EUA como *“the acceptable superpower”*²⁴⁴ e, mesmo tendo-o como seu principal patrão, *“Haile Selassie sought to diversify contact internationally and also used Ethiopia’s independence as the*

²⁴² “A Etiópia também tem uma cultura de estatalidade, provenientes tanto da estrutura social hierárquica dos altiplanos do norte, e do sentimento de ‘destino-manifesto’ por meio do qual impôs seu domínio sobre os povos vizinhos, que são excepcionalmente resistentes à acomodação política”.

²⁴³ “faixas de terra conquistadas foram entregues, quer como feudo pessoais aos oficiais do regime imperial ou em pequenos lotes para os soldados, que então estabeleceram-se como os garantes locais do poder central. Em qualquer lugar do mundo esta é uma prática repleta de perigos a longo prazo e a Etiópia não foi exceção”.

²⁴⁴ “a super-potência aceitável”.

basis for playing host to the newly formed Organization of African Unity, founded by Africa's numerous emerging independent states in 1963" (Woodward, 2003 p. 30)²⁴⁵.

O imperador, neste momento, preocupava-se em defender seus interesses sobre a anexação da Eritréia (que estava federada à Etiópia até o ano anterior) e em manter as fronteiras de seu país, das quais boa parte fora definida através da conquista como forma de um imperialismo indígena ou de defesa contra as potências imperialistas alienígenas. Ao que a Organização da Unidade Africana (OUA), "face à absoluta falta de outros parâmetros para delimitação das fronteiras dos novos Estados" (Vizentini, 2007 p. 170), aprovou como regra a manutenção das fronteiras herdadas do colonialismo, Hailé Selassié I teve sua garantia de ausência de inimigo externo, podendo preocupar-se, então, somente com o interior de seu país.

O problema é que, desta forma, foram confinados *in aeternis* dentro das rígidas fronteiras de um Estado vários centros de poder – às vezes com pouca ou nenhuma relação com o centro – que constituiria, assim, suas próprias dinâmicas e até mesmo identidades, o que é comum aos Estados da África Subsaariana (com intensidades e conseqüências diretamente proporcionais ao tamanho do Estado em questão)²⁴⁶. Esses dois fatores (múltiplos centros de poder e rigidez das fronteiras) adicionados a um fator identitário (que, embora tenha menor dimensão, não pode ser descartado) serviram de ânimo para a criação da FLE em 1960; da FPLE em 1970; da ONT em 1974 e de sua nova face, a FPLT em 1975; da FLO em 1973; e da FLNO em 1984.

Ciente do problema que surgia, mas ainda sem a noção de suas dimensões, Hailé Selassié I utilizou a Guerra Civil da Nigéria (a Guerra do Biafra, 1967/70) para levar adiante o processo de assimilação e homogeneização cultural em seu país. Para tanto, tratou de promover o nacionalismo etíope por meio do apoio ao governo central nigeriano numa tentativa de, ao menos, fazer com que as identidades e religiões no território em que governava estivessem submetidas à identidade em torno do Estado etíope.

²⁴⁵ "Haile Selassie procurou diversificar contatos em nível internacional e também usou a independência da Etiópia como base para ser a sede da recém-formada Organização da Unidade Africana, fundada por vários Estados independentes emergentes da África em 1963".

²⁴⁶ Os autores que tratam a questão dos Grandes Estados Africanos afirma que a África do Sul pode ser uma exceção a essa regra.

A grande questão consequência que surgia na Etiópia era que baixo sua soberania moderna estavam vários centros de poder que nem sempre estão orientados em direção à capital. tal como os outros cinco grandes países africanos apresenta múltiplos centros de poder.

“Due to the opportunities presented by more land and people, as well as corresponding weakness of the central state, many Africans in big states are not necessarily oriented toward the capital. Important provincial states, ancient capitals, and even the capitals of neighbouring states are often much closer than their own national authorities and present attractive alternative sources of authority and conflict resolution. As a result, conflicts are more difficult to resolve because there is not even agreement about who should resolve them, more actors are involved, and the state has even fewer cards to play” (Herbst, et al., 2006 p. 10)²⁴⁷.

Dessa forma, povos fora das principais regiões da Etiópia tiveram como alternativa à baixa preocupação e, conseqüentemente, baixa responsividade do governo central, olhar para as regiões etnicamente inspiradas pelo próprio governo central atual para defender suas causas.

Diretamente ligado a este fenômeno, está o surgimento de grupos insurgentes e de libertação nacional. Devido à marginalização que suas regiões sofrem em relação ao governo central de um país, tanto por ser um centro de poder concorrente quanto por problemas logísticos que dificultam a difusão do poder, grupos políticos e armados clamam para si (nem sempre com o apoio popular) a responsabilidade de efetuar o papel de governo nas regiões de onde surgiram.

Desta forma, nos grandes Estados africanos as insurgências são diretamente ligadas aos centros de poder existentes no país. A proliferação de grupos insurgentes na Etiópia durante as décadas de 1960 e 1970 bem o demonstram, uma vez que nesses Estados as insurgências são mais difíceis de serem localizadas, porém têm maior

²⁴⁷ “Devido às oportunidades apresentadas por mais terra e pessoas, assim como a fraqueza correspondente do Estado central, muitos africanos em Estados grandes não são necessariamente orientados para a capital. Importantes estados provinciais, antigas capitais e mesmo as capitais de Estados vizinhos são freqüentemente muito mais do que as suas próprias autoridades nacionais e apresentam fontes alternativas atraentes de autoridade e resolução de conflitos. Como resultado, os conflitos são mais difíceis de resolver porque não há acordo nem mesmo sobre quem deve resolvê-los, mais atores estão envolvidos, e o Estado tem ainda menos cartas para jogar”.

dificuldade de tomar a capital (Herbst, et al., 2006) ou não o querem, sendo desejosas apenas de perseguir suas agendas secessionistas.

Desta situação, cria-se um equilíbrio de forças entre os grupos insurgentes e o governo federal capaz de prolongar uma contenda por vários anos. *“In large countries, a rough equilibrium can be reached where neither side can defeat the other but both can continue to fight”* (Herbst, et al., 2006 p. 11)²⁴⁸. Esta situação faz com que as guerras civis perdurem por vários anos como aconteceu na Etiópia (30 anos) e em Angola (27 anos) e como acontece na República Democrática do Congo (desde 1997, com a saída de Mobutu Sese Seko do poder) e no Sudão (desde sua independência, salvo pelo interregno pacífico de 1973 a 1983).

Em boa medida, um fator que ajudou os grupos insurgentes a ganharem a simpatia da população nos centros de poder que comandavam foi os problemas logísticos que dificultavam e ainda dificultam a difusão do poder do governo central sobre essas áreas e suas respectivas populações. A marginalização desses centros, no entanto, não pode ser unicamente atribuída às dificuldades logísticas: elas podem ser também política de um governo para tentar garantir sua estabilidade e permanência no poder. Na série de relatos que coletou, Kapuściński (2005 p. 129) documenta o relato de um conselheiro do imperador Hailé Selassié I que afirma que a fome era uma ferramenta indispensável para a estabilidade do império.

“Como então nos defender dessa criatura ameaçadora que é o ser humano, nos defender daquilo que, afina, todos nós somos? Como domá-la e subjugá-la? Como desarmar essa besta e torná-la inofensiva? Só há um jeito, meu amigo: enfraquecendo o homem. Isso mesmo, pois sem sua força ele não poderá fazer nenhum mal. É essa a função do jejum – a fome enfraquece o homem. Essa é a filosofia dos amharas e é também o que nos ensinam nossos antepassados. Já foi comprovado na prática: um homem exaurido pela fome por toda a vida jamais se rebelará. Lá, no Norte, nunca tinha acontecido um levante. Nenhum dos habitantes jamais elevava a voz ou a mão. Mas basta que o súdito consiga encher a barriga e depois você queira tirar-lhe o prato para ele imediatamente se rebelar.

²⁴⁸ “Em países de grandes dimensões, um equilíbrio aproximado pode ser alcançado no qual nenhum dos lados pode derrotar o outro, mas ambos podem continuar a lutar”.

Aí reside a utilidade da fome, no fato de a mente dos homens permanecer exclusivamente focada no pão. Todos os seus pensamentos concentram-se em comida e ele não tem mais cabeça nem disposição para ser tentado pelo prazer da desobediência. Basta ver quem destruiu nosso império. Não foram os que tinham muito nem os que não tinham nada, mas aqueles que tinham apenas um pouco. Sim, sim, é preciso sempre proteger desses que têm um pouco, pois eles representam a pior e mais gananciosa das forças – o desejo de ascender”²⁴⁹.

Também Kaplan (2003 p. 07) relata a fome provocada pelo governo etíope (dessa vez pelo *Derg*), em sua passagem pelo Chifre da África em 1985 – época em que o processo de vilarização era levado a cabo pelo governo socialista de Mengistu Haile-Mariam – ele entrevistou refugiados etíopes em um campo na Somália que, entre outros relatos, disseram que

*“We marched three hours by foot eastward where we were made to build new gambista in a straight line. The new town was called Gamaju [Oromo for gladness]. Unlike Bakallan, there was no water nearby. We had to walk a long way for water. We worked from dawn till dusk planting yams and maize. The men were taken every day to work in a place called Unity farm. We were hungry and complained to the soldiers. They said, “Eat your flesh”. Vehicles came daily to bring food to the soldiers. Occasionally, they would give biscuits to the women they raped...”*²⁵⁰.

Foi criando rotas como a de Barka – aquela utilizada pela FPLT na década de 1980 que foi um dos principais motivos para o rompimento nas relações entre FPLT e FPLE – e organizações de ajuda humanitária que as frentes de libertação ganhavam a simpatia das populações uma vez que lhes proviam alimentos e outros gêneros de

²⁴⁹ A tradição amara, após o processo de assimilação dos povos conquistados, confunde-se com as culturas tigrínia e oromo (todas do altiplano, região essencial do Estado etíope), o que aparentemente impede a conclusão enganosa sobre as questões étnicas.

²⁵⁰ “Marchamos três horas a pé para o oriente, onde nos fizeram construir nova *gambista* em uma linha reta. A nova cidade foi chamada Gamaju [oromo para alegria]. Ao contrário de Bakallan, não havia água nas proximidades. Tínhamos que andar um longo caminho para a água. Nós trabalhávamos de sol a sol plantando inhame e milho. Os homens eram levados todos os dias para trabalhar em um local denominado fazenda da Unidade. Estávamos famintos e nos queixávamos aos soldados. Eles diziam, “Coma sua carne”. Veículos vinham diariamente para trazer comida aos soldados. Ocasionalmente, eles dariam biscoitos para as mulheres que estupraram...”.

primeira necessidade que, por menor quantidade que fosse, eram mais do que o governo central oferecia. Pelo lado dos governos, os problemas logísticos impedem que estes tomem conhecimento de que ocorre em vários rincões do país e quando descobrem uma ameaça já é tarde demais. *“The general but all too real logistical problems that affect all African countries are especially evident in big countries. In these states, the capital can be hundreds of kilometres from many of the people and it is therefore harder for leaders to know what is going on”* (Herbst, et al., 2006 p. 11)²⁵¹.

A fome avassaladora que atingiu a região norte do país no ano de 1974 combinada às dificuldades logísticas naturais e impostas pelo governo e aos movimentos estudantis e militares dessa época se caracterizaram em um tiro certo e fatal para o reinado de Hailé Selassié I e para a monarquia etíope. Enquanto os movimentos estudantis ocorriam às vistas do Imperador, organizando protestos e passeatas, o movimento militar foi, para o Império, uma doença que tomou paulatina e silenciosamente conta do país.

Após aquartelarem seus oficiais superiores em diversos cantos do país, militares de baixa patente rebelaram-se, unidos com estudantes e sindicatos de trabalhadores de orientação socialista, em localidades cada vez mais próximas da capital Adis Abeba até que em 11 de setembro de 1974, o Imperador fora, por eles, finalmente preso e deposto, constituindo a única revolução social na África que não fora questionada (Clapham, 2006). *“Almost without resistance, the once mighty emperor was overthrown, and the whole monarchical structure and feudal system collapsed. But it was only to be replaced by a military dictatorship of the worst type”* (Berhe, 2004 p. 574)²⁵².

Nessa época, já existiam a FLE e a FPLE que, seguramente, não tiveram oportunidade para a consecução de seus objetivos, pois havia na África uma demanda crescente pelo nacionalismo (Woodward, 2003). Além disso, o imenso poderio militar da Etiópia na década de 1970 também atrapalharia caso tentassem levar a cabo sua agenda secessionista, principalmente por que lá era uma das regiões em que havia maior presença militar do governo central que continuava com a consecução da centralização

²⁵¹ “Os problemas logísticos gerais e muito reais que afetam todos os países africanos são especialmente evidentes em países grandes. Nestes Estados, a capital pode estar a centenas de quilômetros de muitas pessoas e por isso é difícil para os líderes para saber o que está acontecendo”.

²⁵² “Quase sem resistência, o uma vez poderoso imperador fora derrocado, e todo um regime monárquico e sistema feudal colapsaram. Mas isso seria substituído por uma ditadura militar do pior tipo”.

do poder (que fora bastante avançada, porém não concluída pelo imperador Hailé Selassié I). Além disso, contando com a ajuda de armamentos soviéticos e soldados cubanos obtidos durante o alinhamento com o bloco soviético e, principalmente, com a eclosão da Guerra de Ogaden, as forças do *Derg* eram capazes de controlar e pacificar quase todo o interior do país fora do norte.

“As significant, and in the many troubled areas of the country more important for the reconstruction of the state, was the growth in the size of the military. Ethiopia had had one of the largest armies in Africa since restoration of the emperor in the Second World War, much of its build-up having been assisted by the USA, but the combination of the Somali attack of 1977 and the spread of violence across swathes of the provinces led to a rapid multiplication of the size of the armed forces” (Woodward, 2003 p. 93)²⁵³.

No terceiro ano do *Derg* no poder, no entanto, um cisma dentro do governo etíope e uma guerra contra a Somália dariam uma nova dinâmica para os grupos insurgentes na Etiópia. Em 1977, a PRPE e o Movimento Socialista Pan-Etíope (MEISON)²⁵⁴ iniciaram uma simples rivalidade facciosa desejosa de ocupar do poder, mas também com algumas diferenças político-ideológicas. Esses dois grupos compunham, até o momento da ruptura, o quadro intelectual do *Derg* que, enquanto era um simples movimento militar, era vazio de ideologia e projeto político para executar uma vez que conquistasse o governo etíope. Enquanto a PRPE era mais populista e tinha alguma simpatia para com a causa eritréia, o MEISON desejava estabelecer um governo comunista linha-dura no país.

“MEISON encouraged the Dergue to smash the EPRP in the early phase of the Red Terror in 1977, but the Dergue followed this by crushing MEISON as well. As a result the Dergue had destroyed its revolutionary inspirers, killing thousands of idealistic young Ethiopians

²⁵³ “Tão significativa, e em muitas áreas conturbadas do país mais importantes para a reconstrução do Estado, foi o crescimento do tamanho das forças armadas. A Etiópia tinha um dos maiores exércitos na África desde a restauração do imperador na Segunda Guerra Mundial, grande parte da sua construção, fora assistida pelos EUA, mas a combinação do ataque somali de 1977 e à disseminação da violência através de chacinas nas províncias levou a uma multiplicação do tamanho das forças armadas”.

²⁵⁴ Sigla para o nome do movimento em amárico መላ የኢትዮጵያ ሲ.ያ.ሲ.ት ንቅናቄ (transliterado: “*Mela Ethiopia Socialist Niqinqaḗ*”)

in the process, but it had largely inherited from them a Marxist-Leninist ideology which it had lacked when it launched the revolution three years earlier” (Woodward, 2003 p. 91)²⁵⁵.

Nesse mesmo ano, graças à invasão da Somália ao sudeste etíope, originando a Guerra de Ogaden (1977/78), as forças militares do governo central etíope foram destacadas para tal frente, deixando espaço aberto para que no norte do país, a FLE e a FPLE – embora rivais – conquistassem quase toda a zona rural e pequenas cidades da Eritreia.

Além dessas organizações concorrentes – como já dito no capítulo anterior – outra organização aproveitou-se da instabilidade política na Etiópia que culminou na deposição do imperador para consolidar-se. Nos anos de 1974 e 1975 a ONT transformou-se em FPLT, cuja província que pretendia libertar fora fortemente prejudicada pela reforma agrária levada a cabo nos primeiros meses do *Derg*. De início, a FPLE tratou de auxiliar essa nova organização com a qual compartilhava um inimigo comum e que, caso obtivesse sucesso, criaria – dado a localização de sua área de atuação – um colchão de proteção à Eritreia.

No início, a FPLT contou também com uma circunstância favorável na política etíope. *“The TPLF was also fortunate that in its early years the government appeared preoccupied with the Somali and Eritrean challenges, and did not take sufficiently seriously the threat from an historically more core area” (Woodward, 2003 p. 97)²⁵⁶.*

Esse novo movimento radical, que teve o pronto apoio da FPLE, também tinha orientação marxista-leninista, mas via como principal contradição na Etiópia, não a luta de classes, mas sim a questão das nacionalidades existentes em tal país e sua situação. Alguns de seus líderes eram antigos membros do PRPE que haviam sobrevivido ao Terror Vermelho e que, dado à sua orientação político-ideológica, tiveram papel importante na definição da bandeira de luta da nova organização. No entanto, as divergências político-ideológicas nascidas entre a FPLT e o PRPE tornaram difícil a

²⁵⁵ “MEISON incentivou o *Derg* para esmagar a PRPE na fase inicial do Terror Vermelho, em 1977, mas o *Derg* seguiu esmagando o MEISON também. Como resultado, o *Derg* destruiu os seus inspiradores revolucionários, matando milhares de jovens idealistas etíopes no processo, mas herdou deles muito de uma ideologia marxista-leninista que tinha faltado, quando lançou a revolução três anos antes”.

²⁵⁶ “A FPLT foi também afortunada que nos seus primeiros anos o governo parecia preocupado com os desafios somalianos e eritreus, e não levou suficientemente a sério a ameaça de uma área historicamente mais central”.

aliança da frente tigrínia com a mais forte das frentes eritréias, pois as duas frentes etíopes já não compartilhavam do mesmo objetivo de luta: enquanto a segunda baseava sua ideologia no princípio de que a contradição crucial na Etiópia era a de classes, a primeira havia definido sua luta de acordo com a contradição entre as nacionalidades dentro do país – que correspondiam, no geral, aos múltiplos centros de poder confinados no país.

“Before they began armed struggle and established TPLF, representatives of the Tigrean group (at that time called the Tigray National Organisation) had been in contact with the Eritrean fronts, and with EPLF in particular. The first group of TPLF fighters, led by the current foreign minister Seyom Mesfin, was sent to EPLF for military training and supplies as early as 1975. Soon, however, the growing cooperation between the two fronts was strained by the EPLF’s relationship with the Ethiopian People’s Revolutionary party (EPRP). EPLF was training EPRP troops in Sahel at a time when the TPLF and EPRP had turned against each other in Tigray. This in itself was one of the many paradoxes of the Ethiopian resistance, since EPLF assisted EPRP although EPRP did not unambiguously support EPLF’s claim to independence in Eritrea” (Negash, et al., 2000 p. 13)²⁵⁷.

Em boa parte, a proliferação de grupos insurgentes na Etiópia durante a década de 1970 deveu-se às falhas do império em abranger as novas demandas político-ideológicas surgidas nos centros urbanos (concentradas, principalmente, nos arredores da capital Adis Abeba) e à sua incapacidade de administrar, conseqüentemente, a inevitável mobilização populacional em nome das identidades étnicas no centro de poder onde residia. A revolução que se seguiu, contudo, também serviu de motivo para que novas frentes de libertação e grupos insurgentes se organizassem. Enquanto no período do império, as principais eram a FLE, FPLE, FLO e ONT, os primeiros anos do

²⁵⁷ “Antes de terem começado a luta armada e estabelecido a FPLT, representantes do grupo tigrínia (na época chamado de Organização Nacional do Tigray) tinha estado em contato com as frentes eritréias, e com a FPLE em particular. O primeiro grupo de combatentes da FPLT, liderado pelo atual ministro das relações exteriores Seyom Mesfin, foi enviado para treinamento militar pela FPLE já em 1975. Logo, porém, a crescente cooperação entre as duas frentes foi tensionada por causa da relação da FPLE com o Partido Revolucionário Popular da Etiópia (PRPE). A FPLE estava treinando soldados do PRPE no Sahel no momento em que a FPLT e o PRPE haviam se voltado um contra o outro no Tigray. Em si, isto foi um dos muitos paradoxos das resistências etíopes, desde que a FPLE assistiu o PRPE apesar de o PRPE não apoiar sem ambigüidade o reclame da FPLE pela independência da Eritreia”.

Derg presenciaram o surgimento da FPLT (reestruturação da ONT) e da FNLO (mas esta só na década de 1980). Neste caso, os grupos que surgiram ou se reestruturaram durante o período do *Derg* o fizeram porque o governo tinha uma confiança extrema em sua capacidade de criar desenvolvimento e unidade nacional, a despeito das identidades. Além disso, os métodos utilizados pelo *Derg* com o intuito de extirpar do país os resquícios do *ancien régime* e atingir seus objetivos de governo e de grupo armado que tomou o poder causaram revoltas e instauraram no país um estado de guerra durante toda a década de 1980, apesar de a grande maioria dos grupos insurgentes serem de orientação marxista-leninista tal como o governo.

“The revolution, on the other hand, rapidly led to the emergence of a Marxist military regime with limitless confidence in its capacity to create both development and national unity, and to a proliferation of other political organisations, almost all of them Marxist. [...] The Ethiopian revolutionaries were Jacobins, like their French counterparts of 1792. They believed that by sweeping away the corrupt old order, and introducing social reforms, they could lay the basis for a centralised and effective national state” (Clapham, 2006 p. 27)²⁵⁸.

Nem todas as frentes de libertação tinham agenda secessionista, mesmo com o descontentamento geral em relação às políticas e reformas econômicas e ao trato das diferentes identidades na Etiópia. Enquanto a FPLE (que dizimara sua concorrente eritréia no começo da década de 1980) tinha uma agenda de tal natureza por motivos anteriores ao *Derg* e a FLO ainda buscava estabelecer-se como grupo de maior importância na Etiópia, a FPLT mantinha uma agenda que visava melhorar os tratos que as nacionalidades etíopes (muitas delas na planície, fora do centro de poder do governo central ou nas regiões por ele exploradas) recebiam. Desta forma, um dos objetivos da frente trigrínia era a formação de uma Etiópia democrática com respeito à igualdade das nacionalidades.

²⁵⁸ “A revolução, por outro lado, rapidamente levou ao surgimento de um regime militar marxista com confiança ilimitada em sua capacidade de criar tanto o desenvolvimento quanto a unidade nacional, e à proliferação de outras organizações políticas, quase todas elas marxistas [...] Os revolucionários etíopes eram jacobinos, tal como seus homólogos franceses de 1792. Eles acreditavam que, ao varrer a antiga ordem corrupta e introduzir reformas sociais, poderiam lançar as bases de um Estado nacional eficaz e centralizado”.

“Although class-based ideological orientation was prevalent among the student body, ethno-national mobilization was also a concomitant ideological stance in the students’ movement. Marx’s stand on the Irish national question – that it had to be resolved if the British proletariat were to advance to socialism – was recalled to justify the question of nationalities in Ethiopia. The theories of Lenin and Stalin on the national question were also used as tools for combating national oppression in Ethiopia. In Leninist fashion, revolutionary students referred to Ethiopia as the ‘prison house of nationalities’” (Berhe, 2004 p. 580)²⁵⁹.

A FPLT tentava então angariar apoio popular por meio também do campesinato que havia visto o *Derg* e o Imperador – cada um à sua vez – agir de forma a destruir a economia tigrínia²⁶⁰ e via o conflito da Eritrêa de perto (fosse FPLE x FLE, fosse FPLE x *Derg*).

Ao que a FPLT foi conquistando poder militar e, gradualmente, o controle do Tigray, ela preencheu um vácuo político, ligando às queixas populares sua luta. O sucesso da frente em construir tal conexão no imaginário da população foi impressionante. Além de seduzir o campesinato, a FPLT o organizou, o encorajou a eleger assembleias populares para administrar as próprias cidades e também o encorajou para o alistamento voluntário dos camponeses para serem soldados e lutarem contra as forças do governo central (*o Derg*). Woodward (2003) estima que a FPLT chegou a ter em seus quadros cerca de 40 mil homens armados.

A FPLT devia, contudo, alguma gratidão à FPLE que o auxiliara – e muito – em sua formação e consolidação. Apesar de ter seus próprios interesses em ver a FPLT como instrumental, a FPLE proveu armamentos e treinamento militar para sua congênere tigrínia e outros grupos insurgentes na Etiópia. O que ela não imaginava é

²⁵⁹ “Embora a orientação ideológica baseada em classes fosse predominante entre o corpo discente, a mobilização etno-nacional foi também uma postura ideológica concomitante no movimento estudantil. A posição de Marx sobre a questão nacional irlandesa – que tinha que ser resolvida se o proletariado britânico estivesse para avançar para o socialismo – foi chamada para justificar a questão das nacionalidades na Etiópia. As teorias de Lênin e Stálin sobre a questão nacional também foram utilizadas como instrumentos de luta contra a opressão nacional na Etiópia. À moda leninista, os estudantes revolucionários referiam-se à Etiópia como a ‘prisão das nacionalidades’”.

²⁶⁰ Enquanto Hailé Selassié I bombardeou a região em 1943, destruindo as lavouras locais, e distribuiu a terra para pessoas que lhe eram leais e importantes para sua manutenção no poder, o *Derg* promoveu uma reforma agrária e um processo de vilarização que tampouco foram benéficos à população local.

que, em 1985, o líder recém investido da FPLT – e atual 1º ministro etíope – fosse interpretar as divergências ideológicas e o fechamento da rota de Barka como cruciais e como condições suficientes para romper o relacionamento entre as duas frentes até 1988 (como visto no capítulo anterior).

“It [FPLT] both resembled and owed something to the neighbouring EPLF. But relations were not always smooth, and the TPLF, though an ally, was also something more than simply an offshoot of its fellow revolutionary organization to the north” (Woodward, 2003 p. 97)²⁶¹.

Apesar de significativa, a FPLT não residia no centro das atenções do *Derg* até o começo da década de 1980. Até então, o ponto crítico do conflito contra o governo central etíope residia na Eritreia. Por sua independência, a FPLE tentou levar o *Derg* à mesa de negociações por dois anos, mas sem sucesso. Foi então que em 1984, pouco antes do cisma com a FPLT, a FPLE teve de bater em retirada de Nacfa e dar à guerra contra o *Derg* uma feição mais móvel e fluida. Até então, a frente eritreia baseava-se nas táticas de guerra de posições ou fixa – guerra convencional –, principalmente (Negash, et al., 2000). Militarmente, no entanto, era difícil de dizer qual lado (FPLE ou *Derg*) estava ganhando até a batalha de Afabet, em 1988, da qual os insurgentes saíram vitoriosos.

Graças às dificuldades militares que o exército etíope estava encarando, o governo central da Etiópia decidiu modificar algo no trato que dava às identidades que já haviam sido instrumentalizadas pelos grupos insurgentes. O *Derg*, numa tentativa de trazer de volta a si a lealdade da população (ou de parte dela), flexibilizou-se um pouco na questão, mas sem mudar sua essência. Na prática, o *Derg* apenas mudou o nome oficial do país e permitiu que as aulas nas escolas primárias fossem feitas em algumas outras línguas nacionais, além do amárico.

“There was very limited recognition of ethnic diversity, notably in a literacy campaign that was conducted in a variety of languages. There was also a minimal recognition of different nationalities within the

²⁶¹ “Eles [FPLT] se pareciam e deviam algo aos vizinhos da FPLE. Mas as relações nem sempre foram fáceis, e a FPLT, apesar de um aliado, também foi algo mais do que simplesmente um ramo de sua organização revolucionária camarada no norte”.

structures established in 1987 by the People's Democratic Republic of Ethiopia, only a few years before the regime fell; but the entire ethos of the regime was centralist' (Clapham, 2006 p. 28)²⁶².

Em 1989, face às adversidades e à incapacidade manifesta de imposição de seu poder, Mengistu Haile-Mariam sofreu uma tentativa de golpe de Estado e reagiu duramente, executando vários oficiais superiores e aprisionando outros tantos. Neste momento, os treze mil soldados cubanos que reforçaram o exército etíope desde o alinhamento deste país ao bloco soviético já haviam retornado para seu país de origem cinco anos antes, por acreditarem que o governo etíope já controlasse todo o país e a URSS repensava sua política para o Terceiro Mundo, diminuindo drasticamente seu apoio ao governo central etíope e de tantos outros países periféricos.

Face à crescente fraqueza do *Derg* e o sucesso da FPPE, a FPLT criou uma série de movimentos menores sob sua tutela. Em 1989, ela criou o Movimento Democrático Popular da Etiópia (MDPE) unindo as forças que participaram das revoltas ocorridas recentemente nas províncias de Oromo e Gondar. Graças à união de ambos os movimentos (MPDE e FPLT), fundou-se a FDRPE – majoritariamente controlada pelos mais altos quadros da hierarquia da FPLT – que, no mesmo ano, conquistaram as fronteiras de Shoa, encurralando as tropas do *Derg* e ameaçando a capital Adis Abeba.

Se em grandes Estados africanos a primeira preocupação de uma frente de libertação nacional é com o centro de poder o qual visa liberar, parece correto dizer que a segunda é a conquista do Estado, para tê-lo como uma propriedade a seu serviço e a serviço do centro de poder da qual é indígena a frente. Assim, a propriedade do Estado acaba sendo uma importante contenda. Isto é, o Estado *de jure* vira objeto de conquista dos Estados *de facto* existentes dentro dele.

“The challenge to the state in Ethiopia comes from actors who had been excluded from it. The closest resemblance is clearly Sudan, where the ‘ownership’ of the state is likewise not merely a matter of who happens to hold the power at a particular moment, as might be the case

²⁶² “Houve um reconhecimento muito limitado da diversidade étnica, notavelmente em uma campanha de alfabetização que foi realizada em uma variedade de idiomas. Houve também um reconhecimento mínimo de diferentes nacionalidades dentro das estruturas estabelecidas em 1987 pela República Popular Democrática da Etiópia, poucos anos antes da queda do regime, mas o espírito de todo o regime era centralista”.

in DRC or Nigeria, but is built into the very origins of the state itself
(Clapham, 2006 p. 23)²⁶³.

A comprovada força da FDRPE então fez com que outras frentes de libertação/grupos insurgentes se lhe aliassem. Destes, vale a pena destacar a FLO, que diz representar o maior grupo étnico da Etiópia, apesar de ter sido assimilado e sempre ter feito parte da essência do Estado tradicional etíope; e está representada na Organização das Nações e Povos Não-Representados (UNPO)²⁶⁴. O crescente sucesso daquela que viria a se tornar o governo etíope da era pós-*Derg* (a FDRPE) refletia tanto sua força quanto o declínio do exército etíope que, às vésperas da década de 1990, já havia sido expulso da Eritreia pela FPLE.

Esta, apesar de não gozar mais das íntimas relações de outrora com a FPLT/FDRPE, lhe ajudava assim como à FLO. A organização eritreia, após definir sua vitória em Afabet, 1988²⁶⁵ recebia auxílio de atores alienígenas e repassava parte deles aos atores que lhe eram afins. Historicamente, ela e sua antiga rival eritreia recebiam apoio sudanês em represália ao apoio do *Derg* ao Exército Popular de Libertação do Sudão (SPLA, em inglês)²⁶⁶ (Isaac, 207). Além deste apoio, o Sudão também auxiliava a FDRPE, enquanto Síria e Kuwait prestavam auxílio à frente eritreia.

“The EPLF was also attracting new support as its success grew. Many of the arms used by all fronts were captured from the Ethiopian forces, but some useful additions were acquired elsewhere. The capture of Massawa was helped by five Kuwait-supplied patrol boats with Syrian-donated ammunition. Increasing help was also coming from Sudan, including transport to assist the EPRDF” (Woodward, 2003 p. 98)²⁶⁷.

²⁶³ “O desafio para o Estado na Etiópia vem de atores que dele tinham sido excluídos. A maior semelhança é claramente o Sudão, onde a ‘propriedade’ do Estado também não é meramente uma questão de quem passa a deter o poder em um determinado momento, como poderia ser o caso da República Democrática do Congo ou da Nigéria, mas é construído sobre as próprias origens do Estado”.

²⁶⁴ Sigla em inglês para *Unrepresented Nations and Peoples Organisation*.

²⁶⁵ Após esta batalha, algumas outras ainda foram travadas entre a FPLE e o *Derg*, mas foram facilmente vencidas pelas táticas agora guerrilheiras da frente de libertação.

²⁶⁶ *Sudanese People’s Liberation Army*.

²⁶⁷ “A FPLE também estava atraindo novo apoio de acordo à medida que seu sucesso ia crescendo. Muitas das armas utilizadas por todas as frentes foram capturadas das forças etíopes, mas algumas úteis adições foram adquiridas em outros lugares. A captura de Massawa foi ajudada por cinco barcos de

A essa altura, o *Derg* já estava derrotado e nem as últimas reformas na agricultura (descoletivização, por exemplo) serviram para conseguir alguma simpatia da população que, sendo então governada *de facto* pelas frentes de libertação que se opunham ao governo, provavelmente sequer tomaram conhecimento de tais medidas. O *Derg*, apesar de ter gozado de simpatia e apreço nos primeiros momentos da revolução fez erodir todos os seus ganhos dado à sua insuficiência em diversos setores, principalmente na economia. Apesar de não terem sido a FPLE e a FDRPE o primeiro caso em que frentes de libertação nacional/grupos insurgentes tenham derrubado um governo (o Exército de Resistência Nacional (NRA, em inglês) já havia derrubado Milton Obote em 1986), elas certamente foram as maiores e de maior êxito por terem derrotado o maior exército do continente (Woodward, 2003 p. 99). Sobre a ascensão e queda do *Derg* (Clapham, 2006 p. 28) escreveu:

*“These gains were, however, eroded by the inefficiency of socialist economic management and increasing exactions from the peasantry – especially in terms of taxes and military conscription – required to impose the regime’s control over its obdurate and extremely well organised opponents in Eritrea and Tigray. The failure of that effort led to the collapse of the revolutionary government in 1991”*²⁶⁸.

A queda do *Derg* em 1991 e as conseqüentes rodadas de negociação entre FPLE, FPLT e FLO para decidir um novo arranjo político para a Etiópia levantaram muitas questões sobre o futuro do país. Como foi visto no capítulo anterior, as frentes de libertação tinham agendas e objetivos distintos, mas com o consenso sobre a independência da Eritrêia, que veio a se concretizar *de jure* dois anos mais tarde. Acreditando na reciprocidade, a FLO tinha para si que seu apoio à independência eritrêia converter-se-ia em apoio eritreu para a independência de Oromo, o que não aconteceu. A FPLE e a FPLT – apesar das relações relativamente frias – ainda prestavam-se algum tipo de auxílio. Enquanto não há registros de que a FPLE tenha algum dia (até a queda de Mengistu Haile-Mariam) apoiado a secessão de Oromo, a

patrulha fornecidos pelo Kuwait e com munição doada pela Síria. O aumento de ajuda também vinha do Sudão, que incluía transporte para assistir a FDRPE.

²⁶⁸ “Estes ganhos foram, no entanto, corroídos pela ineficiência da gestão econômica socialista e por crescentes extorsões no campesinato – especialmente em termos de impostos e recrutamento militar – necessárias para impor o controle do regime sobre seus adversários obstinados e extremamente bem organizados na Eritrêia e no Tigray. O fracasso daquele esforço levou ao colapso do governo revolucionário em 1991”.

FPLT tinha em sua agenda a independência eritréia e a sua própria ascensão ao poder na Etiópia (Latta, 2004). Talvez isto explique a manipulação das eleições regionais de 1992 em favor da FPLT/FDRPE, que contou com o apoio eritreu (que ajudou a policiar as eleições, com o acordo tanto da frente tigrínia quanto oromo), que acabou forçando a FLO a abandonar o jogo político e adotar, novamente, táticas guerrilheiras.

A FPLT/FDRPE agora tinha que preocupar-se com sua manutenção no poder. Logo que assumira o GTE, havia desconfiança sobre seu caráter e de que ela fosse, na verdade, uma réplica do regime de Mensistu Haile-Mariam à tigrínia. Sua predileção pelo marxismo e com influência da experiência socialista albanesa pouco davam margens a uma percepção diferente de que não haveria mais mudanças no centralismo político e econômico.

No entanto, o centralismo político não se verificou da maneira como as desconfianças lhe rondavam. Ainda inspirada na questão nacional levantada por Marx, a FDRPE deu início a uma reconstrução do Estado etíope (que já não tinha mais a Eritrêia) de “baixo para cima”, através da “*voluntary union between its different constituent ‘nations, nationalities and peoples’*” (Clapham, 2006 p. 28)²⁶⁹ que formariam uma federação. Além disso, a Conferência de 1991 que estabeleceu o GTE – e excluiu as elites amaras da reconstrução estatal –, somada às atitudes perante a FLO nas eleições do ano seguinte, contribuiu para que as desconfianças durassem pouco mais, pelo menos até a promulgação da Constituição de 1995, que estabeleceu o federalismo com base nas etnias, nações, nacionalidades e povos da Etiópia.

“This was a remarkable programme, diametrically opposed to the way in which the Ethiopian state had been constituted in the past, and sharply at variance also with the common commitment of African states to maintaining the territorial structures inherited from the colonial partition. Now in place for a dozen years, it has inevitably had a bumpy ride and faces an uncertain future. However, it provides a unique approach to the problems of Africa’s ethnic diversity” (Clapham, 2006 p. 29)²⁷⁰.

²⁶⁹ “união voluntária entre as suas diferentes constituintes ‘nações, nacionalidades e povos’”.

²⁷⁰ “Este foi um programa notável, diametralmente oposto à forma em que o Estado etíope tinha sido constituído no passado, e nitidamente em contradição também com o compromisso comum dos

Desde a Constituição de 1995 (e durante todo o seu governo, inclusive enquanto liderava o GTE), a FDRPE teve de difundir seu poder por todo o altiplano. Isto é, apesar de suas políticas e maquinações sobre a economia favorecerem o Tigray, ela teve de mostrar-se mais responsiva em relação a outras regiões e atores políticos a fim de se manter no poder (como visto no capítulo anterior). Além disso, a FDRPE fez valer os “reservatórios de nacionalismo” (Clapham, 2006) para construir alguma coesão social em torno de um Estado que, agora, reconhece a diversidade e o direito de secessão.

“Though ethnicity has now been embedded in Ethiopian politics to an extent that will be very difficult (and perhaps impossible) to remove, my feeling is that there remain reservoirs of Ethiopian nationhood that are likely to reassert themselves in the event of any serious challenge to the state. Indeed, the EPRDF government, despite its own commitment to ethnic federalism, had to draw on precisely these reservoirs during the 1998-2000 war against Eritrea” (Clapham, 2006 p. 29)²⁷¹.

A guerra contra a Eritreia acabou sendo instrumental para a coesão social etíope. Enquanto (Woodward, 2003 p. 102) afirma que *“the unexpected war between Ethiopia and Eritrea in 1998-99 saw an upsurge of nationalism in the former which appeared to strengthen the regime”*²⁷², Clapham (2006 p. 24) afirma que *“the redefinition of Ethiopian nationalism against Eritrea during the 1998-2000 war has helped to promote a greater sense of identity”*²⁷³. No entanto, estas afirmações são contestadas por Hunde Dhugassa Gabissa, membro da FLO recentemente foi obrigado a fugir da Etiópia. Ao ser indagado sobre essa questão em entrevista ao autor (veja anexo), Gabissa respondeu que desde que Oromo integrou o Estado etíope tem demonstrado comprometimento com a defesa do país contra invasões e dominações estrangeiras, mas alerta uma manipulação do governo sobre a questão:

Estados africanos em manter a estrutura territorial herdada da divisão colonial. Agora, ao longo de uma dúzia de anos, ela tem inevitavelmente um percurso instável e enfrenta um futuro incerto. No entanto, ela oferece uma abordagem única para os problemas da diversidade étnica na África”.

²⁷¹ “Apesar de a etnicidade já ter sido incorporada na política da Etiópia à medida que será muito difícil (e talvez impossível) removê-la, meu sentimento é que continuam a existir reservatórios de nacionalidade etíope que são susceptíveis de reafirmar-se em caso de grave desafio para o Estado. Na verdade, o governo da FPDRPE, apesar de seu compromisso com o federalismo étnico, teve de recorrer a esses reservatórios, precisamente durante a guerra contra a Eritreia de 1998-2000”.

²⁷² “a inesperada guerra entre Etiópia e Eritreia em 1998-99 viu uma onda de nacionalismo à antiga que parecia fortalecer o regime”.

²⁷³ “a redefinição do nacionalismo etíope *contra* a Eritreia durante a guerra de 1998-2000 ajudou a promover um maior senso de identidade”.

“It is true that the Oromo’s initially joined the current Ethiopia with force and bloodshed. But once they are in the system, they have proved their commitment for the country by fighting against all invasions and foreign dominations since 1890’s. The Oromo have been part of that nation for the last century. They are behind the success of the battle of Adwa and the second round war against Italy in 1896 and 1940’s respectively. In fact the government manipulated the commitment of the nation, as far as the Eritreans are not enemies”²⁷⁴.

Hoje em dia, a principal ameaça à integridade territorial etíope e à difusão de poder da FDRPE é a FLO que, segundo Shinn (2005), pretende derrubar o atual governo etíope. Este dado, no entanto, é disputado uma vez que especula-se que a FLO tenha, ainda hoje, uma agenda secessionista. Segundo (Clapham, 2006), a FLO tem a lealdade da maioria dos oromos, apesar de que apenas uma pequena parte compartilha da agenda secessionista. Se Oromo lograr tornar-se independente – de acordo com os mapas da região que coincidem boa parte das fronteiras da província, que foram desenhadas e impostas, com a área que a FLO deseja libertar – a Etiópia deixaria de existir. Neste ponto, Gabissa admite a existência de uma agenda secessionista, embora assuma que a prioridade seria a federalização com uma Etiópia. Segundo ele, *“the OLF want (sic) to give this decision to the Oromo themselves”²⁷⁵*. Mesmo porquê, ele mesmo admite que apesar de Oromo ter sido anexado pelo Império da Etiópia durante o século XIX, sua permanência se deu ao fato de que as nações constituintes do império tem algo em comum e, no caso específico dos oromos, sua identidade também é em relação à Etiópia.

“Were they to secede, Ethiopia would no longer exist. This gives Oromo issue a peculiar sensitivity, but also helps to explain divisions among the Oromo themselves. At

²⁷⁴ “É verdade que os oromos inicialmente juntaram-se à atual Etiópia com força e derramamento de sangue. Mas uma vez que eles estão no sistema, eles tem provado seu comprometimento pelo país ao lutar contra todas as invasões e dominações estrangeiras desde os anos 1890. Oromo tem sido parte daquela nação pelo último século. Eles estão por trás do sucesso na batalha de Adwa e do segundo *round* de guerra contra a Itália em 1896 e nos anos 1940 respectivamente. Este é o espírito quando eles vêem a questão da Eritreia. De fato, o governo manipulou o comprometimento da nação, uma vez que os eritreus não são inimigos”.

²⁷⁵ “A FLO quer dar esta decisão aos próprios oromos”.

one level, why would Oromo want to secede from a state in which they are the largest and most strategically placed group?” (Clapham, 2006 p. 25)²⁷⁶

Outro motivo para que a FLO seja considerada uma ameaça é que ela receberia ajuda da Eritreia²⁷⁷. *“It is engaged in a low level insurgency in western Ethiopia, backed by the Eritreans, but has been unable to create the level of political and military effectiveness that marked the EPLF and the TPLF insurgencies against the Derg”* (Clapham, 2006 p. 25)²⁷⁸. Falta, no entanto, maior definição nos altos quadros hierárquicos da FLO sobre os meios da luta e as táticas a serem utilizadas. *“The OLF, however, says that it does not engage in terrorism and denies complicity with these acts. Complete agreement is lacking within the OLF on the direction that it should take the power. Some OLF leaders want to continue the armed struggle, while others have concluded that doing so will lead nowhere”* (Shinn, 2005 p. 100)²⁷⁹.

Os problemas centrais da funcionalidade do Estado etíope residem, em boa parte, na difusão de poder sobre os múltiplos centros de poder. No entanto, os reservatórios de nacionalidade etíope que a população tem têm facilitado a tarefa da FDRPE. *“Ethiopia is not an ungovernable state, and has indeed been governed over much of the recent past with a high degree of efficiency”* (Clapham, 2006 p. 34)²⁸⁰.

5 Conclusão

Como foi dito no início deste estudo, a região do Chifre da África muitas vezes foi vista como exceção à regra africana devido à experiência de estatalidade de seus atores – contando inclusive com um país que lograra não ser colonizado – e devido ao sentido westfaliano de suas relações internacionais que chegaram a presenciar duas guerras inter-estatais – algo raro, porém não inexistente no resto da África.

²⁷⁶ “Se eles se separassem, a Etiópia não existiria mais. Isso dá à questão Oromo uma sensibilidade peculiar, mas também ajuda a explicar as divisões entre os próprios Oromo. Em um nível, por que Oromo quer se separar de um Estado em que são o maior e mais estrategicamente localizado grupo?”

²⁷⁷ Importante ressaltar que tanto a Eritreia quanto a FLO negam veementemente tal acusação.

²⁷⁸ “Ela está envolvida em uma insurgência de baixa intensidade na Etiópia ocidental, apoiada pelos eritreus, mas tem sido incapaz de criar o nível de eficácia política e militar que marcou as insurreições da FPLE e a FPLT contra o *Derg*”.

²⁷⁹ “A FLO, porém, diz que não se engaja no terrorismo e nega cumplicidade com esses atos. Falta acordo na FLO sobre o rumo no qual deve tomar o poder. Alguns líderes da FLO querem continuar a luta armada, enquanto outros concluíram que isso não os levará a lugar algum”.

²⁸⁰ “A Etiópia não é um Estado ingovernável, e foi governada em boa parte do passado recente com um alto grau de eficiência”.

Se a região de fato fosse uma exceção, ela o seria devido aos estudos do chamado “conhecimento convencional” – do qual este estudo procurou distanciar-se – que ainda está carregado de afro-pessimismo e muitos estereótipos. Descobrir então quais eram as causas das guerras no Chifre da África seria uma tarefa tanto mais fácil, quanto mais árdua. Mais fácil porque bastaria ao estudioso das Relações Internacionais que se tornasse um especialista em dita região e salientar a todo instante as especificidades da região. Por outro lado, seria mais árdua porque faltariam ao estudioso as bases teóricas e possibilidades de comparação e verificação de seus resultados quando confrontados com outras interpretações e realidades.

No entanto, as respostas que poderiam surgir a esta pergunta ao admitir-se que a região de fato é uma exceção seriam insatisfatórias, pois levariam em conta apenas a aparente ausência de ódios étnicos e a incrível presença de um ator de longa tradição de estatalidade, capaz de, no passado, ter derrotado por duas vezes o exército italiano. Apesar de estes feitos tornarem apaixonante o estudo da região, aquele que se dispõe a estudá-la e a confronta com o resto do continente logo descobre que quanto mais se estuda a região, mais se vê de que ela não é tão diferente quanto se supunha.

Ao deixar de lado as antigas interpretações e atuar na difícil tarefa de coletar dados para a investigação, percebe-se que parece sim haver um padrão de dinâmicas políticas em toda a África Subsaariana (salvo as ilhas e a África do Sul) que pode ser aplicado à região do Chifre da África²⁸¹. Dessa forma, pode-se dizer que há condicionantes para os conflitos africanos que, ao serem aplicadas na região em questão, permitem a compreensão do mais sangrento conflito inter-estatal que a África já assistiu.

No capítulo intitulado *Africanismo, “novo realismo” e teorias das RI*, pode-se verificar que – malgrado a marginalização do continente na teorização – para uma melhor compreensão das dinâmicas do continente africano como um todo seria interessante promover um diálogo com as correntes pós-positivistas das Teorias das Relações Internacionais, desde que se mantenha no centro boa parte do vocabulário realista, tal como dilema de segurança, desejo de sobrevivência, poder relativo etc. No entanto, quatro adaptações parecem fazer-se necessárias: 1- o reconhecimento e a centralização de atores não-estatais (grupos insurgentes, por exemplo) na análise; 2- a

²⁸¹ Tal processo aconteceu com o autor deste estudo.

percepção de que os atores (estatais e não-estatais) pautam seus cálculos em dois sistemas concomitantes (um westfaliano, com o tradicional dilema de segurança; e outro não-westfaliano, com um dilema de segurança usado pelo regime governante de um país para sua própria sobrevivência); 3- o reconhecimento de diferentes graus de estatalidade; e 4- a percepção de que as identidades (étnicas ou nacionais) não são dadas, mas sim instrumentalizadas e securitizadas conforme o interesse do ator.

A partir de então, um padrão de difusão de poder parece existir na África Subsaariana. Isto é, neste continente, a difusão do poder acontece principalmente sobre as populações – e não sobre o território – dadas as condições geológicas que dificultam a difusão do poder sobre todo o território nacional. Sob estas condições, o custo de exercer o poder e a autoridade política é menor quando se compartilha a autoridade, consolidando assim soberanias sobrepostas. Desta maneira, os atores não-estatais (grupos insurgentes, principalmente) também gozam de graus de estatalidade uma vez que são entes políticos dotados de capacidades militares e com domínio sobre um dado território.

O advento das rígidas fronteiras dos países da África pós-colonial e seu compromisso, combinado com o da Comunidade Internacional, em relação à integridade territorial afastaram a possibilidade de ameaças externas a um Estado e, assim, perpetuaram o padrão de difusão do poder ao confinar dentro de um Estado múltiplos centros de poder. Sob esta visão, os conflitos surgem quando há conflitantes difusões de poder sobre o mesmo território, inexistindo um acordo entre as partes envolvidas. Por exemplo, uma frente de libertação nacional pode entrar em conflito com o governo central de seu país, pois ambos tentam difundir o poder sobre um mesmo território ou quando a frente de libertação tenta adquirir melhor forma de “compartilhar o botim”, isto é, tenta o controle estatal para direcionar os esforços e seus recursos para a região que pretende liberar. O mesmo pode acontecer entre duas ou mais frentes de libertação ou dois ou mais Estados.

No capítulo 3 – *A partição como a causa das guerras?* – pode-se verificar que o cerne da guerra entre Etiópia e Eritreia parece residir nas disputas de difusão de poder de duas frentes de libertação nacional que tomaram o governo de seus Estados a partir de 1991. A partir desta data, as antes aliadas FPLT e FPLE passaram a ditar os rumos de seus países sem, entretanto, restabelecer relações amigáveis entre si, o que acabou

sendo transferido ao nível estatal. A disputa pela fronteira, as questões sobre a economia e o comércio bilateral (envolvendo a introdução da moeda própria eritréia) e suas interligações com a questão territorial e a questão das identidades agem precisamente na difusão de poder sobre as populações uma vez que nem moeda nem comércio bilateral existiriam se não fosse a existências dos indivíduos para deles usufruir e uma vez que as identidades foram instrumentalizadas para garantir a coesão social em torno das frentes de libertação que, ora governo, podem ser confundidas também com os Estados.

A partição ocorrida oficialmente em 1993 deixou de fato vulnerabilidades as quais condicionam os Estados secessionista e remanescente a ir para a guerra mais cedo ou mais tarde. No entanto, isso pode ser enganoso. O mundo testemunhou várias partições que foram seguidas de conflitos (Etiópia e Iugoslávia, por exemplo) assim como já presenciou partições que foram seguidas de paz (Tchecoslováquia e Dinamarca). Para a África, então, parece ser necessária a introdução do componente da difusão do poder para verificar se uma partição pode levar à guerra. O exemplo apresentado neste trabalho indicaria uma resposta positiva para o caso de a secessão partir algum centro de poder do Estado.

No capítulo 4 – *A Etiópia* – pode-se observar que desde a conformação do Império da Etiópia, até que este tivesse as fronteiras que a atual República Federal Democrática da Etiópia tem, confinou em si diferentes centros de poder uma vez que suas fronteiras não eram naturais nem correspondiam a qualquer tentativa de Estado-nacional. Seja por imperialismo, seja por defesa, a Etiópia triplicou seu tamanho na época da partilha colonial logrando, assim, preservar sua independência. No entanto, ao inserir-se no sistema de Estados africano e ao confinar múltiplos centros de poder em seu território pela força de suas fronteiras, a Etiópia deixou de ter qualquer traço de exceção em relação aos congêneres contemporâneos em África. Também ela apresenta dinâmicas de compartilhar o botim, múltiplos centros de poder em seu interior e fronteiras artificiais.

Parece apropriado, portanto, concluir que não só o Chifre da África não é exceção às dinâmicas e ao padrão das relações ocorridas em África como também tem suas guerras inter e intra-estatais originadas na difusão de poder sobre as populações e na existência de centros de poderes distintos e concorrentes.

6 Siglas e Abreviações

<i>al Itihad al Islamiya</i>	AIAI
Associação para o Desenvolvimento do Tigray.....	AST
Assembléia Geral das Nações Unidas.....	AGNU
Banco Mundial.....	BM
Comissão de Fronteira para Eritréia e Etiópia.....	CFEE
Conferência Popular Árabe Islâmica.....	CPAI
Estados Unidos da América.....	EUA
Exército Popular de Libertação do Sudão.....	SPLA
Exército de Resistência Nacional.....	NRA
Frente Democrática Revolucionária Popular da Etiópia.....	FDRPE
Frente de Libertação da Eritréia.....	FLE
Frente de Libertação de Oromo.....	FLO
Frente de Libertação Nacional de Ogaden.....	FLNO
Frente Popular de Libertação da Eritréia.....	FPLE
Frente Popular de Libertação do Tigray.....	FPLT
Frente Popular pela Democracia e Justiça.....	FPDJ
Fundo Monetário Internacional.....	FMI
Governo Transitório da Etiópia.....	GTE
<i>Jihad</i> Islâmica Eritréia.....	JIE
Movimento Nacional Somali.....	MNS

Movimento Popular Democrático da Etiópia.....	MPDE
Movimento Socialista Pan-Etíope.....	MEISON
Organização da Unidade Africana.....	OUA
Organização das Nações Unidas.....	ONU
Organização das Nações e Povos Não-Representados.....	UNPO
Organização Nacional Tigrínia.....	ONT
Partido Revolucionário Popular da Etiópia	PRPE
Produto Interno Bruto.....	PIB
Reino Unido.....	RU
<i>Relief Society of Tigray</i>	REST
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.....	URSS

7 Obras Citadas

Abbink, Jon. 1998. Briefing: the Eritrean-Ethiopian Border Dispute. *African Affairs*. 389, 1998, Vol. 97, pp. 561-65.

Adem, Seifuden. 2007. Democratic Peace Theory and Africa's International Relations. *International Studies Association*. Trabalho apresentado no XLVII encontro anual da ISA, 2007, p. 18.

Alexandrino, Fabricio Lobato. 2008. (Re)Construção de Estados fracassados: algumas diretrizes importantes. *Associação Latino-Americana de Estudos Africanos e Asiáticos do Brasil*. 2008, p. 9.

Andre Le Sage. 2007. *African counterterrorism cooperation: assessing regional and subregional initiatives*. Dulles : Potomac Books, 2007.

Ayele, Negussay. 2001. Ethiopians.com. *EPLF/TPLF and Ethiopia-Eritrea Today: sow the wind; reap the whirlwind*. [Online] 12 de Outubro de 2001. [Citado em: 09 de Março de 2010.] http://www.ethiopians.com/Views/Ethiopia_Eritrea_today.htm.

Balancing Act Goes On. 1998. s.l. : Blackwell Publishers Ltda., janeiro de 1998, Africa Research Bulletin - political, social and cultural series.

Ball, Christopher. 2007. *The theoretical and empirical flaws of 'Partitioning Realism'*. s.l. : International Studies Association, 2007. Trabalho apresentado no encontro anual da ISA.

Barnes, Cedric. 2003. Sovereignty, Identity and Modernity - Understanding Ethiopia. *African Affairs*. 102, 2003, pp. 507-514.

Berhe, Aregawi. 2004. The origins of the Tigray People's Liberation Front. *African Affairs*. 2004, pp. 569-592.

Blainey, Geoffrey. 2008. *Uma breve história do mundo*. São Paulo : Fundamento Educacional, 2008.

Brown, William. 2007. Donor aims, African states and international relations: social actors, state preferences and state-society. *International Studies Association*. Trabalho apresentado no XLVIII encontro anual da ISA, 2007.

Buzan, Barry e Waeber, Ole. 2003. *Power and Regions: the structure of international security*. Cambridge : Cambridge University Press, 2003.

Carney, Timothy. 2005. The Sudan - Political Islam and Terrorism. [A. do livro] Robert I. Rotberg. *Battling terrorism in the Horn of Africa*. Washington : Brookings Institution Press, 2005.

Carr, Edward Hallet. 2001. O poder na política internacional. *Vinte Anos de Crise (1919-1939)*. Brasília : UnB/IPRI, 2001, pp. 135-188.

- Carvalho, Daniel Duarte Flora. 2008.** Diferentes partições, diferentes conflitos: os casos da Eritreia e da Somalilândia. *Associação Latino-Americana de Estudos Africanos e Asiáticos do Brasil*. 2008, Vols. Trabalho apresentado no IX Congresso anual da ALADAA-B.
- Chabal, Patrick e Daloz, Jean-Pacal. 2001.** *Africa camina: el desorden como instrumento político*. Barcelona : Ballesterra, 2001.
- Churchill, Winston S. 2005.** *Memórias da Segunda Guerra Mundial*. 3 ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2005. Vol. Primeiro.
- Clapham, Chistopher. 2006.** Ethiopia. [A. do livro] Christopher Clapham, Jeffrey Herbst e Greg Mills. *Big African States*. Johannesburg : Wits University Press, 2006, pp. 17-38.
- Clapham, Christopher. 1996.** *Africa and the international system: the politics of state survival*. Cambridge : Cambridge University Press, 1996.
- . **1998a.** Degrees of Statehood. *Review of International Relations*. Abril de 1998a.
- . **1998b.** Discerning the New African. *International Affairs*. 74, 1998b, Vol. 2, pp. 263-70.
- . **1999.** The Foreign Policies of Ethiopia and Eritrea. [A. do livro] Stephen Wright. *African foreign policies*. Boulder : Westview Press, 1999, pp. 84-99.
- . **2000.** Guerre et construction de l'État dans la Corne de l'Afrique. *Critique Internationale*. 2000, pp. 95-111.
- Clapham, Christopher, Herbst, Jeffrey e Mills, Greg. 2006.** *Big African States*. Johannesburg : Wits University Press, 2006.
- Clark, John F. 2001.** Realism, Neo-Realism and Africa's International Relations in the Post-Cold War Era. [A. do livro] Kevin C. Dunn e Timothy M. Shaw. *Africa's challenge to international relations theory*. Nova Iorque : Palgrave, 2001.
- Cliffe, Lionel. 2004.** Regional Implications of the Ethiopia-Eritrea war. [A. do livro] Dominique Jacquin-Berdal e Martin Plaut. *Unfinished business: Ethiopia and Eritrea at war*. Asmara : The Red Sea Press, 2004, pp. 151-168.
- Connel, Dan. 2005.** Eritrea on a slow fuse. [A. do livro] Robert I. Rotberg. *Battling terrorism in the Horn of Africa*. Cambridge : World Peace Foundation, 2005, pp. 64-92.
- Donham, Donald e James, Wendy. 2002.** *The Southern Marches of Imperial Ethiopia: Essays in history and social anthropology*. Oxford : James Currey, 2002.
- Dunn, Kevin C. 2001a.** Introduction: Africa and International Relations. [A. do livro] Kevin C. Dunn e Timothy M. Shaw. *Africa's Challenge to International Relations Theory*. Nova Iorque : Palgrave, 2001a, pp. 01-08.
- . **2001b.** MadLib #32: The (Blank) African State: Rethinking the Sovereign State in International Relations Theory. [A. do livro] Kevin C. Dunn e Timothy M. Shaw. *Africa's Challenge to International Relations Theory*. Nova Iorque : Palgrave, 2001b, pp. 46-63.

- Dunn, Kevin. 2000.** Tales from the dark side: Africa's challenge to international relations theory. *Journal of Third World Studies*. 2000.
- Edozie, Rita Kiki. 2008.** Post-Colonial Theory and Reframing African Affairs. *International Studies Association*. Trabalho apresentado no XLVIII encontro anual da ISA, 2008.
- Engel, Ulf e Olsen, Gorm Rye. 2006.** Africa in International Relations Theory. *International Studies Association*. Trabalho apresentado no XLVII encontro anual da ISA, 2006, p. 30.
- Engelbert, Pierre. 2000.** *State Legitimacy and Development in Africa*. Boulder : Lynne Rienner, 2000.
- Etzioni, Amitai. 1992.** The evils of self-determination. *Foreign Policy*. inverno de 1992, pp. 21-35.
- Fearon, James D. 2004.** Separatist wars, partition and world order. *Security Studies*. 21 de maio de 2004, p. 32.
- Gilkes, Patrick. 2004.** Violence and identity along the Eritrean-Ethiopian border. [A. do livro] Dominique Jacquin-Berdal e Martin Plaut. *Unfinished business: Ethiopia and Eritrea at war*. Asmara : The Red Sea Press, 2004, pp. 229-254.
- Gouvrevitch, Philip. 1998.** *We Wish to Inform you that Tomorrow we will be Killed with our Families: Stories from Rwanda*. Nova Iorque : Farrar, Strauss & Giroux, 1998.
- Griffiths, Martin. 2004.** A Sociologia Histórica / Teorias do Estado. [trad.] Vânia de Castro. *50 grandes estrategistas das relações internacionais*. São Paulo : Contexto, 2004, pp. 333-68.
- Grovogui, Siba N. 2001.** Sovereignty in Africa: Quasi-Statehood and Other Myths in International Theory. [A. do livro] Kevin C. Dunn e Timothy M. Shaw. *Africa's Challenge to International Relations Theory*. Nova Iorque : Palgrave, 2001, pp. 29-45.
- Hachey, Thomas E. 1972.** *The problem of partition: peril to world peace*. Chicago : Rand McNally, 1972.
- Hegel, Georg Wilhelm Friedric. 2001.** *The Philosophy of History*. Kitchener : Batoche Books, 2001.
- Herbst, Jeffrey e Mills, Greg. 2006.** Africa's big dysfunctional states: an introductory overview. [A. do livro] Christopher Clapham, Jeffrey Herbst e Greg Mills. *Big African States*. Johannesburg : Wits University Press, 2006.
- Herbst, Jeffrey. 2000.** *States and Power in Africa: comparative lessons in authority and control*. Princeton : Princeton University Press, 2000.
- . **1989.** The creation and maintenance of national boundaries in Africa. *International Organization*. Outono, 1989, pp. 673-92.
- Hobsbawm, Eric J. 1988.** *A Era dos Impérios 1874-1914*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

Isaac, Tseegai. 207. Insurgency and Terrorism in the Horn of Africa: a game states play. *International Studies Association*. Trabalho apresentado no XLVIII encontro anual da ISA, 207.

Isayas Afwerki on democracy, parties, media, and rights. 1993. s.l. : Life & Peace institute, 1993, Horn of Africa Bulletin 4, p. 10.

Jackson, Robert. 1990. *Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World*. Cambridge : Cambridge University Press, 1990.

Jacquín-Berdal, Dominique. 2004. Introduction: The Eritreo-Ethiopian War. [A. do livro] Dominique Jacquín-Berdal e Martin Plaut. *Unfinished Business: Ethiopia and Eritrea at war*. Asmara : The Red Sea Press, 2004, p. 294.

Kabou, Axelle. 1991. *Et si l'Afrique refusait le développement?* Paris : L'Harmattan, 1991.

Kaplan, Robert D. 2003. *Surrender or Starve: travels in Ethiopia, Sudan, Somalia, and Eritrea*. Nova Iorque : Vintage Books, 2003.

—. **1994.** The coming anarchy - how scarcity, crime, overpopulation, tribalism, and disease are rapidly destroying the social fabric of our planet. *The Atlantic Monthly*. Fevereiro de 1994.

Kapuściński, Ryszard. 2005. *O imperador : a queda de um autocrata*. São Paulo : Companhia das Letras, 2005. p. 192.

Kaufmann, Chaim. 1996. Possible and impossible solutions to ethnic civil wars. *International Security*. 4, 1996, Vol. 20, pp. 136-175.

—. **1998.** When all else fails: ethnic population transfers and partitions in the Twentieth Century. *International Security*. 1998, pp. 120-156.

Kumar, Radha. 1997. The troubled history of partition. *Foreign Affairs*. janeiro de 1997, p. 08.

Last Ditch Summit. 1998. s.l. : Blackwell Publishers Ltda., 1998, Africa Research Bulletin - political, social and cultural series.

Last, Alexander. 2004. A Very Personal War: Eritrea Ethiopia 1998-2000. [A. do livro] Dominique Jacquín-Berdal e Martin Plaut. *Unfinished business: Ethiopia and Eritrea at war*. Asmara : The Red Sea Press, 2004, pp. 57-87.

Latta, Leenco. 2004. Ethiopia: the path to war, and the consequences of peace. [A. do livro] Dominique Jacquín-Berdal e Martin Plaut. *Unfinished business: Ethiopia and Eritrea at war*. Asmara : The Red Sea Press, 2004, pp. 37-56.

Le Houérou, Fabienne. 2000. *Éthiopie-Erythrée - frères ennemis de la Corne de l'Afrique*. Saint Remmy de la Vanne : Les Nouvelles d'Addis, 2000.

Lemke, Douglas. 2003. African lessons for International Relations Research. *World Politics*. Outubro, 2003, Vol. 56, pp. 114-38.

Levine, Donald N. 2000. *Greater Ethiopia: The evolution of a multiethnic society*. Chicago : Chicago University Press, 2000.

- Maestri, Mário. 1998.** *História da África pré-colonial*. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1998.
- Malaquias, Assis. 2001.** Reformulating International Relations Theory: African Insights and Challenges. [A. do livro] Kevin C. Dunn e Timothy M. Shaw. *Africa's Challenge to International Relations Theory*. Nova Iorque : Palgrave, 2001, pp. 11-28.
- Mamdani, Mahmood. 1996.** *Citizen and Subject: contemporary Africa and the legacy of late colonialism*. Princeton : Princeton University Press, 1996.
- Mayall, James. 2006.** Dominique Jacquin-Berdal Memorial Lecture: Nationalism and self-determination in Africa. *Nations and Nationalism*. Quarta, 2006, pp. 549-557.
- Menkhaus, Kenneth. 2006.** Governance without government in Somalia - spoilers, state building, and the politics of coping. *International Security*. Inverno de 2006, pp. 74-106.
- Menkhaus, Kenneth J. 2005.** Somalia and Somaliland - Terrorism, Political Islam, and State Collapse. [A. do livro] Robert I. Rotberg. *Battling terrorism in the Horn of Africa*. Washington : Brookings Institution Press, 2005.
- Negash, Tekeste e Tronvoll, Kjetil. 2000.** *Brothers at War: making sense of the Eritrean Ethiopian war*. Oxford : Ohio University Press, 2000.
- Negash, Tekeste. 1987.** *Italian Colonialism in Eritrea, 1882-1941: Policies Praxis and Impact*. Uppsala : University of Uppsala, 1987.
- Nkiwane, Tandeka C. 2001.** The End of History? African Challenges to Liberalism in International Relations. [A. do livro] Kevin C. Dunn e Timothy M. Shaw. *Africa's Challenge to International Relations Theory*. Nova Iorque : Palgrave, 2001, pp. 103-11.
- No solution to crisis. 1998.* s.l. : Blakwell Publishers Ltda., Julho de 1998, Africa Research Bulletin - political, social and cultural series.
- Nogueira, João Pontes e Messari, Nizar. 2005a.** O Realismo. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro : Elsevier, 2005a, pp. 20-56.
- . **2005b.** Perspectivas alternativas: feminismo e pós-colonialismo. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro : Elsevier, 2005b, pp. 221-31.
- Novati, Giampaolo Calchi e Valsecchi, Pierluigi. 2005.** *Africa: la storia ritrovata*. Roma : Carocci, 2005. p. 359.
- Ottaway, Marina. 1999.** Think Again Africa. *Foreign Policy*. Primavera de 1999, pp. 13-25.
- Ottaway, Marina, Herbst, Jeffrey e Mills, Greg. 2004.** Africa's Big States: Toward a New Realism. *Carnegie Endowment for International Peace*. fevereiro de 2004, p. 09.
- Patman, Robert G. 2007.** Globalization, the demise of the Cold War, and the disintegration of the Somali state. *International Studies Association*. Trabalho apresentado no XLVIII encontro anual da ISA, 2007.

- Philpott, Daniel. 1995.** In defense of self-determination. *Ethics*. janeiro de 1995, Vol. 105, 02, pp. 352-385.
- Plaut, Martin. 2004.** Background to war: from friends to foes. [A. do livro] Dominique Jacquin-Berdal e Martin (orgs.) Plaut. *Unfinished business: Eritrea and Ethiopia at War*. Asmara, Eritrêia : The Red Sea Press, 2004, p. 294.
- Ravenhill, John. 1988.** Redrawing the map of Africa. [A. do livro] Donald Rothchild e Naomi Chazan. *The precarious balance: state and society and Africa*. s.l. : Westview Press, 1988.
- Reid, Richard. 2004.** 'Ethiopians believe in God, Sha'abiya believe in mountains': the EPLF and the 1998-2000 war. [A. do livro] Dominique Jacquin-Berdal e Martin Plaut. *Unfinished business: Ethiopia and Eritrea at war*. Asmara : The Red Sea Press, 2004, pp. 23-36.
- Rotberg, Robert I. 2005.** *Battling Terrorism in the Horn of Africa*. Cambridge : World Peace Foundation, 2005.
- Rubadiri, J. David. 1964.** Africa: an African evaluation. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*. 354, 1964, pp. 84-90.
- Saideman, Stephen M. 1997.** Explaining the international relations of secessionist conflicts: vulnerability versus ethnicities. *International Organization*. 1997, pp. 721-53.
- Sakah, Mahmud. 2001.** IR Theory and International Sanctions Against Libya and Nigeria. [A. do livro] Kevin C. Dunn e Timothy M. Shaw. *Africa's Challenge to International Relations Theory*. Nova Iorque : Palgrave, 2001, pp. 129-45.
- Sampaio, Tatiana S. 2008.** Darfur e o dilema da segurança coletiva: notas sobre a não-intervenção humanitária. *Associação Latino-Americana de Estudos Africanos e Asiáticos do Brasil*. Trabalho apresentado no IX Congresso da ALADAA-B, 2008.
- Saraiva, José Flávio Sombra. 1996.** *O Lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 aos nossos dias*. Brasília : Universidade de Brasília, 1996.
- Schermerhorn, Lange. 2005.** Djibuti - a special role in the war on terrorism. [A. do livro] Robert I. Rotberg. *Battling terrorism in the Horn of Africa*. Cambridge : World Peace Foundation, 2005.
- Serrano, Carlos e Waldman, Maurício. 2007.** *Memória D'África: a temática africana em sala de aula*. São Paulo : Cortez, 2007.
- Sherman, Richard. 1980.** *Eritrea: the unfinished revolution*. Nova Iorque : Praeger, 1980.
- Shinn, David H. 2005.** Ethiopia: governance and terrorism. [A. do livro] Robert I. Rotberg. *Battling terrorism in the Horn of Africa*. Baltimore : World Peace Foundation, 2005, pp. 93-118.
- Shrink Bosnia to save it.* **Mearsheimer, John J. 1993.** Nova Iorque : s.n., 31 de março de 1993, New York Times, p. A23.

Sorensen, Georg. 2001. War and State-Making: Why doesn't it Work in the Third World? *Security Dialogue*. 2001.

Spiegel Online. 2005. Spiegel Interview with African economics expert: "For God's Sake, Please Stop the Aid!". *Spiegle Online*. [Online] 04 de 07 de 2005. [Citado em: 05 de Dezembro de 2007.] <http://www.spiegel.de/international/spiegel/0,1518,363663,00.html>.

Styan, David. 2004. Twisting Ethio-Eritrean economic ties: misperceptions of war and the misplaced priorities of peace, 1997-2002. [A. do livro] Dominique Jacquin-Berdal e Martin Plaut. *Unfinished business: Ethiopia and Eritrea at war*. Asmara : The Red Sea Press, 2004, pp. 177-200.

The impossible partition. **Mearsheimer, John J. 2001.** Nova Iorque : s.n., 11 de janeiro de 2001, New York Times, p. A2.

The only exit from Bosnia. **Mearsheimer, John J. 1997.** Nova Iorque : s.n., 07 de outubro de 1997, New York Times.

Tilly, Charles. 1990. *Coercion, Capital, and European States, A.D. 990-1990*. Cambridge : Blackwell, 1990.

Tir, Jaroslav. 2005a. Dividing countries to promote peace: prospects for long term success of partitions. *Journal of Peace Research*. Setembro de 2005a, pp. 545-562.

—. **2005b.** *Keeping peace after secessions: territorial conflicts between rump and secessionist states*. Honolulu : International Studies Association, 2005b. p. 34, Trabalho apresentado no 46 encontro anual da ISA.

Touval, Saadia. 1972. *The boundary politics of independent Africa*. Cambridge : Cornell University Press, 1972.

Tronvoll, Kjetil. 1999. Borders of Violence - Boundaries of identity: demarcating the Eritrean nation-state. *Ethnic and Racial Studies*. 22, 1999, Vol. 06, pp. 1037-60.

Tullberg, Jan e Tullberg, Birgitta S. 1998. Separation or unity? A model for solving ethnic conflicts. *Politics and the Life Sciences*. 1, 1998, Vol. 16, pp. 237-248.

Vizentini, Paulo Fagundes. 2007. *As relações internacionais da Ásia e da África*. Petrópolis : Vozes, 2007.

Waever, Ole. 1998. The Sociology of a not so international discipline: American and European developments in International Relations. *International Organization*. Outono de 1998, pp. 687-727.

Waltz, Kenneth N. 2004. *O Homem, o Estado e a Guerra - uma análise teórica*. Primeira. São Paulo : Martins Fontes, 2004.

—. **1979.** *Theory of international politics*. Nova Iorque : McGraw Hill, 1979.

Weinstein, Michael A. 2005. Washington's Long War and its Strategy in the Horn of Africa. *Power and Interest News Report*. [Online] 09 de Novembro de 2005. [Citado em: 13 de Outubro de 2007.]
http://www.pinr.com/report.php?ac=view_report&report_id=257&language_id=1].

Woodward, Peter. 2003. *The Horn of Africa - politics and international relations*. Nova Iorque : I.B. Tauris, 2003.

Woodward, Susan L. 1996. Genocide or partition: two faces of the same coin? *Slavic review*. inverno de 1996, pp. 755-761.

Zewde, Bahru. 2002. *A History of Modern Ethiopia*. Oxford : James Currey, 2002.

8 Anexo

Entrevista feita por e-mails com Hunde Dhugassa Gabissa, membro da Frente de Libertação de Oromo. Para preservar sua privacidade, seu endereço de e-mail foi ocultado desta impressão.

Research on Oromo

Dom 29 novembre 2009, 10:05:23

Da: Hunde
Dhugassa <[REDACTED]> ☺

Aggiungi alla Rubrica

A: ddfcarvalho@yahoo.com.br

Dear Daniel

I was informed through UNPO ,that you are doing reserch on the Oromo issue. That is really great.

I am an Oromo from Ethiopia. I can help you incase you need any assistance on this regard .

Best

Hunde

Re: Research on Oromo

Mer 10 febbraio 2010, 10:21:35

Da: Daniel
Carvalho <ddfcarvalho@yahoo.com.br>

Visualizza contatto

A: Hunde Dhugassa <XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX>

Dear Hunde,

Thank you very much for your availability in helping me with my research. And please apologise me for taking so long in writing you back. I had several problems and difficulties since we first get in contact.

Actually, I have several questions to ask you. They are related to liberation fronts in Ethiopia, OLF relations with other liberation fronts and with the current Ethiopian government, etc. As a social scientist, it is my duty to ask questions that might be unpleasant. I do NOT intend to provoke or to take part on Ethiopian political events. So, if I make any uncomfortable question, please feel free in not answering it. Can we proceed like this?

I have found a research of yours on internet about the right to secession in Ethiopia and the case of Oromiya. I think it is very interesting and I'll read it once it may be extremely useful for my research.

It would be useful for me to know if you have any relation with, if you are affiliated to or if you are a high-level member of the Oromo Liberation Front. Mr. Swan told me you've just escaped from Ethiopia and I presume this might be an issue you don't want to talk about. Once more: feel free in not answering unpleasant questions.

Thank you very much for your help and your attention.

Best regards.

Daniel D. F. Carvalho

PPGRI "San Tiago Dantas"

UNESP/UNICAMP/PUC-SP

<http://lattes.cnpq.br/7178407874254451>

Re: Research on Oromo

Ven 19 febbraio 2010, 07:58:30

Da: Hunde Dhugassa <[REDACTED]> 😊_

[Aggiungi alla Rubrica](#)

A: Daniel Carvalho <ddfcarvalho@yahoo.com.br>

Dear Daniel

As i have told you in my first email, i will try to respond to your question as far as i am aware of the facts you would like to know. You are free to ask me any kind of question. Yes, I am member of OLF and have got some responsibility.

Succes in you research

Best

Hunde

UNESP/UNICAMP/PUC-SP

<http://lattes.cnpq.br/7178407874254451>

Re: Research on Oromo

Mer 24 marzo 2010, 19:08:26

Da: Hunde Dhugassa <XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX> 😊 _

Aggiungi alla Rubrica

A: Daniel Carvalho <ddfcarvalho@yahoo.com.br>

Dear Daniel

You may have already developed the impression that i don't respond email or i am negligent. But that is not the case.

I am late on this case because, your questions are difficult and i was also busy preparing my presentation as i am doing LL.M. But let me try to respond to the questions you raised.

1. Both assertions you made on the questions are right. Both governments before power and even for years before the war were best friends. It was even difficult for some to identify who was leading Ethiopia until the two countries went to war. But there are functions from the very beginning that didn't liked the limitless service to the Eritrea. The TPLF went to the extent they forget deliberately the issues of Port for Ethiopia when they gladly allowed Eritrea too secede. Both groups have never thought that one day problem might erupt. The people have never been enemies and they are friends all the times. We enjoy our friendship even today while we are in western countries. But what I believe is that, as the need and pressure of President Isayas increased, so does his opponents resistance inside the TPLF and the Ethiopian intellectual from outside. So, at some point the case went to the extent unable

to keep secret. I attribute the war as individuals limitless conspiracy, who used the state machinery to appease their hidden agenda, and one or the others failure to keep the commitment and fix their deal.

2. After the OLF was pushed out from the democratic and peaceful means and its tens of thousands supporters face unprecedented suffering in concentration camp and hidden prisons, it was normal to look for ways to reorganize and defend itself and its people from that kind of tragedy. So that is the scenario.

3. It is true that the Oromos' initially joined the current Ethiopia with force and bloodshed. But once they are in the system, they have proved their commitment for the country by fighting against all invasions and foreign domination since 1890s'. The Oromo have been part of that nation for the last century. They are behind the success of the battle of Adwa and the second round war against Italy in 1896 and 1940s' respectively. So is the spirit when they come to the issue of Eritrea. In fact the government manipulated the commitment of the nation, as far as the Eritreans are not enemies.

4. Surely

5. If they are convinced, the USA leaders can be trusted. They are in fact instrumental for the liberation of Kosovo. UN is also very good platform, if there is any genuine democratic determination on the issue at hand.

With kind regards
Hunde

Re: Research on Oromo

Gio 25 marzo 2010, 19:39:05

Da: Daniel
Carvalho <ddfcarvalho@yahoo.com.br>

Visualizza contatto

A: Hunde Dhugassa <[REDACTED]>

Dear Hunde,

Thank you very much for your answers! Please don't worry, I never developed such an impression of you. I was sure that you had not answered yet because you have a lot of things to do.

I am not sure if I have told you it, but my research on Oromo is a chapter of my Master of Arts in International Relations' dissertation. Do you authorise me to publish them in it? If yes, would you like to keep anonymity or any other condition?

I must tell you that your answers were very useful for my research and, if I don't bother you, i would like to make you some more questions. As you told me you have got some responsibility on OLF, I think you will be able to answer my questions.

The questions are the following:

1- On you previous answer about Oromo positioning regarding the Ethio-Eritrean War, you said that "they [Oromos] have proved their commitment for the country by fighting against all invasions and foreign domination since 1890s". On your opinion, do Oromo people see themselves first as Ethiopian or Oromo?

2- On UNPO website, it is not clear what the OLF's major goal is. How does OLF want to liberate Oromo people? Through secession? Through political autonomy or federalisation?

3- According to Leenco Latta (Ethiopia: the path to war, and the consequences of peace in *Jacquin-Berdal, D. & Plaut, M. (2004) Unfinished business: Ethiopia and Eritrea at war*), the aftermath of Mengistu Haile-Mariam overthrow was characterised by the rise of EPLF, TPLF and OLF as major political powers which, in 1991, went to the table of negotiations to decide what to do with Ethiopia. According to him, OLF was in favour of Ethiopia's total desintegration and creation of an independent Eritrea and an Oromo state which would comprehend more than Oromo people and to left the rest of the country to be ruled by TPLF. The same way, Jalata (author of *Oromia and Ethiopia: state formation and ethnonational 1868-2004*), who claims to be an oromo, states that a future Oromo state would be based on "a constitutional government (*gada*), on a dominant language (*afaam Oromo*), on a territory from Abyssinia to Mombassa and from Somalia to Sudan, and on a political system based on assimilation and

cooptation (*moggasha* and *gudifacha*), in order to 'oromise' non-Oromo people. What do you have to say about it? It's my interpretation that Jalata's proposal for an independent Oromo state is much close from what Amharas and Trigrayans did in the past.

4- Would you prefer to see Oromo in a federated to Ethiopia, but autonomous to it or an independent Oromo?

5- There is a huge debate on the issue of countries partition. The main argument in favour of it is the respect to self-determination whereas the main argument against it is that partitions can lead civil wars to inter-state wars and, because of it, it is useless to partition a country to avoid genocides, for example. What do you think is the best option to Oromo and other oppressed nations and nationalities in Ethiopia?

6- I have read anywhere that most of the liberation fronts claims the colonial borders of a province as the space and people they want to liberate. As I can see in Oromo's map provided by UNPO website, it doesn't look like to be the same, but to be much similar to the one drew by 1995 Ethiopian constitution (made by EPRDF). How does OLF draw the area they want to liberate? Do you have a more accurate map to provide me for publishing in my dissertation?

May I ask you to answer it as soon as possible? Time is running short for me (my deadline is Wednesday, 31st March) and, mainly, I would like to know if I can mention you name on my dissertation acknowledgements.

Once again, thank you very much for your help and attention.

Best regards,

Daniel D. F. Carvalho

PPGRI "San Tiago Dantas"

UNESP/UNICAMP/PUC-SP

<http://lattes.cnpq.br/7178407874254451>

Re: Research on Oromo

Sab 27 marzo 2010, 11:02:34

Da: Hunde Dhugassa <[REDACTED]> 😊_

[Aggiungi alla Rubrica](#)

A: Daniel Carvalho <ddfcarvalho@yahoo.com.br>

Dear Daniel

You can publish it freely, but please don't misquote or misrepresent me. Saying that, let me say something on the new points you raised.

1. Oromos are Oromo in the first place, not only because they used to have their own state Oromiya but also Ethiopia cannot be an original identity. Ethiopia can be best expressed as consensual effect of its diverse nations, who have their own language, culture, value and history. Even if the problem of Ethiopia lies in its way of bloody formation, it doesn't mean those nations have nothing in common or they can never be one. With all this odd history and ongoing repression, the nations are trying to living together. So the majority see themselves primarily as an Oromo and then as Ethiopian too.
2. The OLF want to give this decision to the Oromo themselves. Its biggest objective is to insure freedom in all direction and facilitate the best possible environment for referendum. In one or other way, according to OLF, there should be an end to dictated leadership, economic exploitation, unfair representation, marginalisation, human right abuse and repression.
3. The 1991 era of Ethiopian politics can also be characterized as confused and mismanaged politics. There was a lot of conspiracy and mistrust, as I now understand after so long year. I don't have comment on the Leencos' article but you should not forget that secession is part of self determination, which is an international recognized but less practiced right. After all, the frustration and subjugation of nations under the guise of Ethiopianism might have lead to even much worse decision, so it is not surprising to imagine the mind of the day. But I think what you quoted about Prof Jalata is abit different from the previous repressions. He wanted to explain the fact that, everybody in Oromiya will be equal, no one will not be treated as second citizens. This is based on the principle of 'gudifacha' and 'moggasa' of Oromo, the current day 'integration' in western countries.

4. I don't have problem with really working Ethiopian Federation. If it is based on free will and is for common benefit of its nations, what is wrong with even the federation of Africa let alone that of Ethiopia?

5. Federation is the base, either to try and continue to live with it or decide to go away in love after a while. When Secession is done overnight and with force it has all the catastrophic effects you can imagine. We should have a time with really working federalism before the decision on secession.

6. Please consult the following links and articles for more information

<http://www.omoliberationfront.org/OromiaBriefs.htm>

<http://www.omoliberationfront.org/PressReleaseArchive/Articles/Liberating.htm>

Best regards

Hunde